

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:
QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE

Daniela Côco

MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA (PROEX)

Porto Alegre

2022

Daniela Côco

MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA (PROEX)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS como requisito para a obtenção do título de doutora em Educação em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Livio Amaral

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Côco, Daniela
MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA
(PROEX) / Daniela Côco. -- 2022.
196 f.
Orientador: Livio Amaral.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde,
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências:
Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. PROEX. 2. Pós-Graduação. 3. Educação. 4.
Política Pública. I. Amaral, Livio, orient. II.
Título.

Daniela Côco

MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA (PROEX)

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Diogo Onofre Gomes de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Manoel Santana Cardoso

Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
Centro Universitário Euro-americano – UNIEURO

Prof. Dr. Antônio Donizetti Sgarbi

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES

Prof. Dr. Jorge Almeida Guimarães

Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial – EMBRAPPII
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Dedico este trabalho aos amores da minha vida, meus familiares e companheiro que me apoiaram incondicionalmente em todos os momentos da minha trajetória acadêmica.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me proveu de esperanças e forças para concluir este trabalho.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Livio Amaral, pela paciência, dedicação e estímulos.

Agradeço ao meu pai, Luiz Côco Neto (*in memoriam*) e a minha mãe, Maria Aparecida Correa Neto, por me ensinarem a importância e o valor da educação. Aos meus irmãos, Valdete, Dilza, Everaldo e Luiz Antônio, pelo carinho, incentivo e apoio constantes. Aos meus sobrinhos, Luciano e Maria Luiza, que me inspiram a me desenvolver como exemplo.

Agradeço ao meu companheiro, Armando, aos meus sogros e a minha cunhada, pelo afeto e acolhimento.

Agradeço a chegada do meu filho, Miguel, que me mostrou o significado do amor incondicional, me impulsionando a progredir diariamente.

Agradeço ao Prof. Dr. Jorge Almeida Guimarães, Ex-Presidente da CAPES, pela disponibilidade do depoimento e suas valorosas contribuições.

Agradeço aos membros da banca de qualificação e defesa, professores Dr. Diogo Onofre Gomes de Souza, Dr. Manoel Santana Cardoso, Dr. Antônio Donizetti Sgarbi e Dr. Jorge Almeida Guimarães, pela leitura cuidadosa e as contribuições oferecidas.

Agradeço à Diretora de Programas e Bolsas no País da CAPES, Zena Martins, pela oportunidade e pelo incentivo aos servidores a realizarem cursos de mestrado e doutorado, como forma de se aperfeiçoarem profissionalmente.

Agradeço aos colegas da Diretoria de Programas e Bolsas no País da CAPES, em especial, aos da Assessoria da Diretoria, pela compreensão, apoio e encorajamento, necessários para a finalização deste trabalho.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pela valiosa oportunidade.

Todas as vitórias ocultam uma abdicação.

Simone de Beauvoir

Resumo

A presente tese aborda o Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), política pública de fomento à pós-graduação, executada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), desde 2004. Como objetivo buscou-se produzir um estudo sobre a concepção e o desenvolvimento do PROEX, e monitorar o programa por meio da percepção dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da Grande Área Ciências Biológicas, beneficiários da política. Para atingir o objetivo, estudamos os processos de avaliação da pós-graduação na América Latina, contextualizando com a avaliação brasileira que delimita os beneficiários do PROEX, e verificamos que existe uma variedade de modelos de avaliação, sendo o modelo brasileiro singular em comparação aos estudados, por atribuir notas aos programas de pós-graduação. Em seguida, descrevemos o PROEX como política pública e evidenciamos que houve alterações ao longo do tempo que modificaram suas regras de funcionamento e de repasse dos recursos disponibilizados. Na sequência, tratamos a respeito das políticas públicas para redução de assimetrias desenvolvidas pela CAPES, com o propósito de analisar o panorama da pós-graduação na Amazônia Legal, focalizando os programas beneficiários do PROEX. Notamos que, apesar dos esforços envidados as assimetrias continuam acentuadas, existindo apenas seis programas de pós-graduação participantes do PROEX na região. Por fim, apresentamos os dados produzidos por meio da aplicação de questionário aos coordenadores e ex-coordenadores de programas de pós-graduação participantes do PROEX, buscando apreender suas percepções sobre a política pública e os dados extraídos do depoimento concedido pelo ex-presidente da CAPES, Prof. Jorge Almeida Guimarães, idealizador do PROEX, na intenção de registrar o processo de formulação do programa. Identificamos que a concepção inicial do PROEX foi idealizada pela CAPES, sem amplo debate com a comunidade acadêmica. Entretanto, após sua implementação e execução ao longo dos anos, os beneficiários o compreendem como uma importante política pública. Todavia, mudanças para adequações ou melhorias podem ser pensadas pelos gestores.

Palavras-chave: PROEX, CAPES, Políticas Públicas, Pós-graduação.

Abstract

This thesis addresses the Academic Excellence Program (PROEX), a public policy for promoting postgraduate studies, carried out by CAPES since 2004. The objective was to produce a study on the design and development of PROEX and monitoring the program through the perception of the Coordinators of Postgraduate Programs of the Greater Biological Sciences Area, beneficiaries of the policy. To achieve the objective, we studied the evaluation processes of postgraduate studies in Latin America, contextualizing the Brazilian evaluation that delimits the beneficiaries of PROEX, and we verified that there is a variety of evaluation models, the Brazilian model being unique in comparison to the studied by assigning grades to postgraduate programs. Next, we describe PROEX as a public policy and show that there have been changes over time that have changed its operating rules and the transfer of available resources. Afterwards, we deal with public policies to reduce asymmetries developed by CAPES, in order to analyze the panorama of postgraduate studies in the Legal Amazon, focusing on the programs that benefit from PROEX. We note that, despite the efforts made, asymmetries continue to be accentuated, with only 6 postgraduate programs participating in PROEX in the region. Finally, we present the data produced by applying a questionnaire to coordinators and former coordinators of postgraduate programs participating in PROEX, seeking to capture their perceptions about public policy and the data extracted from the testimony given by the former president of CAPES, Prof. Jorge Almeida Guimarães, creator of PROEX, with the intention of recording the process of formulating the program. We note that CAPES idealized the initial design of PROEX, without extensive debate with the academic community. However, after its implementation and execution over the years, the beneficiaries understand it as an important public policy. However, managers can think changes for adjustments or improvements.

Key Words: PROEX, CAPES, Public Policy, Postgraduate Studies.

Lista de figuras

SEÇÃO 9 – PERCEPÇÕES DE ATORES DA POLÍTICA SOBRE O PROGRAMA DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA – PROEX

Figura 1 - Principais contextos envolvidos na formulação de políticas.....	89
Figura 2 - Benefícios de integrar o PROEX para o PPG.....	99
Figura 3 - Benefícios do ingresso no PROEX para a função de coordenação.....	101
Figura 4 - Vantagem para o PPG do repasse dos recursos diretamente.....	102
Figura 5 - Dificuldades e facilidades em prestar contas dos recursos PROEX.....	104
Figura 6 - Vantagem para o PPG do gerenciamento direto das bolsas.....	105
Figura 7 - Dificuldades e facilidades em gerir as bolsas do PROEX.....	107
Figura 8 - Contribuição do PROEX para a manutenção da qualidade do PPG.....	108
Figura 9 - Percepção se o PROEX atende as necessidades dos PPGs.....	109
Figura 10 - Satisfação com o PROEX.....	109
Figura 11 - Necessidade de alterações no PROEX.....	110

Lista de tabelas, quadros e gráficos

Artigo I

Quadro 1 – Instituições envolvidas na avaliação.....	40
Quadro 2 – Níveis de pós-graduação.....	41
Quadro 3 – Caráter da Avaliação.....	45
Quadro 4 – Padrões de Avaliação.....	45
Quadro 5 – Escalas de Avaliação.....	47
Quadro 6 – Periodicidade Avaliação.....	48

Artigo II

Tabela 1 – Ingresso e saída de PPGs.....	61
Tabela 2 – N° PPGs no PROEX / N° Total de PPGs por Grande Área.....	61
Tabela 3 – Média de bolsas concedidas no PROEX.....	62
Tabela 4 – Áreas de Educação e Ensino.....	64
Tabela 5 – Áreas de Educação e Ensino no PROEX.....	64
Gráfico 1 – Recursos de Custeio Concedidos por Grande Área.....	62
Gráfico 2 – Recursos de Capital Concedidos por Grande Área.....	63
Gráfico 3 – Recursos de Custeio Concedidos as Áreas de Educação e Ensino.....	66
Gráfico 4 – Recursos de Capital Concedidos às Áreas de Educação e Ensino.....	66

Artigo III

Tabela 1 – Dinter Novas Fronteiras.....	76
Tabela 2 – PROCAD Novas Fronteiras.....	77
Tabela 3 – Prodoutoral.....	78
Tabela 4 – Dinter.....	78
Tabela 5 – PROCAD Amazônia.....	79
Tabela 6 – PVNS Amazônia.....	79
Tabela 7 – PDPG – Amazônia Legal.....	80
Tabela 8 – PDPG – Parcerias Estratégicas nos Estados.....	81

Tabela 9 – Panorama de pós-graduação na região da Amazônia Legal.....	82
Tabela 10 – Programas de Pós-Graduação da Amazônia Legal por nota de avaliação CAPES.....	82
Tabela 11 – Programas de Pós-Graduação da Região da Amazônia Legal no PROEX.....	84
Tabela 12 – Programas de Pós-graduação de Excelência na Amazônia Legal.....	85
SEÇÃO 9 – PERCEPÇÕES DE ATORES DA POLÍTICA SOBRE O PROGRAMA DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA – PROEX	
Tabela 1 – Público-alvo da pesquisa.....	92
Tabela 2 – Dados dos participantes da pesquisa.....	93
Tabela 3 – PPGs da Grande área de Ciências Biológicas no PROEX.....	93
Tabela 4 – Perfil dos PPGs da Grande área de Ciências Biológicas no PROEX.....	96
Tabela 5 – Perfil dos Coordenadores e ex-coordenadores PROEX.....	97
Quadro 1 – PPGs da Grande área de Ciências Biológicas no PROEX desde 2004.....	94
Quadro 2 – PPGs da Grande área de Ciências Biológicas no PROEX que ingressaram, saíram e retornaram.....	95
Quadro 3 – PPGs da Grande área de Ciências Biológicas que deixaram o PROEX....	95

Lista de Abreviaturas e Siglas

AC	Acre
AP	Amapá
AM	Amazonas
APCN	Avaliação das Propostas de Cursos Novos
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
C&T	Ciência e Tecnologia
CG/PROEX	Comissão de Gestão
CIEES	Comitê Interinstitucional para a Avaliação da Educação Superior
CNA	Conselho Nacional de Acreditação
CONACES	Comissão Nacional de Asseguramento da Qualidade da Educação Superior
CONACYT	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia
CONARE	Conselho Nacional de Reitores
CONEAU	Comissão Nacional de Avaliação e Acreditação Universitária
CONESUP	Conselho Nacional de Ensino Superior Universitário Privado
CONFAP	Conselho Nacional de Fundações de Amparo à Pesquisa
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DAV	Diretoria de Avaliação
Dinter	Programa de Doutorado Interinstitucional
DS	Programa de Demanda Social
FAPs	Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FOPROP	Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação
GEOCAPES	Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

IRAMUTEQ Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires

MA	Maranhão
MEC	Ministério da Educação
MT	Mato Grosso
PA	Pará
PDPG	Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação
Planfor	Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes
PNPC	Programa Nacional de Pós-Graduação de Qualidade
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PPGBCM	Programa de Pós-Graduação em Biologia Celular e Molecular
PPGs	Programas de Pós-Graduação
PROAP	Programa de Apoio a Pós-Graduação
PROCAD	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
Prodoutoral	Programa de Formação Doutoral Docente
PROEX	Programa de Excelência Acadêmica
PUC-RIO	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC/RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PVNS	Programa Professor Visitante Nacional Sênior
RIACES	Rede Ibero-americana para a acreditação da educação superior
RO	Rondônia
RR	Roraima
SCBA	Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios
SINAES	Sistema Nacional de Acreditação da Educação Superior
SNCT	Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TO	Tocantins
UEL	Universidade Estadual de Londrina

UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UnB	Universidade de Brasília
UNESP/BAU	Universidade Estadual Paulista/Baurú
UNESP/BOT	Universidade Estadual Paulista/Botucatu
UNESP-MAR	Universidade Estadual Paulista/Marília
UNESP-RC	Universidade Estadual Paulista/Rio Claro
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
USP	Universidade de São Paulo
USP/RP	Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	17
2 INTRODUÇÃO	19
2.1 Programa de Excelência Acadêmica – PROEX	20
3 OBJETIVOS	22
3.1 Objetivo Geral	23
3.2 Objetivos Específicos	23
4 CONCEITUAÇÕES	23
4.1 Avaliação da pós-graduação	24
4.2 Políticas Públicas	26
5 METODOLOGIA	29
6 ARTIGO I – AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: INTERFACE COM O SISTEMA BRASILEIRO	33
7 ARTIGO II – O PROEX COMO POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO	51
8 ARTIGO III – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E A PÓS-GRADUAÇÃO NA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL/BRASIL	70
9 PERCEPÇÕES DE ATORES DA POLÍTICA SOBRE O PROGRAMA DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA – PROEX	87
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	124
ANEXO I	133
ANEXO II	134
ANEXO III	139
ANEXO IV	141
ANEXO V	187

1 APRESENTAÇÃO

A presente tese aborda o Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), política pública de fomento à pós-graduação, elaborada e implementada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) desde 2004.

A estrutura da tese está pautada no Regimento do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde – Sede UFRGS, artigo 37, inciso II – “A forma da redação da tese deverá ser composta de Resumo, Introdução, Trabalhos Publicados, aceitos para publicação ou submetidos à publicação e Conclusões e Referências”.

Sendo assim, como corpo, esta tese apresenta quatro capítulos, acrescidos de resumo, introdução e conclusões. Na introdução, retoma-se o delineamento da pesquisa, evidenciando o seu desenvolvimento. Os três primeiros capítulos são trabalhos publicados¹ com os estudos e resultados obtidos ao longo do desenvolvimento do doutorado. O quarto capítulo contém o estudo e os resultados sobre a criação do PROEX e a percepção dos beneficiários do programa, particularmente na grande área Ciências Biológicas, sendo o objeto de mais um artigo, a ser submetido em breve para publicação.

Assim, na introdução apresenta-se o delineamento da tese, observando o contexto de vinculação – a saber, a educação superior, no recorte da pós-graduação, particularmente, na vinculação ao PROEX, voltado aos programas de pós-graduação avaliados com notas 6 e 7, ou seja, considerados de excelência acadêmica –, o escopo de abordagem circunscrito por meio dos objetivos, o conceitual de apoio, os encaminhamentos metodológicos e os dados produzidos com os estudos realizados (expressos nos capítulos de 1 a 4).

¹ Estes artigos foram publicados em periódicos com classificação Qualis ao longo de avaliações anteriores, nas áreas de Ensino e de Educação. Todos exigem e adotam a prática acadêmica de só publicarem trabalhos de teor e conteúdo inéditos e exclusivos.

Desse modo, o primeiro capítulo constitui artigo publicado na Revista de Educação Educere et Educare (ISSN 1981-4712). O artigo, intitulado: “AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: INTERFACES COM O SISTEMA BRASILEIRO” derivou do estudo sobre o processo de avaliação da pós-graduação no Brasil. Ele tem um caráter introdutório ao tema da tese, em especial, de contextualização, uma vez que compreender o processo de avaliação auxilia na abordagem do PROEX.

O segundo capítulo apresenta artigo publicado na Revista Interfaces da Educação (ISSN 2177-7691). O artigo “O PROEX/CAPES COMO POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO” aborda diretamente o Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), o descrevendo como política pública criada e desenvolvida pela CAPES.

O terceiro capítulo é constituído pelo artigo “POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E A PÓS-GRADUAÇÃO NA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL/BRASIL”, publicado no periódico Research, Society and Development (ISSN 2525-3409). Este artigo aborda as políticas públicas para redução de assimetrias desenvolvidas pela CAPES, com o propósito de analisar o panorama da pós-graduação na Amazônia Legal, focalizando os programas beneficiários do PROEX nessa região.

No quarto capítulo, apresentamos os dados produzidos por meio da aplicação de questionário aos coordenadores e ex-coordenadores de programas de pós-graduação participantes do PROEX da Grande Área Ciências Biológicas, buscando identificar suas percepções sobre a política pública. Neste capítulo também apresentamos conceitos, dados e informações advindos do depoimento do Prof. Jorge Almeida Guimarães, ex-Presidente da CAPES, enquanto formulador do PROEX.

Cabe realçar que adotamos o termo percepções para informar a maneira como os participantes da investigação percebem, participam, experienciam e avaliam a política PROEX. Essa delimitação é necessária tendo em vista que a utilização desse vocábulo, no âmbito das pesquisas acadêmicas, pode assumir diferentes significados, conforme advertem Matos e Jardimino (2016). A partir do campo da filosofia, dentre as várias maneiras de acepção do termo, Chauí (2000, p. 154) delimita que a percepção se refere à “[...] experiência dotada de significação, isto é, o percebido é dotado de

sentido e tem sentido em nossa história de vida, fazendo parte de nosso mundo e de nossas vivências”. No campo da Psicologia, com base nos estudos vinculados à Teoria Histórico Cultural, cujos principais pensadores foram Vigotski, Luria e Leontiev, é possível inferir que a percepção se refere a uma atividade tipicamente humana que se desenvolve no âmbito das relações materiais, sociais e culturais. Atividade esta de natureza complexa articulada às demais funções psicológicas superiores como atenção, memória, linguagem, pensamento, abstração. Nesse universo de discussão, a percepção da realidade é acompanhada pelo significado e sentido (COSTA, 2017, p. 14). Assim, os sujeitos percebem um determinado fenômeno a partir de significados elaborados socialmente, mas também atribuem sentidos singulares conforme suas vivências. Desse modo, conhecer esses variados sentidos do PROEX, elaborados pelo conjunto dos coordenadores e ex-coordenadores dos PPGs, a partir do contexto da prática, poderá oferecer uma outra qualidade para a compreensão dessa política pública.

Com esse escopo de abordagem, registramos, ainda, que o estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS, conforme CAAE: 39608820.8.0000.5347- Número do Parecer: 4.491.076.

2 INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) define os cursos e programas da educação superior:

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:
I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente;
II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;
IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino (BRASIL, 1996).

Focalizando a pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), em articulação com o desenvolvimento do país e com o propósito de alavancar a produção do conhecimento, observa-se uma crescente ampliação da pós-graduação no Brasil

por meio da constante abertura de novos programas (acadêmicos e profissionais). Segundo dados do Ministério da Educação, entre os anos de 2007 e 2017, o número de cursos de doutorado saiu de 2.061 para 3.398; os mestrados tiveram um avanço de 65%, totalizando 2.202, enquanto os mestrados profissionais saíram de 156 para 703, demonstrando o desenvolvimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) (MEC, 2017).

A crescente expansão do SNPG está atrelada à criação e ao desenvolvimento de uma das principais agências de fomento à formação de recursos humanos altamente qualificados, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES). A CAPES foi criada no ano de 1951, por meio do Decreto nº 29.741, de 11 de julho, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública, como uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, tendo o objetivo de formar pessoal especializado para atender as demandas do país (MARTINS *et al*, 2012). A missão da CAPES destaca sua contribuição na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* em todos os estados brasileiros (BRASIL, 2008). Sua história se identifica e se integra ao próprio crescimento da pós-graduação, uma vez que ela é agente na formulação e aplicação dos Planos Nacionais de Pós-Graduação, documentos norteadores das políticas públicas de indução e fomento à pós-graduação.

Ao longo dos anos, a CAPES foi ampliando suas atividades e incorporando atribuições. Dentre suas linhas de ação, destacamos a avaliação periódica dos programas de pós-graduação, o acesso à produção científica e o fomento e a formulação de políticas públicas para a pós-graduação *stricto sensu*. No âmbito da promoção de políticas públicas atua mediante diversos programas de indução e fomento, investindo em programas de pós-graduação (PPGs) ou projetos, por meio da concessão de bolsas e/ou recursos. Das ações contemporâneas de fomento da CAPES, nesta pesquisa, abordamos o Programa de Excelência Acadêmica (PROEX).

2.1 Programa de Excelência Acadêmica – PROEX

Das análises do PROEX, criado em 2004, sobre seu arcabouço legal, cabe destacar que, no seu lançamento, as normativas informavam o objetivo definido do programa de atender às necessidades dos PPGs avaliados pela CAPES com notas 6

ou 7, considerados de excelência, visando manter os padrões de qualidade desses cursos (Anexo à Portaria CAPES nº 34, de 30 de maio de 2006). O programa propunha um tratamento diferenciado a esse grupo de PPGs que ao receberem os recursos repassados pela CAPES poderiam decidir, autonomamente, como e em que aplicariam as verbas.

Segundo Corrêa (2014), a criação do PROEX imprimiu maior autonomia aos PPGs consolidados, permitindo maior flexibilidade na gestão dos recursos a eles alocados. Compondo um modelo de gestão acadêmico-administrativo diferenciado dos programas tradicionais já existentes na CAPES, como o Programa de Demanda Social (DS) e o Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), que são programas nos quais a agência de fomento traça as diretrizes para execução das políticas e os gestores dos PPGs tem pouca intervenção na definição de metas a serem estabelecidas, o PROEX garantia aos PPGs uma maior flexibilidade na gestão orçamentária e na execução de políticas.

O regulamento inicial do PROEX condicionava aos participantes a obtenção conceito 6 ou 7 em duas avaliações consecutivas realizadas pela CAPES, para inserção no programa. No ano de 2015, a Portaria CAPES nº 102, de 12 de agosto de 2015 alterou o regulamento PROEX, permitindo a participação de PPGs com conceito 6 ou 7 apenas na última avaliação. Com isso, ampliou-se o número de PPGs fomentados. Ao longo dos anos, o regulamento do PROEX sofreu novas atualizações, assim como novas normativas foram estabelecidas, alterando as formas de concessão de bolsas e recursos. O estudo detalhado do seu arcabouço legal, encontra-se no segundo capítulo da tese, evidenciando seu percurso no contexto da pós-graduação brasileira.

Nesse percurso, guarda pontos de comunicabilidade com as políticas de acreditação e avaliação da pós-graduação na América Latina, conforme situamos no primeiro capítulo da tese, permitindo considerar, nos modelos avaliativos implementados, elementos ligados à compulsoriedade, parametrização, ao processo e à periodicidade da avaliação, no horizonte do propósito de atestar a qualidade e fomentar um processo contínuo de melhorias dos programas de pós-graduação. No objetivo de fomentar melhorias, o PROEX ganha destaque no contexto nacional.

Apesar do alcance do PROEX, das suas características singulares em relação ao repasse dos recursos e de sua importância como política pública para os PPGs de

excelência, existem poucos estudos sobre o programa. Em revisão preliminar de literatura no banco de pesquisa de Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, na data de 31/7/2021, o descritor PROEX retornou 58 resultados, sendo apenas quatro relacionados ao Programa de Excelência Acadêmica da CAPES, dos quais: uma dissertação propondo avaliar a eficiência dos PPGs brasileiros na área de economia, contemplados com PROEX e PROAP (FALQUETTO, 2017), outra avaliando as estratégias de gestão dos programas de pós-graduação da Área das Ciências Biológicas II que aderiram ao PROEX (CORRÊA, 2014); uma tese propondo uma nova abordagem metodológica para uma análise comparativa da produção científica entre diferentes grupos PPGs (FREIRE, 2020) e outra estudando a efetividade dos modelos de concessão de cotas de bolsas de pós-graduação, com ênfase na análise da produção acadêmico-científica de egressos e dos fluxos informacionais (JUNIOR, 2020).

Observa-se uma premissa – amplamente reconhecida pela comunidade do SNPG – de que o PROEX é uma consistente e relevante política pública, sendo um incentivo ao alcance da excelência pelos programas de pós-graduação. Assim sendo, instiga questionamentos, tais como:

1. Como a política pública PROEX foi concebida?
2. Quanto de recursos foram investidos no PROEX ao longo do tempo?
3. Qual a percepção geral dos coordenadores de programas de pós-graduação (beneficiários) sobre o PROEX?
4. A flexibilidade na gestão dos recursos é realmente vista pelos beneficiários como uma vantagem?
5. A gestão descentralizada dos recursos traz alguma dificuldade aos beneficiários?
6. Os beneficiários consideram que os recursos do PROEX auxiliam na manutenção da qualidade dos PPGs, como preconiza seus objetivos?
7. Os beneficiários percebem necessidade de melhorias no PROEX?

Esses questionamentos induziram à proposta da tese de produção de um registro oficial sobre a criação do PROEX, verificação de alterações normativas e acompanhamento da política por meio da percepção de seus beneficiários.

3 OBJETIVOS

Dadas as considerações iniciais, são apresentados abaixo o objetivo geral e os objetivos específicos.

3.1 Objetivo Geral

Produzir um estudo sobre a concepção e o desenvolvimento do PROEX e monitorar o programa por meio da percepção dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da Grande Área Ciências Biológicas.

3.2 Objetivos Específicos

- Estudar as variáveis do processo de avaliação dos PPGs, conduzida pela CAPES, que influencia na definição dos PPGs de excelência;
- Traçar a trajetória de desenvolvimento do PROEX, considerando as alterações, ao longo do tempo, de seu regulamento e de suas normas operacionais;
- Identificar os recursos investidos pelo PROEX (bolsas e fomento) no período de 2013 a 2019;
- Verificar o alcance do PROEX no SNPG, considerando os programas de excelência da região da Amazônia Legal;
- Aplicar um questionário aos coordenadores e ex-coordenadores dos cursos de pós-graduação da grande área ciências biológicas com o objetivo de identificar e analisar suas percepções sobre o PROEX;
- Ter o depoimento do Prof. Jorge Guimarães, ex-presidente da CAPES, sobre o desenvolvimento do PROEX, com o objetivo de documentar seu processo de criação.

Com isso, este estudo aborda uma política pública, implicada com o processo de avaliação da pós-graduação. Nesse escopo, no que concerne às referências teóricas sobre a temática, a seguir fizemos uma breve explanação dos conceitos centrais que sustentam este trabalho.

4 CONCEITUAÇÕES

O propósito de produzir um estudo sobre a concepção e o desenvolvimento do PROEX, além de monitorar o programa por meio da percepção dos Coordenadores

de Programas de Pós-Graduação da Grande Área Ciências Biológicas, demandou atentar para dois grupos de conceitos. Inicialmente, os conceitos de avaliação, notadamente, na vinculação com a pós-graduação, implicando atenção à distinção em relação à acreditação e a vinculação à qualidade. Em associação, os conceitos de políticas públicas, aspectos ligados ao seu desenvolvimento, em especial, na vinculação com o campo educacional.

4.1 Avaliação da pós-graduação

A educação superior na América Latina sofreu grandes transformações nas últimas décadas, impulsionada pelas mudanças econômicas e pelas políticas dos países. Como consequência, houve a expansão do sistema, a ampliação do acesso e o surgimento de novas instituições (públicas e privadas) (AUIP, 2002; BARREYRO e LAGORIA, 2010). A intensa globalização e a tendência de internacionalização da educação superior explicitaram a urgência de se impor níveis de qualidade verificáveis, em especial, para os cursos de pós-graduação (AUIP, 2002; DIAS SOBRINHO; DIAS, 2006).

Nesse contexto de expansão da educação superior na América Latina e da demanda por padrões de qualidade, diversos países desenvolveram políticas de avaliação (BARREYRO; LAGORIA, 2010). Ao estudar os sistemas de avaliação da pós-graduação na América Latina, assinalamos para um campo semântico que integra dois termos: **avaliação e acreditação**. O termo acreditação não é comumente utilizado no Brasil, mas seu significado é similar ao da palavra certificação (JÚNIOR; CATANI, 2009). A Rede Ibero-americana para a acreditação da qualidade da educação superior (RIACES), define em seu glossário internacional acreditação como: “Processo para garantir a qualidade de uma instituição ou de um programa educativo” (RIACES, 2017, p. 8). Segundo Dias Sobrinho (2006), há diferenças entre acreditação e avaliação: “O foco central da acreditação é o controle da garantia da qualidade. Por sua vez, a avaliação se associa mais à lógica de melhoramento acadêmico”, (DIAS SOBRINHO, 2006, p. 286 *apud* BARREYRO; LAGORIA, 2010).

Ambos os processos denominados acreditação ou avaliação da pós-graduação, na América Latina usualmente tem objetivos semelhantes, dirigidos à

garantida de padrões mínimos de qualidade dos programas. Com isso, esse campo semântico ganha também uma associação com a ideia de **qualidade**.

Ao abordar o conceito de qualidade, ressalta-se que não há um consenso sobre sua definição, remetendo, imediata e obrigatoriamente a uma série de questões conceituais, epistemológicas e operacionais. E, como é bem conhecido pela comunidade, as concepções sobre qualidade são objeto de intenso debate e formulação há muitos anos, em toda a pós-graduação.

No Brasil, a instituição responsável por certificar a qualidade da pós-graduação é a CAPES. Essa agência realiza a Avaliação das Propostas de Cursos Novos (APCN) e a avaliação periódica de permanência de todos os programas regulares. Para a implantação de um novo curso de pós-graduação as instituições de ensino superior submetem propostas ao processo de APCN, que possui várias fases. Destaca-se como principais fases a de verificação dos documentos apresentados e a de análise do mérito, que é realizada por uma comissão formada por profissionais de reconhecida competência técnica e científica. Após investigações técnicas e administrativas o novo curso recebe o *status* de “aprovado” ou “não aprovado”. A APCN é a primeira certificação da qualidade da pós-graduação brasileira (CAPES, 2019).

Já a avaliação periódica de permanência é realizada de quatro em quatro anos para todos os cursos de mestrado e doutorado em andamento, em vinculação com a assertiva de garantir a melhoria contínua da qualidade. Os programas de pós-graduação inserem anualmente informações relacionadas ao desempenho do programa em uma plataforma *on-line* gerenciada pela CAPES. Essas informações dão origem a relatórios que são avaliados por comissões formadas por profissionais de reconhecida competência técnica e científica, que analisam a evolução dos programas de pós-graduação. Após todo o processo de avaliação, que envolve diversas etapas, os programas recebem notas que variam de 1 a 7. Programas com notas muito baixas são desativados e programas com notas superiores têm tratamento distintivo, sobretudo, na gestão de recursos (CAPES, 2018).

A CAPES iniciou a avaliação da pós-graduação em 1976. Ao longo do tempo, o processo de avaliação foi sofrendo alterações. Nesse processo, Corrêa (2014) destaca as mudanças implementadas na avaliação de 1998. Para a autora, uma relevante mudança foi a substituição da escala de avaliação, anteriormente, composta

por conceitos de E a A, por notas de 1 a 7. Na distribuição de notas, as notas 6 e 7 foram destinadas exclusivamente para PPGs com oferta de doutorado, a nota 5 corresponde a nota máxima admitida para PPGs que ofertam apenas o nível de mestrado e a nota 3 corresponde ao padrão mínimo de qualidade estabelecido para a pós-graduação *strictu sensu*. Nessa mudança, ocorreu a adoção, como referência, de padrões internacionais de qualidade relativos a cada área de avaliação, correspondendo a nota 5 ao anteriormente estabelecido com “Perfil para um curso A” e as notas 6 e 7, correspondendo a padrões internacionais de excelência. Outra importante mudança, bem mais recente, refere-se à periodicidade, quando o Conselho Superior da CAPES, no ano de 2014 em sua 68ª reunião, decidiu que a avaliação passaria a ser quadrienal, e não mais trienal como anteriormente, considerando proposta apresentada pela Diretoria de Avaliação (DAV), acordada com a Comissão Especial de Acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) e com Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (Foprop).

Assim, esse conceitual sobre avaliação constitui procedimentos que permite o desenvolvimento do PROEX como uma política pública.

4.2 Políticas Públicas

O campo dos estudos sobre políticas públicas, especialmente, nos últimos anos, vem ampliando sua visibilidade e abrangência nos temas de investigação. Esse destaque emerge num cenário de desafios, em que diversos países passam a adotar políticas de austeridade fiscal, implicadas com corte de investimentos, em simultaneidade ao aumento de demandas por serviços públicos, principalmente, na América Latina (SOUZA, 2006). Mesmo com a ascensão desse campo na articulação com os desafios contextuais, ainda não se produziu um consenso do que é uma política pública (SECCHI, 2017). Nas várias possibilidades de circunscrever essa definição, destacamos a conceituação proposta por Souza, 2006:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Os estudos sobre políticas públicas desenvolveram vários modelos para compreender as ações governamentais, dentre eles o Ciclo de Políticas Públicas (SECCHI, 2017). Essa proposição interpreta uma política pública em etapas interdependentes, considerando sete fases principais: identificação do problema, formação de agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. Ainda que sofra críticas – por não conseguir abarcar a realidade de uma política pública, dado que os estágios geralmente não são tão definidos e nem sequenciados, se misturando – ele ganha relevância pela usabilidade, visto que a definição de estágios simplifica a complexidade das políticas públicas e contribui para a elaboração analítica (SECCHI, 2017).

No contexto das políticas públicas ressalta-se o estágio de avaliação como de grande importância para as funções de planejamento e gestão, contribuindo para subsidiar decisões de formulação, ajustes, manutenção ou interrupção de ações, sendo um instrumento de relevância para o aumento da eficiência do gasto público e da qualidade da gestão (CUNHA, 2018). O estágio de avaliação possui diferentes momentos: *ex ante* (avaliação anterior à implementação), *ex post* (avaliação posterior à implementação) e *in itinere* conhecida como formativa ou monitoramento (avaliação durante o processo de implementação) (SECCHI, 2017). Nesse quadro, é necessário considerar os diferentes atores envolvidos, pois são eles que influenciam (direta ou indiretamente) o teor e os resultados da política. Os atores implicados em uma ação podem ser governamentais (políticos, burocratas, juízes, outros) e não governamentais (grupos de interesse, meios de comunicação, destinatários das políticas públicas, organizações do terceiro setor, entre outros) (SECHI, 2017).

Para este estudo, sistematizamos as análises a partir da abordagem do ciclo de políticas públicas formulada pelo sociólogo inglês Stephen Ball e por colaboradores. Mainardes (2006) ressalta que as pesquisas baseadas na abordagem do ciclo de políticas públicas permitem o estudo de programas e políticas educacionais da concepção ao desenvolvimento sendo um importante referencial analítico.

Essa abordagem propõe o desenvolvimento das políticas como um ciclo contínuo com enfoque em cinco contextos: influência, produção do texto, prática, resultados e estratégias políticas. O contexto de influência considera que as discussões e os embates entre diferentes grupos de interesse repercutem no desenvolvimento das políticas públicas educacionais e conseqüentemente na

definição de seus conceitos iniciais (MAINARDES, 2006). No contexto de influência da Política Brasileira de Pós-Graduação podemos citar diferentes agentes, como o Ministério da Educação – MEC, a CAPES, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, os pró-reitores de pós-graduação e pesquisa, os coordenadores de programas de pós-graduação, entre outros.

O contexto de produção de texto é associado ao contexto anterior de influência. No contexto de produção de texto, os documentos sobre a política pública são elaborados, trazendo para o conhecimento do público geral os conceitos determinados no contexto de influência. Uma vez que no contexto de influência ocorrem controvérsias entre diferentes grupos de interesse, é possível encontrar documentos oficiais não coesos e por vezes contraditórios (MAINARDES, 2006). Nesse enquadramento, buscamos nos aproximar na trajetória do PROEX, conforme apresentado no segundo capítulo.

O terceiro, denominado contexto da prática, refere-se ao cenário de implementação da política pública pelos atores educacionais. Os profissionais envolvidos no contexto da prática interpretam os documentos oficiais de acordo com suas vivências e experiências prévias. As diferentes interpretações do texto político podem ocasionar alterações nos objetivos e conceitos iniciais da política (MAINARDES, 2006). No âmbito da Política Brasileira de Pós-Graduação, os pró-reitores de pós-graduação e pesquisa, os coordenadores e docentes de programas de pós-graduação são importantes agentes envolvidos no processo de produção de políticas públicas direcionadas para o setor. Daí decorre nosso propósito de abordagem dos coordenadores de programas, como atores importantes que vão constituindo suas percepções sobre o PROEX, implicados com sua implementação.

O contexto dos resultados ou efeitos analisa, após implementação, as consequências e os impactos da política pública. Ball propõe, para esse contexto, dois níveis: efeitos de primeira ordem e de segunda ordem. Os efeitos de primeira ordem são observados em curto ou médio prazo e são relativos às mudanças imediatas, como, por exemplo, a percepção pela comunidade de melhoria na estrutura de escolas que recebem recursos de políticas públicas com objetivo de suporte e infraestrutura. Os efeitos de segunda ordem são notados com o tempo e estão relacionados “ao impacto dessas mudanças nos padrões de acesso social, oportunidade e justiça social” (MAINARDES, 2006, p. 55).

O último contexto da estratégia política elabora novas ações para o desenvolvimento da política pública, diante das observações dos resultados e impactos da implementação da política analisados no contexto dos resultados ou efeitos, buscando solucionar ou mitigar as desigualdades identificadas. A abordagem do ciclo de políticas é formada por vários elementos e aspectos associados, necessitando de reflexões sobre diferentes perspectivas que contribuem para a análise de políticas públicas (MAINARDES, 2006).

No bojo da atenção a abordagem de uma política pública, implicada com o processo de avaliação da pós-graduação, configuramos uma organização metodológica conforme apresentamos na seção seguinte.

5 METODOLOGIA

Em termos metodológicos, na articulação de perspectivas qualitativa e quantitativa, combinamos procedimentos e instrumentos, conforme as demandas da pesquisa. Saliencia-se que os métodos qualitativo e quantitativo não se opõem, e sim, se complementam no intuito de evidenciar dados mais detalhados de determinado fenômeno ou realidade social (LANDIM *et al.*, 2006).

Para contextualização, conforme primeiro capítulo, buscamos conhecer as políticas de avaliação da pós-graduação, com suas especificidades e seus propósitos. Elegemos a América Latina, e nesse contexto, buscamos as características das políticas de avaliação e suas interfaces com a política brasileira. Os países estudados na análise comparativa foram: Argentina, Colômbia, Costa Rica e México, escolhidos por terem políticas de avaliação da pós-graduação consolidadas.

Inicialmente, levantamos as instituições de cada país envolvidas na avaliação da pós-graduação e os documentos que descreviam os processos avaliativos, disponibilizados nos *sites* institucionais. Após análise dos documentos encontrados, selecionamos algumas características a serem comparadas com a realidade brasileira, diante da múltipla complexidade na qual o tema da avaliação está inscrito. Assim, analisamos os marcos referenciais de avaliação de cada país, as instituições, as modalidades de pós-graduação, as principais variáveis de avaliação e a periodicidade. Os dados apontam para particularidades, conforme cada contexto nacional, e para pontos de comunicabilidade, notadamente, na busca pela qualidade da pós-graduação.

Reconhecendo as especificidades do contexto brasileiro, notadamente, com a avaliação da pós-graduação resultando em notas aos programas, investimos esforços na caracterização do PROEX, no bojo de seu caráter de atenção aos programas de melhores notas, ou seja, de excelência.

Para a descrição da política pública PROEX, elegemos dois aspectos: seu arcabouço legal e os indicadores de investimentos globais, conforme consta no segundo capítulo. Nesse propósito, foram realizadas análises guiadas pelos conceitos estabelecidos por Stephen Ball, delimitados na abordagem do ciclo de políticas. Nesse sentido, no que se refere ao seu arcabouço legal, analisamos os textos formais que regularam o PROEX (disponíveis na página do programa no *site* institucional da CAPES), considerando o contexto de produção de textos e da prática, adotando a técnica de análise documental.

Para o exame dos indicadores relativos aos investimentos de fomento à pós-graduação, no contexto dos resultados, coletamos os dados relativos à concessão de bolsas no Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES – GEOCAPES, de acesso público (CAPES, 2020). Os dados relativos aos recursos despendidos em custeio e capital foram solicitados à Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB da CAPES, que os forneceu no período compreendido entre 2013 a 2020.

Como resultado, apresentamos a processualidade da constituição das normativas do PROEX, evidenciando os ajustes empreendidos na sua trajetória e os investimentos destinados. Nesse desenvolvimento, detalhamos a área de ensino e de educação, permitindo evidenciar assimetrias, dado a concentração dos programas de excelência no eixo sul e sudeste. Portanto, emerge o desafio de corrigir assimetrias.

Nesse desafio, em articulação com os propósitos de avançar na descrição das políticas públicas, encaminhamos exercício de análise do panorama da pós-graduação na Amazônia Legal, focalizando os beneficiários do PROEX, conforme apresentado no terceiro capítulo. Para descrição, valemo-nos principalmente dos dados disponibilizados no *site* institucional e nos Relatórios de Gestão da CAPES, 2008, 2009, 2011, 2015 e 2016, utilizando novamente a técnica de análise documental. Para a verificação do panorama recente da pós-graduação na Amazônia Legal e do alcance do PROEX na região, analisamos os dados disponibilizados na Plataforma Sucupira e no GEOCAPES.

Com isso, até então, conseguimos descrever a política pública de avaliação da pós-graduação em vinculação com o PROEX podendo situá-la no contexto da América Latina (primeiro capítulo), descrever seu itinerário, caracterização e investimentos (segundo capítulo) e atentar para o desafio das assimetrias (terceiro capítulo). Desse modo, acreditamos que compomos um conjunto de reflexões, em conexão com os objetivos da pesquisa que sustentam a continuidade do estudo, desenvolvido, no quarto capítulo, com propósito de identificar as percepções dos coordenadores de cursos de pós-graduação e registrar o processo de formulação da política pública.

Para identificar a percepção dos coordenadores e ex-coordenadores dos cursos de pós-graduação da grande área ciências biológicas sobre o PROEX, desenvolvemos e aplicamos um questionário, cujo os dados coletados apresentamos no quarto capítulo. Cabe considerar que a grande área ciências biológicas possui grande representatividade no PROEX, tendo participantes desde o primeiro ano do programa e atualmente possuindo aproximadamente 14,5% do total de PPGs participantes, justificando sua escolha como público da pesquisa.

Encaminhamos o questionário, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO III) para aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UFRGS, obtendo autorização em 6 de janeiro de 2021 (ANEXO II).

O questionário foi desenvolvido por meio da ferramenta *Google Forms*, versão gratuita, que permite a aplicação de forma *online*. Atendendo a recomendações do CEP da UFRGS, primeiro enviamos por *e-mail* aos possíveis participantes da pesquisa o TCLE, dando ciência dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos de coleta de dados e convidando a participação na condição de voluntário (a). Aos participantes que retornaram o TCLE com os dados pessoais preenchidos (nome e carteira de identidade) e com a marcação da opção de “Sim, aceito participar da pesquisa”, foi encaminhado novo *e-mail* com o questionário para resposta.

Apuramos um total de 255 coordenadores e ex-coordenadores de programas de pós-graduação da grande área ciências biológicas beneficiários do PROEX entre os anos de 2004 a 2019. Dos 255 coordenadores e ex-coordenadores, um estava falecido, 25 não conseguimos contato e 11 recusaram a participação, restando 218 possíveis respondentes. Dos 218, tivemos um retorno positivo com o envio do TCLE ou de aceite por escrito de 72 coordenadores e ex-coordenadores. Entretanto,

responderam efetivamente o questionário 61 participantes, obtendo uma taxa de 28% de respostas.

Para auxiliar na análise das respostas dos coordenadores e ex-coordenadores ao questionário, utilizamos o *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), que permite cinco tipos de análises estatísticas textuais: pesquisa de especificidades de grupos, classificação hierárquica descendente, análises de similitude e nuvem de palavras. É uma importante ferramenta de processamento de dados que apoia os pesquisadores nas interpretações das informações coletadas. Neste trabalho, para o processamento de dados, utilizamos a nuvem de palavras, que agrupa e organiza as palavras citadas com mais frequência, pelos participantes nas respostas abertas, graficamente.

No quarto capítulo também constam as considerações advindas do depoimento do Prof. Jorge Guimarães, que na ocasião, autorizou seu uso nesta tese.

6 ARTIGO I

AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: INTERFACES COM O SISTEMA BRASILEIRO

Artigo publicado na Revista de Educação Educere et Educare

ISSN 1981-4712

DOI: <https://doi.org/10.17648/educare.v16i39.23478>

Revista de Educação Educere et Educare

Daniela Côco
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Eliana Tavares Pereira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Talita Oliveira
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Livio Amaral
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

**AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA:
INTERFACES COM O SISTEMA BRASILEIRO**

**POSTGRADUATE EVALUATION AND ACCREDITATION IN LATIN AMERICA:
INTERFACES WITH THE BRAZILIAN SYSTEM**

Brasília, 2019.

AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: INTERFACES COM O SISTEMA BRASILEIRO

RESUMO: Este artigo focaliza as características das políticas de acreditação e avaliação da pós-graduação na América Latina, atentando para interfaces com a política brasileira. Objetivando contribuir na produção de reflexões sobre as tendências no desenvolvimento das políticas avaliativas da pós-graduação na América Latina, estudou-se os países Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica e México. Com as análises dos processos avaliativos constatou-se que, em relação ao caráter de compulsoriedade, ocorre uma distribuição entre países, com um grupo em que a avaliação é obrigatória e outro voluntária. No que tange à parametrização, as

variáveis mais comuns são a atenção ao corpo docente e ao corpo discente, e as escalas avaliativas se distribuem entre indicadores quantitativos e qualitativos. Quanto ao processo, conta-se a condução por pares acadêmicos de reconhecida competência, tendo, em quase todos os países, uma etapa de autoavaliação. Relativo à periodicidade, ocorre uma diferenciação nos países, captando intervalos entre 3 e 10 anos. No conjunto, os diversos modelos avaliativos analisados buscam atestar a qualidade e fomentar um processo contínuo de melhorias dos programas de pós-graduação.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação; pós-graduação; América Latina.

POSTGRADUATE EVALUATION AND ACCREDITATION IN LATIN AMERICA: INTERFACES WITH THE BRAZILIAN SYSTEM

ABSTRACT: This article focuses on the characteristics of postgraduate accreditation and evaluation policies in Latin America, focusing on interfaces with Brazilian politics. In order to contribute to the production of reflections on the trends in the development of postgraduate evaluation policies in Latin America, the countries Argentina, Brazil, Colombia, Costa Rica and Mexico were studied. The analysis of the evaluation processes shows that, in relation to the compulsory nature, there is a distribution among countries, with one group in which the evaluation is mandatory and another voluntary. Regarding parameterization,

the most common variables are attention to faculty and students, and the assessment scales are distributed between quantitative and qualitative indicators. Regarding the process, it is contacted the conduct by academic peers of recognized competence, having, in almost all countries, a self-assessment stage. Regarding the periodicity, there is a differentiation in countries, capturing intervals between 3 and 10 years. Taken together, the various evaluation models analyzed seek to attest to quality and foster a continuous process of improvement of postgraduate programs.

KEYWORDS: Evaluation; postgraduate studies; Latin America.

1 Introdução

No mundo – cada vez mais globalizado, marcado por reconfigurações geopolíticas e cindido por disputas econômicas –, se afirma a ideia de que a produção de riquezas está atrelada à geração de conhecimento (DIAS SOBRINHO e DIAS, 2006). Nesse contexto, na América Latina, as Universidades constituem-se, comumente, como o principal reduto de construção do saber, implicadas com a produção da maioria das inovações que proporcionam o desenvolvimento científico e tecnológico. Como isso, são importantes agentes econômicos na promoção de meios para que os países latinos se posicionem na geopolítica mundial como também exportadores de conhecimento e não apenas receptores (AGUILAR, 2015).

No sistema universitário, os programas de pós-graduação ganham destaque como indutores de pesquisas científicas e tecnológicas, uma vez que se constituem como responsáveis pela formação de docentes e investigadores de alto nível, contribuindo para o crescimento científico, no mercado público e privado. Exercem, portanto, papel tático na evolução das universidades e da sociedade (ARGENTINA, 1998).

Na atenção às Universidades e seus programas de pós-graduação como instrumentos estratégicos de desenvolvimento científico e social, os países formam suas políticas de avaliação. Na correlação entre as políticas de avaliação e o reconhecimento institucional, observa-se que quanto mais próximas de critérios considerados garantidores de qualidade, como otimização de recursos e alta produção de conhecimento, mais valoradas são as instituições (DIAS SOBRINHO e DIAS, 2006).

Neste quadro de destaque para o fomento da qualidade da pós-graduação, este trabalho objetiva cotejar sistemas de avaliação da pós-graduação na América Latina, por meio de observação comparativa de seus processos, buscando captar contrastes e similaridades. Nesse propósito, este artigo está organizado de modo a apresentar sinteticamente os referenciais tomados para conceituar avaliação em articulação com metodologia desenvolvida para cotejar as políticas de avaliação nos países pesquisados, a contextualizar a pós-graduação na América Latina e a focalizar a dinâmica de desenvolvimento da avaliação. Com isso, é possível evidenciar as peculiaridades dos vários modelos avaliativos pesquisados, que convergem na

finalidade de fomentar melhorias e atestar a qualidade dos programas de pós-graduação.

2 Conceituação de avaliação e metodologia do estudo

Ao estudar os sistemas de avaliação da pós-graduação na América Latina, cabe inicialmente assinalar para um campo semântico que integra dois termos: **avaliação e acreditação**. O termo acreditação não é comumente usado no Brasil, mas seu significado é similar ao da palavra certificação (JÚNIOR e CATANI, 2009). A Rede Ibero-americana para a acreditação da qualidade da educação superior (RIACES), define em seu glossário internacional acreditação como: “Processo para garantir a qualidade de uma instituição ou de um programa educativo” (RIACES, 2017, p. 8). Segundo Dias Sobrinho (2006), há diferenças entre acreditação e avaliação: “O foco central da acreditação é o controle da garantia da qualidade. Por sua vez, a avaliação se associa mais à lógica de melhoramento acadêmico”, (DIAS SOBRINHO, 2006, p. 286 *apud* BARREYRO e LAGORIA, 2010).

Para Lamarra (2007), os termos avaliação e acreditação estão relacionados, apesar de serem distintos. Toda acreditação dependeria de uma prévia avaliação, mas nem toda avaliação teria fins de acreditação (LAMARRA, 2007 *apud* BARREYRO e LAGORIA, 2010). Dias Sobrinho (2008), considera que avaliação e acreditação quase sempre estão associadas. Porém a palavra acreditação teria maior destaque na maioria dos países, em virtude do seu sentido regulatório (DIAS SOBRINHO, 2008).

A partir desse referencial, é possível afirmar que, ambos os processos denominados acreditação ou avaliação da pós-graduação, na América Latina usualmente tem objetivos semelhantes, dirigidos à garantia de padrões mínimos de qualidade dos programas. Com isso, esse campo semântico ganha também uma associação com a ideia de qualidade.

Neste caso, ao abordar o conceito de qualidade, ressalta-se que não há um consenso sobre sua definição. Davox (2007) enfatiza que em educação, a palavra qualidade permite múltiplos sentidos, podendo ser usada para um sistema que permita bom domínio de conteúdo, aquisição de cultura científica

ou literária, desenvolvimento de capacidades técnicas ou para referenciar à eficiência, à eficácia e à efetividade de uma instituição (DAVOX, 2007). Ainda que nos limites de um artigo não se tenha espaço para detalhamentos, cabe indicar a composição de um vasto campo de estudos, abarcando conceituação, indicadores e dimensões associadas, indicando que a qualidade social da educação é um debate em aberto (TEDESCO e REBELATTO, 2015). Nessa complexidade, dado o escopo de focalização deste estudo, seleciona-se o conceito do glossário da RIACES, instituição especializada em processos de acreditação, que aponta para o

Grau em que um conjunto de características diferenciadoras inerentes ao ensino superior cumpre com uma necessidade ou expectativa estabelecida. Em uma definição simples, refere-se ao funcionamento exemplar de uma instituição de ensino superior. Instituição ou programa que atenda aos padrões previamente estabelecidos por uma agência ou organismo de acreditação. (RIACES, 2017, p. 15)

Com essa conceituação, busca-se cotejar algumas características das políticas de avaliação da pós-graduação, recortando o contexto da América Latina, com atenção a possíveis interfaces com a política brasileira. No desenvolvimento da metodologia do estudo, por meio de análise comparativa, estudou-se os países Argentina, Colômbia, Costa Rica e México. Estes países foram escolhidos em função de possuírem políticas educacionais voltadas à melhoria da qualidade da pós-graduação consolidada. Assim, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de cunho qualitativo, com adoção da técnica de análise documental para a apreensão dos dados. A pertinência dessa técnica, reside no fato de ser, comumente, utilizada na verificação e acesso a fontes de informação, voltada a desenvolver novos conhecimentos, gerar diferentes formas de compreender os fenômenos e suas origens (SÁ-SILVA, ALMEIDA e GUIDANI, 2009).

Como procedimentos, realizou-se levantamentos sobre as instituições de cada país envolvido na avaliação da pós-graduação, reunindo documentos que descrevem os processos avaliativos. As informações agrupadas indicam a complexidade na qual o tema da avaliação está inscrito. Decorrente desses dados, focaliza-se, neste texto, algumas características a serem comparadas com a realidade brasileira, no intuito de contribuir no debate sobre as

tendências de desenvolvimento das políticas de avaliação da pós-graduação na América Latina. Assim, propõe focalizar os marcos referenciais de avaliação de cada país, as instituições, as modalidades de pós-graduação, as principais variáveis de avaliação e a periodicidade.

Delineado a focalização, segue-se para o próximo tópico, informando sobre a avaliação da pós-graduação em cada país selecionado para o estudo.

3 Avaliação da pós-graduação na América Latina

A educação superior na América Latina sofreu grandes transformações nas últimas décadas, impulsionada pelas mudanças econômicas e políticas dos países. Como consequência houve a expansão do sistema, a ampliação do acesso e o surgimento de novas instituições (públicas e privadas). Ressalta-se que o crescimento da oferta de cursos superiores ocorreu com baixa regulação, levando ao aumento da preocupação dos países com a qualidade dos cursos oferecidos (AUIP, 2002; BARREYRO e LAGORIA, 2010).

A intensa globalização e a tendência de internacionalização da educação superior também explicitaram a urgência de se impor níveis de qualidade verificáveis, em especial, para os cursos de pós-graduação. Dado o crescente inter-relacionamento entre países surgiram necessidades como o estabelecimento de critérios de homologação de títulos e diplomas (AUIP, 2002; DIAS SOBRINHO e DIAS, 2006). Ademais com o vasto número de instituições superiores despertou-se o interesse dos alunos sobre dados e especificações acerca da qualidade da instituição em que ingressariam, levando as universidades a disponibilizar evidências de sua excelência (AUIP, 2002).

Nesse contexto de expansão da educação superior na América Latina e da demanda por padrões de qualidade, diversos países desenvolveram políticas de avaliação (BARREYRO e LAGORIA, 2010). Entretanto, verifica-se que os marcos regulatórios e estudos sobre a educação superior, em especial a pós-graduação (temática deste trabalho), iniciaram-se em anos distintos a depender do contexto do país.

Assim, explorando a história dos trabalhos sobre avaliação da pós-graduação no grupo de países estudados (Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica e México), destacamos o Brasil como país precursor, uma vez que a avaliação de programas de pós-graduação brasileira é a mais antiga, iniciada em 1976 (CAPES, c2019). O México realizou a primeira avaliação dos programas de pós-graduação (utilizando as categorias de aprovado, condicionado e emergente) apenas em 1991 (GARCÍA, 2009). Os marcos regulatórios relacionados à avaliação da Colômbia e Argentina também datam dos anos 90. Na Colômbia a Lei nº 30, de 1992 organizou o serviço público de educação superior (COLÔMBIA, 1992) e na Argentina a Lei nº 24.521 de Educação Superior de 1995 regulou o sistema (ARGENTINA, 1995). A Costa Rica por sua vez é o país que possui a referência mais recente, instituindo o Sistema Nacional de Acreditação da Educação Superior (SINAES) somente em 2002, por meio da Lei nº 8.256 (COSTA RICA, 2002).

Assim, observa-se que a convicção da importância da avaliação associada aos propósitos de melhoria contínua da educação ganha progressivamente aderência entre os países da América Latina, em articulação com a afirmação de que o progresso científico é fundamental para o desenvolvimento econômico e social. Com isso, atualmente, todos os países consultados possuem ações de avaliação da pós-graduação, sendo necessário atentar para as particularidades de cada contexto investigado.

Devido às diferenças acadêmicas, administrativas e jurídicas, o planejamento e a execução das ações de avaliação da pós-graduação são realizadas por diferentes instituições, a depender do país: órgãos, conselhos, ministérios, etc. Segue no quadro 1 a relação das principais instituições envolvidas na avaliação por país.

Quadro 1 - Instituições envolvidas na avaliação

Instituições		
Sigla	Nome	País
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Brasil

CONEAU	Comissão Nacional de Avaliação e Acreditação Universitária	Argentina
CONACES	Comissão Nacional de Asseguramento da Qualidade da Educação Superior	Colômbia
CNA	Conselho Nacional de Acreditação	Colômbia
SINAES	Sistema Nacional de Acreditação da Educação Superior	Costa Rica
CIEES	Comitê Interinstitucional para a Avaliação da Educação Superior	México
CONACYT	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia	México

Fonte: Informação adaptada de CAPES, CONEAU, CNA, SINAES e CONACYT, 2019.

Para interpretar as diferentes ações de avaliação da pós-graduação por país, se faz necessário examinar as modalidades de pós-graduação existentes. Segue no quadro 2 os níveis de pós-graduação por país de estudo.

Quadro 2 - Níveis de pós-graduação

Brasil	Argentina	Colômbia
Especialização	Especialização	Especialização
Mestrado Profissional	Mestrado Profissional	Mestrado
Mestrado Acadêmico	Mestrado Acadêmico	Doutorado
Doutorado	Doutorado	
Costa Rica	México	
Especialização	Especialização com orientação a investigação	
Mestrado Profissional	Mestrado com orientação a investigação	
Mestrado Acadêmico	Doutorado com orientação a investigação	
Doutorado	Especialização com orientação profissional	
	Mestrado com orientação profissional	
	Doutorado com orientação profissional	

Fonte: Informação adaptada de CAPES, CONEAU, CNA, SINAES e CONACYT, 2019.

Observa-se que as modalidades de pós-graduação são variáveis de acordo com o país, sendo que os níveis de especialização, mestrado e doutorado se apresentam como os mais comuns. Cabe destacar também o mestrado profissional, com perfil diferenciado dos tradicionais mestrados acadêmicos. De maneira geral, seus objetivos se vinculam ao setor produtivo e tecnológico dos países, frequentemente voltados à capacitação de profissionais em técnicas, processos ou temáticas que atendam ao mercado (AUIP, 2002; CAPES, 2014). Nota-se que esse nível de pós-graduação é encontrado em todos os países estudados. Sendo o México o único país que apresenta a categoria profissional também para os níveis de especialização e doutorado. É interessante recordar que no Brasil, o mestrado profissional é recente, sendo reconhecido a partir de 1998 (FIALHO e HETKOWSKI, 2017).

Relacionando as modalidades de pós-graduação com o processo de avaliação de cada país verifica-se que todos avaliam os níveis de mestrado e de doutorado. Entretanto este consenso não ocorre no nível de especialização. No Brasil, por exemplo, os cursos de especialização não são avaliados. Na Costa Rica, não se encontra menção à avaliação de cursos de especialização na página oficial da *internet* do Sistema Nacional de Acreditação da Educação Superior (SINAES). Na Colômbia, a avaliação de cursos de especialização ocorre primordialmente para as áreas médicas (MINISTERIO DE EDUCACIÓN NACIONAL, 2010). Somente na Argentina e no México os órgãos reguladores informam que os cursos de especialização são constantemente avaliados (CONEAU, 2017; CONACYT, 2015).

Assim, contextualizado a pós-graduação na América Latina, com atenção aos órgãos normativos de avaliação que acompanham as modalidades dos cursos em cada país, no próximo tópico focaliza-se a dinâmica de desenvolvimento da avaliação buscando evidenciar as singularidades de cada país.

4 Desenvolvimento da Avaliação da pós-graduação

Para cotejar os sistemas de avaliação da pós-graduação na América Latina cumpre observar que a avaliação é uma atividade complexa que envolve

diversas variáveis, gerando impactos internos e externos aos programas e, mormente, está associada à destinação de investimentos. Objetivando compreender as diferenças e semelhanças entre os processos de avaliação de cada país, apresenta-se dados sobre seu funcionamento, evidenciando características marcantes.

No Brasil, a instituição responsável por certificar a qualidade da pós-graduação é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esta agência realiza a Avaliação das Propostas de Cursos Novos (APCN) e a avaliação periódica de permanência de todos os programas regulares. Para a implantação de um novo curso de pós-graduação as instituições de ensino superior submetem propostas ao processo de APCN, que possui várias fases. Destaca-se como principais fases a de verificação dos documentos apresentados e a de análise do mérito realizada por uma comissão formada por profissionais de reconhecida competência técnica e científica. Após investigações técnicas e administrativas o novo curso recebe o *status* de “aprovado” ou “não aprovado”. A APCN é a primeira certificação da qualidade da pós-graduação brasileira (CAPES, 2019).

Já a avaliação periódica de permanência é realizada de 4 em 4 anos para todos os cursos de mestrado e doutorado em andamento, em vinculação com a assertiva de garantir a melhoria contínua da qualidade. Os programas de pós-graduação inserem anualmente informações relacionadas ao desempenho do programa em uma plataforma *on-line* gerenciada pela CAPES. Estas informações dão origem a relatórios que são avaliados por comissões formadas por profissionais de reconhecida competência técnica e científica, que analisam a evolução dos programas de pós-graduação. Após todo o processo de avaliação, que envolve diversas etapas, os programas recebem notas que variam de 1 a 7. Programas com notas muito baixas são desativados e programas com notas superiores têm tratamento distintivo, sobretudo, na gestão de recursos (CAPES, 2018).

Na Argentina, assim como no Brasil, a avaliação dos cursos de pós-graduação é obrigatória. O organismo responsável por conduzir o processo de avaliação é a Comissão Nacional de Avaliação e Acreditação Universitária

(CONEAU), que periodicamente lança convocatórias para acreditação de cursos novos e em andamento. A avaliação dos cursos de pós-graduação é realizada por pares de reconhecido conhecimento acadêmico e ao final os cursos são categorizados em A, B ou C de acordo com sua qualidade acadêmica (CONEAU, 2017).

A Colômbia possui um sistema de avaliação, também vinculado à garantia da qualidade da educação superior, composto por duas etapas. A primeira etapa exige que os programas acadêmicos oferecidos pelas instituições de educação superior tenham um “Registro Qualificado”. Esse registro é outorgado pelo Ministério da Educação Nacional, com base em uma avaliação operada pela Comissão Nacional de Asseguramento da Qualidade da Educação Superior (CONACES). A avaliação é realizada por pares acadêmicos e busca garantir que os programas ofertados tenham condições mínimas de qualidade. Em uma segunda etapa as instituições colombianas podem voluntariamente solicitar a “Acreditação de Alta Qualidade”, instrumento por meio do qual o Estado atesta a alta qualidade dos programas de educação superior. Para ter a “Acreditação de Alta Qualidade”, os programas passam por uma avaliação conduzida pelo Conselho Nacional de Acreditação (CNA), com base na recomendação do CNA e o Ministério da Educação outorga a acreditação (CNA, 2010).

Na Costa Rica, os cursos ou programas para funcionarem necessitam de uma autorização que é homologada por diferentes conselhos a depender do *status* jurídico da instituição. O Conselho Nacional de Reitores (CONARE) é o responsável por aprovar os cursos ou programas provenientes de universidades estatais e o Conselho Nacional de Ensino Superior Universitário Privado (CONESUP) regula os oriundos de universidades privadas. Posteriormente, os programas podem voluntariamente se submeter ao Sistema Nacional de Acreditação da Educação Superior (SINAES), órgão oficial de acreditação da educação superior. O SINAES conduz um processo avaliativo do programa com fins de certificação de sua qualidade, marcando o objetivo de assegurar a busca constante pela excelência acadêmica (SINAES, 2012).

O México dispõe de um Programa Nacional de Pós-Graduação de Qualidade (PNPC), política pública de fomento à qualidade da pós-graduação conduzida pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CONACYT). As instituições de educação superior podem solicitar o registro de seus programas de pós-graduação no PNPC. O ingresso no PNPC reconhece a qualidade do programa de pós-graduação, com base em um processo de avaliação gerido por um comitê de pares. Tanto programas novos quanto os em andamento que desejarem renovar sua vigência podem se submeter as convocatórias anunciadas pelo CONACYT (CONACYT, 2019).

Portanto, todos os países estudados conduzem processos avaliativos ambicionando manter um padrão de qualidade de seus programas de pós-graduação. Algumas avaliações são obrigatórias, outras voluntárias, não havendo um padrão definido na América Latina. No quadro 3 resume-se o caráter voluntário ou impositivo das avaliações

Quadro 3 – Caráter da Avaliação

País	Avaliação
Brasil	Obrigatória
Argentina	Obrigatória
Colômbia	Voluntária
Costa Rica	Voluntária
México	Voluntária

Fonte: Informação adaptada de CAPES, CONEAU, CNA, SINAES e CONACYT, 2019.

Os processos de avaliação estudados seguem uma série de padrões e normas desenvolvidos por país, por meio do qual buscam valorar a qualidade dos programas de pós-graduação. No quadro 4 sintetiza-se as principais variáveis usadas.

Quadro 4 – Padrões de Avaliação

Variáveis do Processo de Avaliação

Brasil	Argentina	Colômbia
Proposta do Programa	Inserção e marco institucional	Cumprimento com os objetivos do programa e coerência com a visão e missão da universidade
Corpo Docente	Plano de estudos	Estudantes
Corpo Discente	Corpo docente	Professores - Pesquisadores
Teses e Dissertações	Estudantes	Processos acadêmicos
Produção Intelectual	Avaliação final	Diretrizes curriculares
Inserção Social	Regulamento	Pesquisa, geração de conhecimento
	Infraestrutura, equipamentos e recursos financeiros	Produção artística
		Extensão universitária
		Internacionalização
		Bem estar e ambiente institucional
		Graduados e análise de Impacto
		Recursos físicos
		Gestão administrativa e financeira
Costa Rica	México	
Admissibilidade	Compromisso institucional	
Relação de contexto	Estrutura e equipe acadêmica	
Recursos	Estudantes	
Processo educativo	Resultados e vinculação	
Resultados	Plano de Melhoria	
Sustentabilidade		

Fonte: Informação adaptada de CAPES, CONEAU, CNA, SINAES e CONACYT, 2019.

Ao analisar os principais quesitos dos processos avaliativos dos países estudados, é possível apurar algumas similaridades. Todos os países investigam questões relacionados ao corpo docente e discente para valorarem a qualidade do curso. A maioria considera temas correlatos ao quesito infraestrutura como parte da avaliação, item não utilizado na avaliação

brasileira. Como era esperado, devido as peculiaridades de cada país, alguns quesitos são específicos de um ou poucos países como: inserção social (Brasil), marco institucional (Argentina) e gestão administrativa (Colômbia).

Outra importante característica a ser considerada é como ocorre a condução do processo de avaliação. Nessa categoria, os dados do estudo informam duas fases, como as mais comuns entre os países. A primeira é a utilização da avaliação por pares de reconhecida credibilidade como parte do processo, todos os países consultados optaram por esse tipo de condução. Os pares são os responsáveis por analisar se os programas atendem aos padrões de qualidade estabelecidos. A segunda é a fase de autoavaliação, usada por quase todos os países, com exceção do Brasil que não tem esta previsão.

Ao final de todas as fases dos processos avaliativos, os países atestam a qualidade de seus programas. Cada país utiliza uma diferente nomenclatura para a qualificação, o Brasil homologa notas de 1 a 7, a Argentina conceitos (A, B, C), Colômbia, Costa Rica e México utilizam apenas índices qualitativos. No quadro 5 apresenta-se as escalas usada por cada país de estudo.

Quadro 5 – Escalas de Avaliação

Brasil	Argentina	Colômbia	Costa Rica	México
Excelente (Nota 6 e 7)	Excelente (A)	Acreditado	Acreditado	Aprovado
Muito Bom (Nota 4 e 5)	Muito Bom (B)			Aprovado Com Observações
Bom (Nota 3)	Bom (C)			Em Condição
Não Recomendado (Nota 1 e 2)		Não Acreditado	Não Acreditado	Não Aprovado

Fonte: Informação adaptada de CAPES, CONEAU, CNA, SINAES e CONACYT, 2019.

No que se refere à periodicidade do processo de avaliação da pós-graduação por país, não se encontra uma uniformidade entre o grupo de países estudados. Cada nação possui um prazo entre avaliações distinto, provavelmente devido as especificidades históricas, culturais e administrativas em que os processos de avaliação se desenvolveram.

No Brasil, os programas de pós-graduação são avaliados obrigatoriamente de 4 em 4 anos (CAPES, c2019). Ao passo que na Argentina a primeira acreditação é concedida aos programas de pós-graduação por 3 anos e a reacreditação é homologada por 3 anos ou 6 anos se o programa tiver discentes formados (CONEAU, 2017). Na Colômbia, a acreditação é concedida por 4, 6, 8 ou 10 anos segundo os critérios do conselho avaliativo (CESU, 2006). Na Costa Rica, a primeira acreditação é comumente outorgada por 4 anos, mas pode ser concedida por menor período, enquanto que a reacreditação pode ser outorgada por até 8 anos (SINAES, 2019). No México, a acreditação é fornecida por até 5 anos, a depender do atendimento dos padrões de qualidade exigidos (CONACYT, 2016). No quadro 6 apresenta-se um resumo da periodicidade de avaliação por país.

Quadro 6 - Periodicidade Avaliação

País	Periodicidade
Brasil	Avaliações de 4 em 4 anos
Argentina	1º Acreditação de 3 anos e Reacreditação de 3 ou 6 anos
Colômbia	Acreditação de 4,6,8 ou 10 anos
Costa Rica	1º Acreditação de até 4 anos e Reacreditação de até 8 anos
México	Acreditação até 5 anos

Fonte: Informação adaptada de CAPES, CONEAU, CNA, SINAES e CONACYT, 2019.

Assim, com a apresentação dos dados relativos à dinâmica de desenvolvimento da avaliação da pós-graduação é possível tentar para as peculiaridades dos vários modelos avaliativos presentes no contexto da América Latina, com destaque para o caso brasileiro. No conjunto, destaca-se

a finalidade de fomentar avanços e atestar a qualidade dos programas de pós-graduação.

5 Considerações finais

No objetivo de cotejar sistemas de avaliação da pós-graduação na América Latina, buscou-se elementos associados à compulsoriedade, parametrização, condução e periodicidade do processo, a partir das informações disponibilizadas nos sites institucionais dos países estudados. Com o conjunto de dados reunidos no estudo, observa-se uma variedade de modelos de avaliação e acreditação da pós-graduação na América Latina. Por óbvio, essa observação se justifica na vinculação de cada modelo às necessidades e demandas locais, evidenciando os pressupostos que marcam cada contexto. Nesse sentido, não se trata de fazer juízo de valor entre eles ou de se estabelecer métricas de efetividade. As análises comparativas efetivadas neste estudo visam a situar o Brasil no contexto da América Latina, observando os processos de desenvolvimento da avaliação da pós-graduação.

Nesse propósito, evidencia-se a tendência de impor níveis de qualidade verificáveis da educação superior, em especial, para os cursos de pós-graduação. Com isso, ainda que não seja escopo deste estudo, cabe assinalar a emergência de questionamentos abarcando objetivos, metas, normativas, implementação, impactos, vinculações e outros elementos que, por caminhos diversos, indagam o valor social da educação (HORTA, 2006; FURTADO e HOSTINS, 2014; NETTO, 2018 e outros). De todo modo, com as análises, constata-se que, em relação ao caráter de compulsoriedade, alguns países têm sistemas de avaliação da pós-graduação obrigatórios (Brasil e Argentina) e outros voluntários (Colômbia, Costa Rica e México). No que tange à parametrização, as variáveis de avaliação comuns a todos os países são corpo docente e corpo discente. A escala avaliativa pode ser quantitativa (Brasil) ou qualitativa (Argentina, Colômbia, Costa Rica e México). Quanto a processo de avaliação, destaca-se a realização por pares acadêmicos de reconhecida competência, sendo que quase todos os países, com exceção do Brasil, incluem em seus processos avaliativos uma etapa de autoavaliação. Relativo

à periodicidade da avaliação, constatou-se uma oscilação entre os países, variando de 3 a 10 anos.

Assim, com este estudo, destaca-se que todos os países pesquisados possuem políticas de avaliação, com legislações, normas e procedimentos sobre o processo. Todos os modelos avaliativos registram o propósito de atestar a qualidade dos programas de pós-graduação e o anseio por fomentar a melhoria contínua, mantendo aceso o debate sobre os processos de indução e garantia da qualidade da educação, em especial, na pós-graduação.

Referências

As referências do Artigo foram suprimidas e inseridas na seção REFERÊNCIAS, na parte final da Tese.

7 ARTIGO II

O PROEX/CAPES COMO POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Artigo publicado na Revista Interfaces da Educação

ISSN 2177-7691

DOI: <https://doi.org/10.26514/inter.v12i35.6049>

Revista Interfaces da Educação

Daniela Côco
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Livio Amaral
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

O PROEX/CAPES COMO POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO

THE PROEX / CAPES AS BRAZILIAN PUBLIC POSTGRADUATION POLICY

Brasília, 2021.

O PROEX/CAPES COMO POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO

THE PROEX / CAPES AS BRAZILIAN PUBLIC POSTGRADUATION POLICY

Resumo

O artigo focaliza discussões sobre políticas públicas no âmbito da pós-graduação no Brasil. Para isso, privilegia análises sobre o Programa de Excelência Acadêmica – PROEX, desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Nesse contexto, descreve-se a política pública PROEX, evidenciando o movimento de produção dos textos regulatórios e suas transformações ao longo de sua existência, analisa-se os dados de investimentos globais e os voltados para as áreas de Educação e Ensino. Por meio de pesquisa documental e dos postulados da abordagem do ciclo de políticas, buscou-se analisar as contribuições do PROEX para o fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação – PPGs considerados pela avaliação da CAPES na categoria de excelência. Conclui-se que o PROEX oferece contribuições importantes para a pós-graduação brasileira em termos de financiamento, especialmente, por possibilitar um espaço de certa flexibilidade para a atuação criativa dos atores sociais envolvidos na gestão. A descrição dos dados sinaliza a relevância de políticas públicas de longo prazo e a necessidade de acompanhamento e compreensão das repercussões geradas no processo e movimento de implementação das políticas.

Palavras-chave: Educação, PROEX, Avaliação da Pós-graduação, Política Pública

Abstract

The article focuses on discussions about public policies in the scope of postgraduate studies in Brazil. To this end, it favors analysis of the Academic Excellence Program (PROEX) developed by the CAPES. In this context, the public policy PROEX is described, showing the movement of production of regulatory texts and their transformations throughout its existence, the data of global investments and those focused on the areas of Education and Teaching are analyzed. Through documentary research and the postulates of approaching the policy cycle, we seek to analyze the contributions of PROEX to the strengthening of PPGs considered by CAPES 'evaluation in the category of excellence. It is concluded that PROEX offers important contributions to the Brazilian postgraduate in terms of financing, especially because it allows a space of certain flexibility for the creative performance of the social actors involved in the

management. The description of the data indicates the relevance of long-term public policies and the need to monitor and understand the repercussions generated in the process and movement of implementing policies.

Keywords: Education, PROEX, Postgraduate Evaluation, Public Policy

Introdução

O campo das políticas públicas como área de conhecimento apresenta diferentes enfoques e objetos de investigação, dada a sua natureza multifacetada. De modo geral, entende-se que a produção e o desenvolvimento de uma política pública, no contexto do conceito de Estado democrático, deve atender às complexas necessidades sociais. Nesse sentido, as políticas públicas constituem formas de materialização da presença do Estado na vida cotidiana dos cidadãos. Ainda pode ser entendida como o governo em ação, que a partir da escuta das demandas coletivas, propõe metas, sistematiza planos, programas, projetos, normativas dentre outras estratégias para buscar possíveis soluções diante dos problemas apresentados. Nesse universo, as políticas públicas produzem discursos sobre a realidade e seus desafios.

Destacamos que o processo de produção e desenvolvimento das políticas públicas não é algo simples, linear, sem contradições, conflitos e debates. Implica considerar diferentes fatores, como atuação de grupos de interesse, de atores sociais da classe política, da comunidade civil, de agências e organismos internacionais, de grupos econômicos, da mídia, além de órgãos, agentes institucionais do governo e disponibilidade de recursos. Por isso, investigar uma determinada política pública exige atenção para esse campo de forças variadas e suas influências.

Em termos de análises desse processo de produção das políticas públicas, Souza (2006) traça um panorama com diferentes opções teóricas, em que podemos destacar o aporte do ciclo de políticas. Nessa vertente, ocorre a defesa de que uma política pública compreende diferentes etapas que vai desde fatores que levam uma questão a entrar na agenda de problemas que merecem ser tratados na esfera das políticas públicas, passando pela elaboração do seu respectivo texto formal com objetivos, regras e metas, para então chegar ao processo de apropriação da política pelos atores do contexto da prática, sendo necessário compreender os seus resultados e efeitos em termos de promover melhores condições sociais. Em cada estágio apresenta uma dinamicidade própria e produz informações e dados que alimentam ou se

relacionam com as demais etapas. Assim, as diferentes etapas de produção de uma política pública estão em conexão e evidenciam uma processualidade dialógica.

Situadas essas considerações sobre o campo das políticas públicas, neste artigo dedicamos atenção à análise de um programa no campo da educação, mais especificamente no âmbito do Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG, o Programa de Excelência Acadêmica – PROEX. O crescente número, nos últimos anos, de Programas Pós-Graduação – PPGs acadêmicos e profissionais ampliou significativamente o SNPG no país. Nesse movimento, ocorreu expressiva atuação das instituições de ensino superior públicas e não públicas o que, por via de consequência, gerou demandas por novas políticas públicas de apoio aos PPGs. Historicamente, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES tem figurado como principal agência governamental no fomento à pós-graduação, contribuindo para a formação de recursos humanos de alto nível, custeio para os programas e qualificação da produção científica do SNPG.

Dentre as ações mais contemporâneas da CAPES destacamos, aqui, o PROEX, criado em 2004 na gestão do Professor Jorge Almeida Guimarães, então Presidente do órgão. No seu lançamento, o objetivo definido no PROEX era atender às necessidades dos PPGs avaliados com notas 6 ou 7, considerados de excelência, visando manter os padrões de qualidade. O programa propunha um tratamento diferenciado a esse grupo de PPGs que receberiam recursos suplementares e poderiam decidir, autonomamente, como e em que aplicaríamos as verbas. Ao longo dos anos novas normativas foram estabelecidas, alterando as formas de concessão de bolsas e recursos.

Partindo da premissa – amplamente reconhecida pela comunidade do SNPG – de que o PROEX é uma consistente e relevante política pública, este artigo tem como objetivo descrever o programa e proceder análise sobre suas contribuições no cenário dos PPGs da Área de Educação e Ensino. Para isso, faremos uma breve explanação sobre o processo de avaliação dos PPGs conduzido pela CAPES, seguida da contextualização do PROEX, apresentando seus textos formais, sua operacionalização e os dados de investimentos. Por fim, detalhamos os dados relativos às áreas de Educação e Ensino e sua participação no PROEX.

Alimentamos a expectativa de que a produção desse artigo possa contribuir para o adensamento de análises sobre resultados e alcance do programa analisado, uma vez que ele ainda é pouco discutido no cenário das produções acadêmicas. Em revisão preliminar de literatura no banco de pesquisa de Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, na data de 27/3/2021, o descritor PROEX retornou 52 resultados, sendo apenas dois relacionados ao Programa de Excelência Acadêmica da CAPES. Uma dissertação propondo avaliar a eficiência dos PPGs brasileiros na área de economia, contemplados com PROEX e PROAP (FALQUETTO, 2017) e outra avaliando as estratégias de gestão dos programas de

pós-graduação da Área das Ciências Biológicas II que aderiram ao PROEX (CORRÊA, 2014). Com isso, fica evidenciada uma certa carência de estudos sobre essa temática.

1 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Para este estudo, sistematizamos as análises a partir da abordagem do ciclo de políticas públicas formulada pelo sociólogo inglês Stephen Ball e por colaboradores. Mainardes (2006) ressalta que as pesquisas baseadas na abordagem do ciclo de políticas públicas permitem o estudo de programas e políticas educacionais da concepção ao desenvolvimento sendo um importante referencial analítico.

Essa abordagem propõe o desenvolvimento das políticas como um ciclo contínuo com enfoque em cinco contextos: influência, produção do texto, prática, resultados e estratégias políticas. O contexto de influência considera que as discussões e os embates entre diferentes grupos de interesse repercutem no desenvolvimento das políticas públicas educacionais e conseqüentemente na definição de seus conceitos iniciais (MAINARDES, 2006). No contexto de influência da Política Brasileira de Pós-Graduação podemos citar diferentes agentes como o Ministério da Educação – MEC, a CAPES, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, os pró-reitores de pós-graduação e pesquisa, os coordenadores de programas de pós-graduação, entre outros.

O contexto de produção de texto é associado ao contexto anterior de influência. No contexto de produção de texto, os documentos sobre a política pública são elaborados, trazendo para o conhecimento do público geral os conceitos determinados no contexto de influência. Uma vez que no contexto de influência ocorrem controvérsias entre diferentes grupos de interesse, é possível encontrar documentos oficiais não coesos e por vezes contraditórios (MAINARDES, 2006).

O terceiro, contexto da prática, refere-se ao cenário de implementação da política pública pelos atores educacionais. Os profissionais envolvidos no contexto da prática interpretam os documentos oficiais de acordo com suas vivências e experiências prévias. As diferentes interpretações do texto político podem ocasionar alterações nos objetivos e conceitos iniciais da política (MAINARDES, 2006). No âmbito da Política Brasileira de Pós-Graduação, os pró-reitores de pós-graduação e pesquisa, os coordenadores e docentes de programas de pós-graduação são importantes agentes envolvidos no processo de produção de políticas públicas direcionadas para o setor.

O contexto dos resultados ou efeitos analisa, após implementação, as conseqüências e os impactos da política pública. Ball propõe, para esse contexto, dois níveis: efeitos de primeira ordem e de segunda ordem. Os efeitos de primeira ordem são observados em curto ou médio prazo e são relativos às mudanças imediatas, como, por exemplo, a percepção pela comunidade de melhoria na estrutura de escolas que recebem recursos de políticas públicas com objetivo de suporte e infraestrutura. Os efeitos de segunda ordem são notados com o tempo e estão relacionados “ao impacto dessas mudanças nos padrões de acesso social, oportunidade e justiça social” (MAINARDES, 2006, p. 55).

O último contexto da estratégia política elabora novas ações para o desenvolvimento da política pública, diante das observações dos resultados e impactos da implementação da política analisados no contexto dos resultados ou efeitos, buscando solucionar ou mitigar as desigualdades identificadas. A abordagem do ciclo de políticas é formada por vários elementos e aspectos associados, necessitando de reflexões sobre diferentes perspectivas que contribuem para a análise de políticas públicas (MAINARDES, 2006).

Neste artigo contemplamos a análise de elementos da política PROEX principalmente em três contextos: produção do texto, prática e resultados. No contexto de resultados trataremos apenas dos efeitos de primeira ordem, relacionados às entradas e saídas de programas de pós-graduação no PROEX, face às injunções da Política de Avaliação da CAPES e os investimentos despendidos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na metodologia, adotamos uma combinação dos elementos oriundos de métodos qualitativo e quantitativo. Esses métodos não se opõem, e sim se complementam no intuito de evidenciar dados mais detalhados de determinado fenômeno ou realidade social (LANDIM *et al.*, 2006).

Como mencionado, as análises foram guiadas pelos conceitos estabelecidos por Stephen Ball delimitados na abordagem do ciclo de políticas. Nesse sentido, para a análise dos textos formais que regularam o PROEX, considerando o contexto de produção de textos, coletamos os textos disponíveis na página do programa no *site* institucional da CAPES, adotando a técnica de análise documental. Essa técnica é relevante, por ser comumente utilizada na verificação e no acesso a fontes de informação, voltada a desenvolver novos conhecimentos, gerar diferentes formas de compreender os fenômenos e suas origens (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUIDANI, 2009). Em relação ao contexto da prática, evidenciamos aspectos da operacionalização do repasse dos recursos PROEX e suas alterações.

Para o exame dos investimentos realizados pela política pública PROEX no fomento à pós-graduação, no contexto dos resultados, coletamos os dados relativos à concessão de bolsas no Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES – GEOCAPES, que é um instrumento de acesso público onde a CAPES disponibiliza as informações sobre as bolsas concedidas por seus programas (CAPES, 2020). Os dados relativos aos recursos despendidos em custeio e capital foram solicitados à Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB da CAPES que os forneceu no período compreendido entre 2013 a 2020.

A delimitação desses procedimentos metodológicos possibilita a exposição de um conjunto de dados sobre o PROEX. Para isso, iniciamos com uma breve explanação sobre o processo de avaliação dos PPGs conduzido pela CAPES, de modo a evidenciar suas vinculações e pertencimentos na política de avaliação da pós-graduação brasileira, e em seguida analisamos dados específicos apreendidos de diferentes fontes.

3 AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

Para abordar elementos do PROEX é necessário esboçar considerações sobre a avaliação dos PPGs, que é executada regularmente pela CAPES. É importante situar que a CAPES realiza dois tipos de avaliação: a Avaliação das Propostas de Cursos Novos – APCN e a avaliação periódica de permanência dos programas regulares. Para a implantação de um novo curso de pós-graduação, as instituições de ensino superior submetem propostas ao processo de APCN, que possui várias fases. Após investigações técnicas e administrativas o novo curso recebe o *status* de “aprovado” ou “não aprovado”. A APCN é a primeira certificação da qualidade da pós-graduação brasileira (CAPES, 2021).

A avaliação de permanência é realizada periodicamente para todos os cursos de mestrado e doutorado em andamento, com o objetivo de garantir a melhoria contínua da qualidade. A periodicidade da avaliação de permanência foi inicialmente de 3 em 3 anos (trienal) até o ano de 2014, quando o Conselho Superior da CAPES, decidiu que a avaliação passaria a ser de 4 em 4 anos (quadrienal), periodicidade atual. Na avaliação de permanência, os programas de pós-graduação fornecem informações relacionadas ao desempenho do programa e estas são avaliadas por comissões formadas por profissionais de reconhecida competência técnica e científica, que analisam a evolução dos programas. Após todo o processo de avaliação, que envolve diversas etapas, os programas recebem notas que variam de 1 a 7. As notas 6 e 7 são destinadas, exclusivamente, aos PPGs com oferta de doutorado e correspondem a PPGs com alto padrão internacional de desempenho, considerados referências para as áreas; a nota 5 corresponde à nota máxima admitida para PPGs que ofertam apenas o nível de mestrado e a nota 3 corresponde ao padrão mínimo de qualidade estabelecido para a pós-graduação *strictu sensu*. Programas com notas muito baixas são desativados e programas com notas superiores têm tratamento distintivo, sobretudo em relação ao fomento (CAPES, 2021).

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROEX

4.1 Textos Formais

O PROEX pode ser analisado com base em sua conceituação, normas operacionais e, especialmente, em alterações processadas ao longo do tempo. Como fontes de análise, selecionamos seus textos formais da CAPES: i) Documento Básico de Orientações do Programa de Excelência Acadêmica; ii) Portaria CAPES n.º 34, de 30 de maio de 2006; iii) Portaria CAPES n.º 102, de 12 de agosto de 2015 e iv) Portaria CAPES n.º 227, de 27 de novembro de 2017.

No ano de seu lançamento, em 2004, as normas operacionais do PROEX foram descritas no Documento Básico de Orientações do Programa de Excelência Acadêmica, vigendo até 2006. Entre as normas detalhadas no documento destacamos:

- objetivo do programa - apoio aos PPGs com nota na avaliação 6 ou 7 para manutenção do padrão de qualidade;
- exigência do PPG ter duas avaliações consecutivas com notas 6 ou 7 para ingresso;
- abrangência do PROEX limitada a até 7% do total de PPGs reconhecidos pela CAPES;
- execução dos recursos obrigatoriamente pactuada por um plano de metas acadêmicas;
- exigência da formação de uma Comissão de Gestão (CG/PROEX), composta por um mínimo de três membros (coordenador do PPG, representantes docente e discente, eleitos por seus pares), para a gestão colegiada dos recursos pelo PPG.

No ano de 2006, foi aprovado de fato o regulamento do PROEX com a publicação da Portaria CAPES n.º 34, de 30 de maio de 2006. Em relação ao Documento Básico de Orientações, o regulamento do PROEX trouxe as seguintes inovações:

- pormenorizou as normas operacionais e de execução de recursos;
- descreveu informações sobre a concessão de bolsas, seu gerenciamento, orientações e obrigações aos bolsistas;
- definiu novas atribuições à CG/PROEX, relacionadas à seleção dos bolsistas e ao cumprimento das regras institucionais;
- determinou a obrigatoriedade dos PPGs destinarem 50% dos recursos de custeio fornecidos para o pagamento de bolsas de estudo;
- detalhou a relação de itens financiáveis pelos recursos de custeio concedidos, na qual destacamos a permissão de financiamento da ida de professores para eventos no exterior, de mestrandos para eventos no país, de doutorandos para eventos no país e exterior, ambos com apresentação de trabalho.

No ano de 2015, o regulamento do PROEX foi atualizado com a publicação da Portaria n.º 102, de 12 de agosto de 2015. As mudanças mais significativas foram:

- revogação da limitação da abrangência do PROEX a até 7% do total dos PPGs reconhecidos;
- alteração da regra de ingresso para apenas uma avaliação com nota 6 ou 7;
- acréscimo da permissão de financiamento de professores para ida a eventos no país, de mestrandos a eventos no exterior e retirada da obrigação de apresentação de trabalho.

No ano de 2017, o regulamento do PROEX recebeu novas atualizações com a publicação da Portaria CAPES n.º 227, de 27 de novembro de 2017. Uma das principais

mudanças geradas foi:

- supressão da obrigação dos PPGs de instituírem um plano de metas acadêmicas que direcionasse os termos de concessão.

Assim, no âmbito da produção do texto do PROEX, podemos notar um movimento de ajustes no curso das ações, implicados com sua operacionalização. Essas alterações no texto legal sintetizam processos de intercâmbios de ideias, em que sujeitos envolvidos com a política realizam interpretação e tradução do texto legal. Nesse processo, elaboram novos enunciados e exercem influências sobre o texto da política, podendo induzir pressões para ajustes e mudanças. Assim, podemos inferir que as políticas são encenadas, e não simplesmente implementadas (BOWE *et al.*, 1992). Os atores envolvidos assumem um lugar ativo, crítico, propositivo e interagem com as instâncias gestoras, governamentais, como podemos entender a partir dos dados do PROEX.

4.2 Operacionalização

A operacionalização dos recursos concedidos também sofreu adequações ao longo do tempo. Inicialmente, o modo de repasse dos recursos aos PPGs era efetivado por meio de uma conta pesquisador, gerenciada pelo coordenador do programa de pós-graduação. Tal condição era diferenciada em relação aos demais programas da CAPES, onde os recursos eram repassados às instituições que definiam a alocação nos programas de pós-graduação.

Nos primeiros anos de execução era informado aos PPGs o montante total de recursos a ser disponibilizado, anualmente, e eles decidiam mês a mês quanto deveria ser alocado em bolsas e quanto em custeio. No ano de 2015, a CAPES foi afetada pelo ajuste fiscal implementado pelo governo federal, impactando financeiramente o PROEX. Nesse ano, os programas de pós-graduação foram informados da redução no repasse dos recursos inicialmente previstos, influenciando no planejamento de alocação.

Nos anos subsequentes, a operacionalização foi alterada e os PPGs passaram a ser informados anualmente do número de bolsas e valores de recursos de custeio disponibilizados separadamente.

Com isso, assinalamos que o contexto da prática (BOWE *et al.*, 1992; BALL, 1994) do PROEX, marcado com determinadas estratégias de operacionalização, precisa ser associado aos dados que são apurados.

4.3 PROEX: Dados Gerais Quantitativos

A Tabela 1 detalha as entradas e saídas no PROEX de PPGs ao longo dos anos.

1 Tabela 1 – Ingresso e saída de PPGs

Ano de ingresso ou saída	Nº de PPGs participantes	Nº de PPGs ingressantes	Nº de PPGs que saíram
2004	149	149	0
2005	127	0	22
2008	177	65	15
2011	216	49	10
2014	287	83	12
2015	413	126	0
2018	496	124	41
2019	490	4	10

Fonte: Elaborada a partir de dados do GEOCAPES, 2020

Quando da implementação do PROEX foram consideradas as notas atribuídas aos PPGs nas avaliações Trienal 1998 e 2001, verificando 149 PPGs com duas avaliações notas 6 e 7 aptos a serem beneficiários. No ano seguinte, 2005, foi finalizado o resultado da avaliação trienal 2004, verificando que 22 PPGs decaíram de nota e tiveram que deixar o programa. Nos anos de 2015 e 2018 houve um acréscimo considerável de PPGs², que pode ser entendido como resultado da alteração da norma do regulamento que flexibilizou a regra de entrada. Os ingressos e saídas no ano de 2019 foram devidos ao julgamento de recursos interpostos ao resultado da avaliação quadrienal de 2017.

Na Tabela 2, apresentamos os PPGs beneficiários do PROEX divididos por grande área de avaliação da CAPES, comparando com o total de PPGs passíveis de fomento no ano de 2019.

Tabela 2 – Nº PPGs no PROEX / Nº Total de PPGs por Grande Área

Ano 2019			
Grande Área de Avaliação	PPGs no PROEX	%	Total de PPGs
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	57	14	398
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	71	23	307
CIÊNCIAS DA SAÚDE	80	14	554
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	65	19	336
CIÊNCIAS HUMANAS	60	11	542
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	45	10	442
ENGENHARIAS	52	14	362
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	26	13	201
MULTIDISCIPLINAR	34	6	566
Total Geral	490	13	3708

² Os anos de 2005, 2008, 2011, 2014 e 2018 foram os anos seguintes às avaliações CAPES, havendo entradas e saídas de PPGs no PROEX conforme as novas notas atribuídas.

Fonte: Elaborada a partir de dados do GEOCAPES, 2020.

Constata-se que o PROEX atende programas de todas as 9 grandes áreas. As áreas com maior presença são as grandes áreas de Ciências da Saúde e Ciências Biológicas, respectivamente. A grande área Ciências Humanas que abarca área de Educação, ocupa a quarta posição enquanto a área Multidisciplinar que contempla a área de Ensino ocupa a oitava posição. No ano de 2019, o PROEX fomentou 13% do total de programas passíveis de receber recursos evidenciando sua importância.

Seguimos analisando os dados relacionados ao fomento. A Tabela 3 mostra a média de bolsas concedidas no PROEX aos programas por grande área considerando os dados disponíveis no GEOCAPES (período 2004 a 2019).

Tabela 3 – Média de bolsas concedidas no PROEX

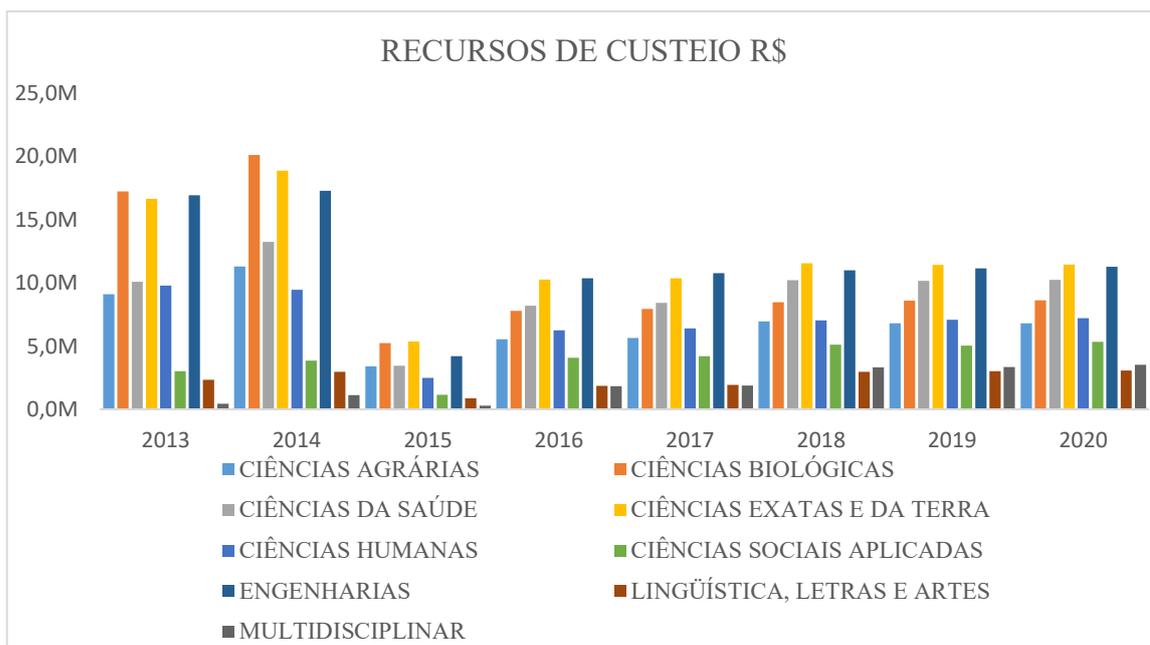
MÉDIA DE BOLSAS		
GRANDE ÁREA	M	D
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	432	632
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	545	880
CIÊNCIAS DA SAÚDE	425	671
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	785	1077
CIÊNCIAS HUMANAS	480	721
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	276	296
ENGENHARIAS	933	760
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	187	218
MULTIDISCIPLINAR	204	352

Fonte: Elaborada a partir de dados do GEOCAPES, 2020.

Verifica-se que, na maioria das grandes áreas, a concessão de bolsas de doutorado é maior que a de mestrado. A grande área Engenharias possui a maior média de bolsas de mestrado, enquanto a área Ciências Exatas e da Terra possui a maior média no doutorado.

No Gráfico 1, evidenciamos os valores de recursos para custeio das atividades concedidos no âmbito do PROEX aos PPGs, divididos por grande área, no período de 2013 a 2020.

Gráfico 1 – Recursos de Custeio Concedidos por Grande Área

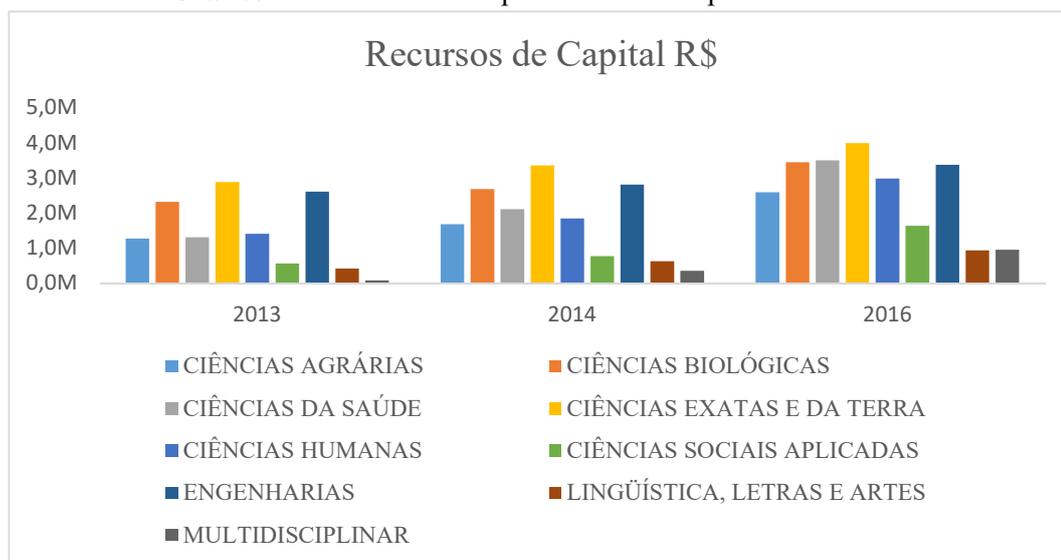


Fonte: Elaborado a partir de dados cedido pela DPB/CAPES

Observa-se que os anos de 2013 e 2014 foram os de maior aporte de recursos financeiros, enquanto o de 2015 com o menor, consequência do ajuste fiscal efetuado pelo governo federal. Nos anos de 2016 a 2020, os valores concedidos foram similares. Nota-se que as grandes áreas de Engenharias, Ciências Biológicas e Ciências Exatas e da Terra receberam os maiores montantes de recursos ao longo do tempo.

No Gráfico 2, detalhamos os valores de recursos para capital concedidos no âmbito do PROEX aos PPGs, divididos por grande área, no período de 2013 a 2020.

Gráfico 2 – Recursos de Capital Concedidos por Grande Área



Fonte: Elaborado a partir de dados cedido pela DPB/CAPES

Semelhante à distribuição dos recursos de custeio, as grandes áreas Engenharias, Ciências Biológicas e Ciências Exatas e da Terra receberam os maiores valores de recursos de capital ao longo do tempo. Evidencia-se que no período analisado foram disponibilizados recursos de capital somente nos anos de 2013, 2014 e 2016. Devido aos desafios orçamentários, essas verbas foram suprimidas, revelando assim um recuo nas possibilidades de financiamento dos PPGs. Assim, os PPGs que integraram o PROEX a partir de 2018 não tiveram acesso a esse tipo de recurso.

Situados esses dados sobre as normativas, operacionalização e abrangência, a seguir buscamos detalhar dados sobre as áreas de avaliação Educação e Ensino. Ressalta-se que os PPGs dessas áreas, em particular, têm uma característica específica, seus públicos-alvo são formados em maioria por professores em efetivo exercício. Assim, adotamos o recorte das áreas de Educação e Ensino dentro do PROEX, considerando a importância da atuação desses PPGs na qualificação dos processos formativos seja de estudantes recém-formados ou de professores em atuação nas redes de ensino.

5 ÁREAS DE AVALIAÇÃO EDUCAÇÃO E ENSINO

Ao refinarmos a busca de dados, considerando as áreas de avaliação Educação e Ensino, encontramos que no ano de 2019 havia 128 PPGs passíveis de receber fomento da área de Educação e 85 PPGs da área de Ensino (Tabela 4).

Tabela 4 – Áreas de Educação e Ensino

Ano 2019			
Área de Avaliação	PPGs no PROEX	%	Total de PPGs
EDUCAÇÃO	10	8	128
ENSINO	6	7	85
Total Geral	16	8	213

Fonte: Elaborada a partir de dados do GEOCAPES, 2020.

Desse quantitativo geral de PPGs, dez da área de educação e seis da área de ensino marcam presença no PROEX no ano de 2019, representando 8% e 7% dos PPGs financiáveis, respectivamente.

Na Tabela 5, detalhamos os PPGs das áreas participantes do PROEX ao longo do tempo, seus anos de ingresso e saída e a média de bolsas concedidas no período.

Tabela 5 – Áreas de Educação e Ensino no PROEX

PPGs no PROEX da Área de Educação					Média de Bolsas	
Região	IES	Programa	Ingresso	Saída	M	D
SUDESTE	UFF	EDUCAÇÃO	2004	2005	15	11
SUDESTE	PUC-RIO	EDUCAÇÃO	2004		11	21
SUDESTE	USP	EDUCAÇÃO	2004; 2014	2008; 2018	22	30
SUDESTE	UERJ	EDUCAÇÃO	2008		1	12
SUL	UNISINOS	EDUCAÇÃO	2008		7	12
SUDESTE	UFMG	EDUCAÇÃO	2011		33	61
SUL	PUC/RS	EDUCAÇÃO	2014		22	40
SUDESTE	UFSCAR	EDUCAÇÃO ESPECIAL (EDUCAÇÃO DO INDIVÍDUO ESPECIAL)	2014		17	22
SUDESTE	PUC/SP	EDUCAÇÃO (PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO)	2015	2018	31	32
SUL	UFRGS	EDUCAÇÃO	2015		34	49
SUL	UFPR	EDUCAÇÃO	2018		54	48
SUDESTE	UFRJ	EDUCAÇÃO	2018		17	19
SUDESTE	UNESP-MAR	EDUCAÇÃO	2018		11	26
Total					275	381
PPGs no PROEX da Área de Ensino					Média de Bolsas	
Região	IES	Programa	Ingresso	Saída	M	D
SUL	UEL	ENSINO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	2015		22	19
SUL	UFSC	EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	2015		27	20
SUDESTE	UNESP-RC	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	2015		8	20
SUDESTE	UNESP/BAU	EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA	2015	2019	19	17
SUDESTE	UFRJ	EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E SAÚDE	2018		10	13
SUDESTE	FIOCRUZ	ENSINO EM BIOCIÊNCIAS E SAÚDE	2018		13	11
SUL	UFRGS	ENSINO DE FÍSICA	2019		5	7
Total					103	106

Fonte: Elaborada a partir de dados do GEOCAPES, 2020.

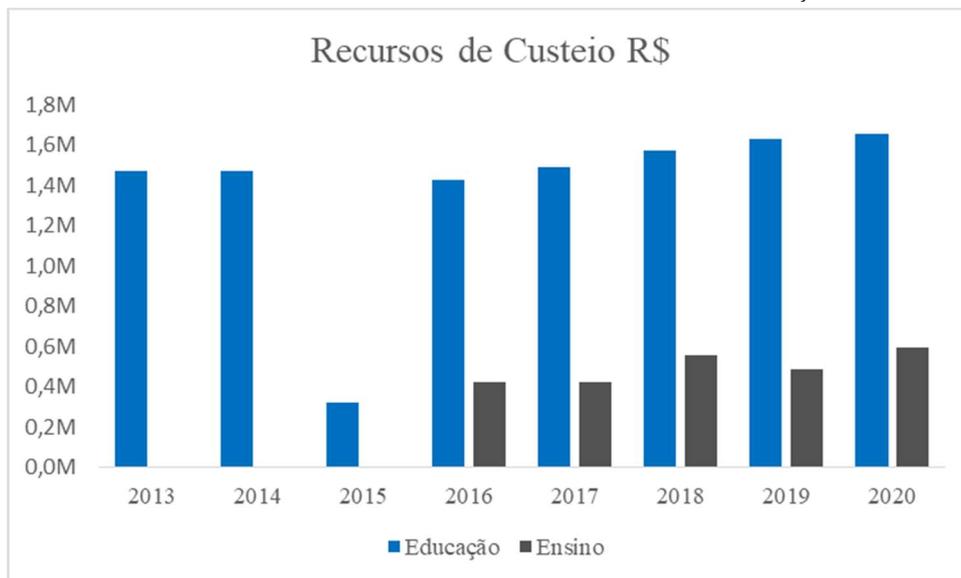
Observa-se que a área de Educação marca presença no PROEX desde o lançamento do Programa, em 2004. Destacamos o PPG em Educação da PUC-RIO que ingressou nesse ano e conseguiu manter seu nível de excelência e sua posição como beneficiário do PROEX. Nota-se que a área vem se desenvolvendo e incorporando novos PPGs no PROEX a cada nova avaliação da CAPES.

A área de Ensino ganhou espaço no PROEX quando foram incorporados quatro PPGs no ano de 2015, dois em 2018 e um em 2019. Considerando o ano de ingresso, pode-se inferir que as alterações realizadas no regulamento para admitir os programas com apenas uma avaliação com nota 6 ou 7 permitiu que mais PPGs pudessem acessar o PROEX, como ocorreu na área de Ensino. Contudo, verifica-se, em ambas as áreas, uma concentração de programas localizados nas regiões Sudeste e Sul indicando assimetrias entre as regiões. Assimetrias que podem ser notadas também dentro das próprias regiões, pois na região Sudeste, a maioria dos programas com a nota exigida estão localizados nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Explorando os dados referentes a investimentos com foco na concessão de bolsas, na Tabela 5, apreendemos que o PROEX financiou um conjunto expressivo de bolsas. Na área de Educação, os dados mostram no geral um quantitativo médio de bolsas de doutorado maior que de mestrado. Na área de Ensino, os quantitativos de bolsas de mestrado e doutorado são similares, com poucas variações. Ressalta-se que os recursos destinados às bolsas constituíram fontes importantes para o desenvolvimento das pesquisas, especialmente, porque viabilizam a atuação dos pós-graduandos de forma exclusiva. Outro fator de destaque é que os PPGs podem realizar a seleção dos bolsistas conforme critérios próprios e prioridades do programa. Nesse aspecto recuperamos novamente a ideia de atuação dos sujeitos envolvidos na política, conforme indicado no contexto de influência e prática do ciclo de políticas públicas (BOWE *et al.*, 1992; BALL, 1994).

Seguindo com a análise dos investimentos em recursos para custeio das atividades concedidos pelo PROEX, o Gráfico 3 mostra as informações relacionadas às áreas de Educação e Ensino no período de 2013 a 2020.

Gráfico 3 – Recursos de Custeio Concedidos às Áreas de Educação e Ensino

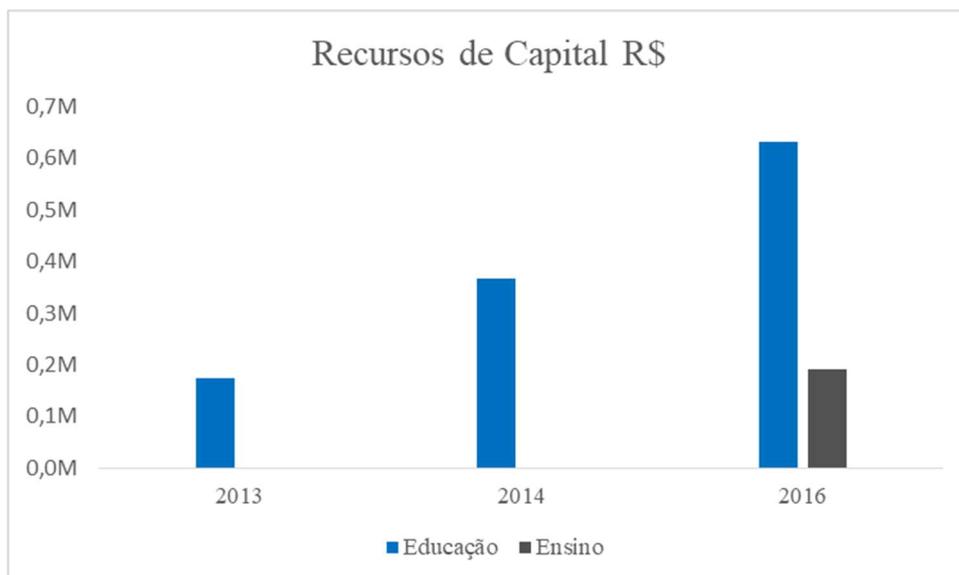


Fonte: Elaborado a partir de dados cedido pela DPB/CAPES

A área de Educação, mais antiga no PROEX, recebeu um aporte de recursos maior comparado à área de Ensino. Nos anos posteriores a 2015, verifica-se um aumento crescente de recursos para área que tem relação com a incorporação de novos programas. A área de Ensino, por ser recente, iniciou o recebimento de recursos de custeio pelo PROEX no ano de 2016. Nos anos de 2016 e 2017, os valores repassados foram idênticos, sendo o ano de 2018 o que aportou o maior quantitativo de recursos, devido a entrada de novos PPGs.

Por fim, o Gráfico 4 detalha o investimento em recursos de capital nas áreas de Educação e Ensino no período de 2013 a 2020.

Gráfico 4 – Recursos de Capital Concedidos às Áreas de Educação e Ensino



Fonte: Elaborado a partir de dados cedido pela DPB/CAPES

A área de Educação, por ter presença no PROEX desde 2004, recebeu recursos de capital em todos os anos disponibilizados. Porém, a área de Ensino por ter ingressado no ano de 2015, só recebeu recursos de capital no ano de 2016. Nenhum PPG que ingressou após 2016 até o momento recebeu aportes nesta rubrica.

Na análise das áreas da educação e do ensino verificamos comunicabilidade entre as políticas públicas no contexto da prática do PROEX, considerando os propósitos de manutenção da excelência dos programas de pós-graduação e de contribuir na formação de quadros funcionais, notadamente, para o campo da educação.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme abordagem do ciclo de políticas explorar os textos nos leva ao conhecimento das proposições anunciadas para a política e como podem ser desdobradas na prática. Além disso, a análise pode evidenciar que as políticas não são estáticas e que adquirem movimento no curso das ações com recuos, avanços e transformações. Para o autor, os textos formais das políticas públicas podem assumir outras nuances ou ganhar vida e materialidade no contexto da prática. São os atores que processam os textos formais e os transformam em prática social. Nesse sentido, retomando de modo intercambiante os cinco contextos apontados pelos autores (influência, produção do texto, prática, resultados e estratégias políticas), entendemos que ao analisar os textos que fundamentam o PROEX parte-se da premissa de que estes foram submetidos a um processo de interpretação, exigindo uma leitura ativa e crítica dos sujeitos, conforme os diferentes desafios e necessidades.

Dos documentos iniciais, depreende-se que o programa priorizava PPGs com trajetória consolidada, uma vez que exigia duas avaliações consecutivas com notas 6 ou 7 para ingresso. Anunciava como seu principal diferencial, a gestão dos recursos repassados diretamente pelos PPGs por meio de comissões de gestão. Essa diretriz mostra relações com a noção de descentralização da gestão, e coloca novas responsabilidades às instituições de ensino superior, ao mesmo tempo abre espaço para o exercício de autonomia no direcionamento dos recursos. Entretanto, apesar do anúncio da noção de autonomia, os documentos regulatórios impunham limitações como a exigência de a execução dos recursos ser pactuada em um plano de metas acadêmicas.

Apesar de o texto regulatório do PROEX ter sido modificado, com o passar do tempo, proporcionando maior abrangência e autonomia dos PPGs, houve uma perda de flexibilidade na operacionalização do repasse dos recursos, visto que os PPGs perderam a liberdade de decidir a proporção que receberiam dos recursos em bolsa e custeio, em aparente contradição.

Ao analisarmos os beneficiários ao longo do tempo (Tabela 1), nota-se que houve uma ampliação da abrangência, em acordo com as alterações regulamentares. Ressaltamos que o número de PPGs que saem é sempre reduzido, um indício de que o programa pode estar contribuindo para a manutenção da qualidade da pós-graduação de excelência, conforme preconizado em seu objetivo. O aumento da abrangência também permitiu o ingresso de PPGs de novas áreas de avaliação, como a área de Ensino.

Na verificação dos investimentos (Tabela 3, Gráfico 1 e 2), observa-se que atualmente a Grande Área com maior número de PPGs beneficiários no PROEX é a de Ciências da Saúde, entretanto a Grande Área Ciências Exatas e da Terra recebe maior aporte de recursos.

Ao analisarmos os dados globais e específicos das áreas de Educação e Ensino, percebemos que a ação de maior aporte financeiro está na disponibilidade de bolsas para os mestrandos e doutorandos, o que significa prioridade no apoio para a formação de recursos humanos. Contudo, o coordenador da área de ensino (2018-2022), prof. Marcelo Borba, sinaliza que uma grande preocupação é com a ausência de correção dos valores das bolsas, alegando que tal processo deteriora as condições de investimentos na pesquisa e na produção da ciência. Em entrevista concedida a Silva e Sousa (2020), o coordenador afirma que:

[...] a oferta de bolsas é de grande importância para o desenvolvimento da ciência em nosso país, uma vez que elas são responsáveis não somente pela subsistência dos pesquisadores como também pela captação de talentos para a pesquisa brasileira. No caso específico da Área de Ensino, vejo como um grande desafio a articulação das políticas públicas com a pesquisa que é desenvolvida nos programas profissionais e nos programas acadêmicos, no que se refere às metas e estratégias de investimentos e repasse de recursos. (SILVA; SOUSA 2020, p. 388)

Os recursos destinados ao custeio para as áreas de Educação e Ensino podem ser considerados restritos no conjunto geral dos dados do PROEX, necessitando de um incremento maior, dadas as características apontadas neste trabalho. Tal cenário é agravado com o término da disponibilidade de recursos para capital, o que impõe maiores preocupações no que diz respeito à infraestrutura para as pesquisas. Apesar de todos esses desafios, cabe notar que a existência do PROEX, em continuidade por 16 anos, constitui uma ação importante de apoio para fomentar a qualidade da pós-graduação, com especial destaque para as áreas de Educação e Ensino. Apesar da área de Educação ser consolidada e a área de ensino ser recente no PROEX, nota-se que os recursos alocados foram importantes para adensar a formação de novos pesquisadores em ambas as áreas. Desse modo, com o referencial do ciclo de políticas (BALL, 2011), assinalamos a necessidade de continuidade, revigorando as estratégias para sua manutenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os objetivos deste artigo, dedicado a análise do PROEX, no propósito de descrevê-lo e desenvolver análises das suas contribuições no cenário dos PPGs da Área de Educação e Ensino, entendemos que as reflexões tecidas com base em fontes documentais de natureza descritiva e quantitativa, reunindo textos, documentos, dados de beneficiários e volume de recursos financeiros privilegiados nessa investigação, confirmam a importância dessa política pública da CAPES para fomentar os PPGs e a pesquisa no Brasil. Além disso, a abordagem do PROEX com o referencial de atenção ao ciclo de políticas (BOWE *et al.*, 1992; BALL, 1994) permitiu a interação com um acervo de dados que revela riqueza e variedade de informações, que merecem análises bem mais pormenorizadas e extensas a fim de compreender as várias dimensões do PROEX e suas decorrências no sistema de pós-graduação.

O recorte estabelecido no campo da Educação e do Ensino para detalhamento das análises indica a potencialidade do acervo da investigação e, no contexto da complexidade presente nas práticas de desenvolvimento das políticas públicas, demanda investimentos em análises refinadas de outras áreas beneficiárias do Programa. Estes novos estudos podem aportar orientações para a organização de políticas públicas e de programas do tipo PROEX com objetivos ainda mais definidos, bem como melhorar a operacionalização e a implementação. Os dados explorados aqui permitiram traçar um panorama do PROEX em função do tempo de existência e seu alcance, sinalizando a relevância de políticas públicas de longo prazo e a necessidade de acompanhamento e compreensão das repercussões geradas no processo e movimento de implementação.

REFERÊNCIAS

As referências do Artigo foram suprimidas e inseridas na seção REFERÊNCIAS, na parte final da Tese.

8 ARTIGO III

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E A PÓS-GRADUAÇÃO NA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL/BRASIL

Artigo publicado na Revista Research, Society and Development

ISSN 2525-3409

DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i14.21598>

Revista Research, Society and Development

Daniela Côco
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Livio Amaral
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E A PÓS-GRADUAÇÃO NA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL/BRASIL

PUBLIC POLICIES TO ASYMMETRIES AND POSTGRADUATE STUDIES IN THE LEGAL AMAZON REGION/BRAZIL

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REDUCIR ASSIMETRIAS Y ESTÚDIOS DE POSTGRADO EM LA REGIÓN LEGAL AMAZÓNIA/BRASIL

Políticas públicas para redução de assimetrias e a pós-graduação na Região da Amazônia Legal/Brasil

Public policies to asymmetries and postgraduate studies in the Legal Amazon Region/Brazil

Políticas públicas para reducir assimetrias y estudios de postgrado em la Región Legal Amazónia/Brasil

Resumo

Circunscrevendo o campo educacional, este artigo atualiza, até o ano de 2020, as informações sobre os principais programas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES voltados à redução de assimetrias no Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG brasileiro, e apresenta um panorama da pós-graduação na Amazônia Legal - Brasil, visando contribuir com as reflexões sobre as assimetrias no SNPG e as abordagens das estratégias de indução. Nesse intuito, foram exploradas informações disponibilizadas no sítio institucional da CAPES e na Plataforma Sucupira. Como resultado, verificou-se a evolução da pós-graduação na Amazônia Legal, que concentrava, no ano de 2020, 421 programas; a maior parte deles recentes, emergentes e em consolidação, o que evidencia também a importância de políticas de consolidação. Observou-se que apesar das diversas políticas públicas voltadas à consolidação da pós-graduação e redução de assimetrias, ao longo do tempo, há ainda diferenças acentuadas entre as regiões do Brasil, especialmente, na área compreendida pela Amazônia Legal.

Palavras-chave: pós-graduação, Amazônia legal, assimetrias, políticas públicas.

Abstract

Circumscribing the educational field, this article updates, until 2020, information on the main CAPES programs aimed at reducing asymmetries in the Brazilian National Graduate System (SNPG) and the panorama of postgraduate studies in the Legal Amazon - Brazil, aiming at contribute to the reflections on the asymmetries in the SNPG and the approaches of induction strategies. For this purpose, information available on the CAPES institutional website and on the Sucupira Platform were explored. As a result, there was an evolution of postgraduate studies in the Legal Amazon, which in 2020 concentrated 421 programs; most recent, emerging and in consolidation, highlighting the importance of consolidation policies. It was observed that despite the various public policies aimed at consolidating postgraduate studies and reducing asymmetries, over time, there are still marked differences between the regions of the country, especially in the area comprised by the Legal Amazon.

Keywords: post-graduation, legal amazon, asymmetries, public policies.

Resumen

Circunscribiendo el campo educativo, este artículo actualiza, hasta 2020, la información sobre los principales programas de la CAPES orientados a reducir las asimetrías en el Sistema Nacional de Posgrado - SNPG de Brasil y presenta un panorama de estudios de posgrado en la Amazonía Legal - Brasil, con el objetivo de contribuir a las reflexiones sobre asimetrías en el SNPG y enfoques de estrategias de inducción. Para ello, se exploró la información disponible en el sitio web institucional de CAPES y en la Plataforma Sucupira. Como resultado, hubo una evolución de los estudios de posgrado en la Amazonia Legal, que en 2020 concentró 421 programas; la mayoría de ellos recientes, emergentes y en consolidación, lo que también destaca la importancia de las políticas de consolidación. Se observó que a pesar de las diversas políticas públicas orientadas a consolidar los estudios de posgrado y reducir las asimetrías, a lo largo del tiempo, aún existen marcadas diferencias entre las regiones del país, especialmente en el área que comprende la Amazonía Legal.

Palabras clave: posgrado, amazonía legal, asimetrías, políticas públicas.

1. Introdução

A educação é o mais potente e impulsor mecanismo de desenvolvimento e transformação social, ganhando especificidades conforme os níveis, etapas e modalidades, sobretudo no que se refere às políticas de

investimentos, de acompanhamento e avaliação. Nesse contexto, focalizamos a pós-graduação, no quadro de reconhecimento da importância do seu papel na formação de recursos humanos e disseminação do conhecimento e de atenção ao seu desenvolvimento na realidade brasileira, marcado pela necessidade de superar a concentração nas grandes cidades e nas regiões sul e sudeste (CAPES, 2010).

Com isso em vistas, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Fundação vinculada ao Ministério da Educação – MEC do Brasil, atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados do país, por meio de políticas públicas de indução e fomento. Além de ser responsável por avaliações regulares e periódicas da pós-graduação nacional, com foco em manter o padrão de qualidade dos cursos ofertados no âmbito do Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG brasileiro.

Quando se faz um recorte da pós-graduação, é possível constatar assimetrias na distribuição dos programas de pós-graduação pelo Brasil, sendo a região da Amazônia Legal (estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do estado do Maranhão) portadora do menor número de programas em comparação com as demais regiões (Rodrigues, 2014; Plataforma Sucupira, 2020). A Amazônia Legal por ser uma região estratégica, onde há grandes riquezas, é foco de várias políticas governamentais, dentre elas políticas públicas de indução para a criação de novos programas de pós-graduação e para a consolidação dos já existentes na região, com o intuito de estimular as pesquisas e consequente o desenvolvimento local.

Nesse sentido, com o propósito de estudar o cenário contemporâneo da pós-graduação na Amazônia Legal, este artigo analisa e debate as principais políticas públicas pertinentes à região, valendo-se de dados quantitativos, informações e tendo como pano de fundo os Planos Nacionais de Pós-Graduação – PNPG e a atuação da CAPES até o ano de 2020.

2. Metodologia

Para avançar na descrição das políticas públicas educacionais, conduzidas pela CAPES, para redução de assimetrias no SNPG e na análise do panorama da pós-graduação na região da Amazônia Legal, adotamos para a apreensão dos dados a técnica de análise documental. Essa técnica é frequentemente empregada na verificação e acesso a fontes de informação, possibilitando a geração de novos conhecimentos e distintas formas de interpretar os fenômenos (Sá-Silva; Almeida; Guidani, 2009).

A pesquisa considerou conjuntamente elementos provenientes dos métodos qualitativo e quantitativo. Para captação das informações relacionadas as políticas públicas voltadas a redução de assimetrias utilizamos os dados disponibilizados no *site* institucional da CAPES e nos Relatórios de Gestão da CAPES, 2008, 2009, 2011, 2015 e 2016. Para a descrição do panorama da pós-graduação na Amazônia Legal, considerando o ano de 2020, servimos dos dados constantes na Plataforma Sucupira (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>) e no Sistema de Informações Georreferenciadas – GEOCAPES (<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>), bases de acesso público gerenciadas pela CAPES.

3. Planos Nacionais de Pós-Graduação

Em uma dimensão histórica, cabe registrar que a pós-graduação no Brasil foi formalizada em 1965, com o Parecer nº 977/65 do Conselho Federal de Educação – CFE, pelo qual foi regulamentada seus níveis (de mestrado e doutorado) e sua função (Patrus et al., 2018). Para o seu desenvolvimento e sua ampliação, foram aplicadas as

diretrizes e orientações previstas nos Planos Nacionais de Pós-Graduação, documentos de caráter norteador das políticas públicas de indução e fomento à pós-graduação no Brasil.

Em 1974 o Decreto nº 73.411 instituiu o Conselho Nacional de Pós-Graduação, no então Ministério da Educação e Cultura. Dos trabalhos desse Conselho derivou o I Plano Nacional de Pós-Graduação (I PNPG – 1975/1979), com as diretrizes de institucionalizar o sistema, elevar os padrões existentes e planejar sua expansão (França, 2012; Carvalho; Silva, 2017).

O II Plano Nacional de Pós-Graduação de 1982/1985, foi proposto em um contexto de recessão econômica. Aparentemente, mais simples que o I PNPG – 1975/1979, aquele focou seus objetivos na busca da qualidade, indicando o aperfeiçoamento dos sistemas de avaliação da pós-graduação e a revisão dos mecanismos que determinavam o apoio e o financiamento às instituições (França, 2012; Carvalho; Silva, 2017).

O III Plano Nacional de Pós-Graduação vigorou de 1986/1989, focalizando o diagnóstico de que o País não possuía na época um quantitativo de cientistas suficiente para atingir, rapidamente, a máxima capacitação científica e tecnológica. Diante disso, o plano tinha como objetivos o aperfeiçoamento dos cursos de pós-graduação, o estabelecimento da pesquisa nas universidades e a inserção da pós-graduação no sistema de Ciência e Tecnologia, juntamente com o setor produtivo (França, 2012; Carvalho; Silva, 2017).

Nos anos de 1990 não houve a formalização de um IV Plano Nacional de Pós-Graduação, devido a diversas questões como restrição orçamentária e falta de articulação entre as agências de fomento existentes. Entretanto, importantes ações foram implantadas nesse período como a expansão do sistema, a diversificação do modelo de pós-graduação, alterações no processo de avaliação e inserção internacional da pós-graduação (França, 2012; Carvalho; Silva, 2017).

Um novo plano foi oficializado nos anos 2000, com vigência de cinco anos: o Plano Nacional de Pós-Graduação de 2005/2010. O objetivo desse plano era o crescimento equânime do SNPG, por intermédio das seguintes diretrizes: estabilidade e indução, estratégias para melhoria do sistema, financiamento e sustentabilidade, novos modelos, políticas de cooperação internacional e de formação de recursos humanos no exterior e, avaliação e qualidade (França, 2012; Carvalho; Silva, 2017).

O último plano em vigor, o Plano Nacional de Pós-Graduação de 2011/2020, apresenta como alicerce as linhas: expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação, criação de uma agenda nacional de pesquisa, aperfeiçoamento da avaliação, a multi/interdisciplinaridade e o apoio a outros níveis de ensino (Kato; Ferreira, 2016).

A análise do conjunto dos planos permite compor um panorama da pós-graduação, considerando as mudanças contextuais e históricas e os desafios que foram enfrentados até o presente, tanto no conjunto da realidade nacional, quanto nas particularidades dos contextos regionais. A existência de assimetrias no sistema de pós-graduação brasileiro é mencionada em diversos documentos, chegando a ganhar um tópico próprio no Plano 2011/2020. Nesse Plano, a abordagem das assimetrias contempla as diferenças entre estados, regiões, mesorregiões e áreas de conhecimento.

4. A CAPES

A CAPES foi criada em 11 de julho de 1951, por meio do Decreto nº 29.741 da Presidência da República, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública. Inicialmente, com o nome de Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, objetivava a formação de pessoal especializado para atender às

necessidades de instituições públicas e privadas. É importante registrar que essa era uma época de intensa industrialização no Brasil, em que se evidenciava a necessidade de formação de especialistas nas mais diversas áreas (Martins et al., 2012).

A missão da CAPES destaca sua contribuição na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados brasileiros (BRASIL, 2008). Sua história se identifica e se integra ao próprio crescimento da pós-graduação, uma vez que é agente na formulação e aplicação dos Planos Nacionais de Pós-Graduação. Dentre suas linhas de atuação destacamos a avaliação, o acesso à produção científica e o fomento e estabelecimento de políticas públicas para a pós-graduação *stricto sensu*.

Desde 1976, a CAPES realiza, por meio de sua Diretoria de Avaliação – DAV, a avaliação do sistema brasileiro de pós-graduação, baseada na premissa de ampla participação da comunidade acadêmico-científica, por meio da colaboração de consultores *ad hoc*, membros da academia, em diferentes etapas. A avaliação é essencial para assegurar e manter a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado no Brasil, certificando a qualidade da pós-graduação brasileira e sendo referência para as políticas públicas de investimentos, notadamente na forma da concessão de bolsa e de fomento à pesquisa.

A primeira certificação da qualidade da pós-graduação brasileira consiste na Avaliação das Propostas de Cursos Novos – APCN. As instituições de ensino superior que desejam a implantação de um novo curso de pós-graduação, submetem propostas ao processo de APCN. Após análises técnicas e administrativas o novo curso recebe o status de “aprovado” ou “não aprovado” (CAPES, 2021).

Os cursos de mestrado e doutorado em andamento, passam pela avaliação periódica de permanência, de 4 em 4 anos (quadrienal), com o objetivo de garantir a melhoria contínua da qualidade. Na avaliação de permanência, os programas de pós-graduação fornecem informações relacionadas ao desempenho do programa e estas são avaliadas por comissões formadas por profissionais de reconhecida competência técnica e científica, que analisam a evolução dos programas. Ao final de todo o processo de avaliação, que envolve diversas etapas, os programas recebem notas que variam de 1 a 7. As notas 6 e 7 são destinadas, exclusivamente, aos PPGs com oferta de doutorado e correspondem a programas com alto padrão internacional de desempenho, considerados referências para as áreas; a nota 5 corresponde à nota máxima admitida para PPGs que ofertam apenas o nível de mestrado e a nota 3 corresponde ao padrão mínimo de qualidade estabelecido para a pós-graduação *stricto sensu*. Programas com notas muito baixas são desativados. Enfatiza-se que a avaliação tem centralidade para as ações de fomento da CAPES, subsidiando normativas relativas ao financiamento dos diversos programas de fomento da instituição, com repasses atrelados à nota atribuída aos programas de pós-graduação. (CAPES, 2021).

Na atuação para o acesso à produção científica, a CAPES é detentora do Portal de Periódicos, uma das políticas públicas do governo brasileiro para acesso à informação científica e tecnológica, de maior importância e abrangência. Criado, em 11 de novembro de 2000, o Portal de Periódicos tornou-se uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza às instituições de ensino e pesquisa no país o melhor da produção científica nacional e internacional, possuindo atualmente um acervo de mais de 45 mil títulos com texto completo (Miranda et al., 2015).

O Portal de Periódicos da CAPES foi desenvolvido devido as dificuldades no acesso das bibliotecas brasileiras à informação científica internacional, uma vez que seus acervos, à época, eram mantidos por meio da compra de periódicos impressos para cada uma das universidades do sistema superior de ensino federal. Com o surgimento dos periódicos eletrônicos e a instituição do Portal, os pesquisadores brasileiros vinculados às

instituições beneficiárias passaram a acessar simultaneamente o mesmo artigo em qualquer região do País, sem restrições geográficas e de fuso horário (Miranda et al., 2015).

Assim, o Portal foi redutor das desigualdades regionais relacionadas ao acesso à Informação em Ciência e Tecnologia, por promover o acesso à informação em tempo real, disponibilizando aos pesquisadores acesso à produção científica nacional e internacional atualizada, propiciando avanços na pós-graduação brasileira. Destaca-se que o Portal foi um dos únicos modelos de consórcio de bibliotecas no mundo inteiramente financiado pelo governo. (Miranda et al., 2015).

5. Programas para redução de assimetrias regionais

No primeiro ano do último PNPG (2011/2020), importantes iniciativas voltadas ao desenvolvimento regional já estavam em execução. Analisando os programas ativos no ano de 2011 e os posteriormente criados até o ano de 2020, foram lançados pela CAPES programas com objetivo de ampliar o número de docentes doutores e o número de cursos de mestrado e doutorado nas regiões Norte, Centro Oeste e Nordeste, os quais passamos a discorrer nas próximas seções.

5.1 Dinter Novas Fronteiras

Iniciado em 2007, o Programa de Doutorado Interinstitucional – Dinter possibilitava, em nível de doutorado no país, a formação de docentes das Instituições de Ensino Superior – IES, federais ou estaduais, localizadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, via treinamento “in company”, proporcionando a formação de doutores em bloco fora dos grandes centros. As IES localizadas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, apresentavam solidariamente com IES que possuíam programas de pós-graduação já consolidados, propostas de Programas de Doutorado Interinstitucional, com a finalidade de capacitar recursos humanos de sua própria IES e de instituições parceiras. Como financiamento, a CAPES disponibilizava às propostas selecionadas recursos de custeio e bolsas para a formação de recursos humanos (CAPES, 2020a). A tabela 1 resume as chamadas e o número de projetos aprovados no âmbito dessa política.

Tabela 1 – Dinter Novas Fronteiras

DINTER NOVAS FRONTEIRAS 2007 – 2011	
Chamada e Editais	Projetos Aprovados
Convite - 2007	15
Edital 005/2008	34
Edital 005/2009	48

Fonte: elaborada a partir dos Relatórios de Gestão da CAPES de 2008 e 2009; Piotto (2016).

No primeiro ano do Dinter Novas fronteiras as IES das regiões alvo foram incentivadas a participar por meio de convite enviado pela CAPES. Nos anos seguintes, foram lançados editais de seleção, sendo o último no ano de 2009. Houve implementação de bolsas no Dinter Novas Fronteiras de 2008 a 2011, sendo 2010 o ano de maior concessão de bolsas, com 1496 benefícios (GEOCAPES, 2020). Atualmente, o programa encontra-se encerrado (Piotto, 2016).

5.2 Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Novas Fronteiras (PROCAD Novas Fronteiras)

Criado em 2007, o PROCAD Novas Fronteiras visava a consolidação de programas de pós-graduação jovens. Tinha como objetivo apoiar projetos conjuntos de ensino e pesquisa, em instituições distintas, envolvendo diferentes equipes de pesquisa, no intuito de incentivar a formação pós-graduada, a mobilidade docente e discente e a fixação de pesquisadores doutores nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O financiamento da CAPES envolvia recursos de custeio, bolsa (modalidades mestrado sanduíche, doutorado sanduíche e estágio pós-doutoral), além de auxílio moradia no país (CAPES, 2010). Na Tabela 2, estão dispostas informações detalhadas dessa ação.

Tabela 2 – PROCAD Novas Fronteiras

PROCAD NOVAS FRONTEIRAS 2007 – 2009				
Chamada e Editais				
Convite 2007				
Edital PROCAD-NF N° 08/ 2008				
Edital PROCAD-NF N° 21/ 2009				
Dados Quantitativos				
Ano	Projetos Aprovados	Equipes	Bolsas Concedidas	Investimentos (R\$)
2007	82	185	271	19.186.811,98
2008	110	227	421	22.015.709,49
2009	126	325	1.553	34.938.596,90

Fonte: elaborada a partir de Moura (2016).

No âmbito do PROCAD Novas Fronteiras houve três chamamentos públicos: o primeiro em 2007, convidando as IES localizadas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, detentoras de programas de pós-graduação stricto sensu a apresentarem propostas e nos dois anos seguintes, dois editais (2008 e 2009) foram lançados. A partir das informações constantes na Tabela 2, é possível observar a ampliação do número de projetos aprovados e apoiados, além dos investimentos a cada nova chamada. Ressalta-se que esse programa se encontra encerrado.

5.3 Programa de Formação Doutoral Docente – Prodoutoral

O Prodoutoral foi instituído pela Portaria CAPES nº 112, de 10 de agosto de 2008, e foi desenvolvido para estimular, em nível de doutorado, a qualificação dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, com vistas a formar novos grupos de pesquisa em áreas estratégicas e prioritárias, a consolidar grupos já existentes, a fomentar a cooperação acadêmica, a criar programas de pós-graduação e a consolidar programas já existentes. O Programa é realizado de forma compartilhada entre a CAPES e as IFES participantes por meio de um planejamento, cujas bases são descritas no documento Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes – Planfor, no qual a instituição solicitante estabelece os princípios, objetivos e as metas relacionados ao plano de

formação de quadros docentes definidos no âmbito do Programa, considerando um período de abrangência de cinco anos. A CAPES disponibiliza bolsas de doutorado e auxílio moradia no valor de R\$ 1.100,00.

Assim, um docente de uma IFES participantes ao ser selecionado e liberado para cursar doutorado em um programa de pós-graduação stricto sensu em outra instituição poderia receber bolsa e auxílio moradia, se enquadrado nos objetivos estabelecidos no Planfor, incentivado a formação e a mobilidade (CAPES, 2010).

No intuito de aprimorar o Programa Prodoutoral, no ano de 2013, foi aprovado novo regulamento modificando algumas regras de funcionamento para os projetos aprovados a partir da publicação da Portaria nº 140, de 02 de outubro de 2013. Na tabela 3 detalhamos as chamadas, os editais e o número de IES atendidas.

Tabela 3 – Prodoutoral

PRODOUTORAL 2008 – Atual	
Chamadas e Editais	IES atendidas
2008	43
Edital 34/2010	17
2013	47

Fonte: elaborado a partir do Relatório de Gestão da CAPES de 2008; CAPES, (2010b).

Verifica-se dois chamamentos e um edital no âmbito do Prodoutoral. O programa continua vigente com bolsistas ativos. Até o ano de 2020, no Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios – SCBA da CAPES foram registrados um total de 1.222 bolsistas que participaram do Prodoutoral, dos quais 946 foram titulados (dados cedidos pela Diretoria de Programas e Bolsas no País da CAPES).

5.4 Dinter

No ano de 2011, foi lançada a reedição do programa Dinter, sem a nomenclatura novas fronteiras, permitindo a participação de IES de todas as regiões do país. A CAPES manteve como financiamento das propostas selecionadas recursos de custeio e bolsas para a formação de recursos humanos.

Tabela 4 – Dinter

DINTER 2011 – Atual	
Editais	Projetos Aprovados
Edital 013/2011	34
Edital 013/2012	49
Edital 023/2014	47
Edital 011/2015	23
Edital 002/2016	23

Fonte: elaborada a partir dos Relatórios de Gestão da CAPES 2011, 2015 e 2016.

Ao todo, foram lançados cinco editais para o programa Dinter, o último no ano de 2016. Atualmente, ainda há turmas e bolsistas do Dinter ativos, portanto, o programa continua vigente, apesar do último edital ter sido lançado em 2016. Até o ano de 2020, no SCBA da CAPES foram registrados um total de 2.010 bolsistas que

participaram do Dinter, com 1.370 titulados (dados cedidos pela Diretoria de Programas e Bolsas no País da CAPES).

5.5 Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD Amazônia)

Lançado no ano de 2018, o PROCAD Amazônia objetivava apoiar projetos conjuntos de ensino e pesquisa, em instituições distintas, que aprimorassem a formação pós-graduada com vistas à melhoria das notas de programas de pós-graduação nota 3, vinculados às IES ou Institutos de Pesquisa localizados nos Estados da Região Norte e no Estado do Maranhão. O financiamento da CAPES previa recursos de custeio, bolsa (modalidade estágio pós-doutoral no país, doutorado sanduíche no exterior, professor visitante no exterior), além de auxílio moradia no país (CAPES, 2018a).

Tabela 5 – PROCAD Amazônia

PROCAD Amazônia 2018 – Atual	
Edital	
Edital nº 21/2018	
Ano	Projetos Aprovados
2018	79

Fonte: elaborado a partir de CAPES (2018a).

O programa encontra-se vigente e houve apenas um edital lançado com 79 projetos aprovados e apoiados.

5.6 Programa Professor Visitante Nacional Sênior (PVNS – Amazônia)

Iniciado no ano de 2018, no intuito de propiciar a professores pesquisadores de consagrado mérito científico e reconhecida experiência acadêmica a realização de estudos, participação no desenvolvimento de planos, programas e projetos que contribuíssem para o aprimoramento e a consolidação do desempenho científico-acadêmico das instituições com programas de pós-graduação pertencentes aos estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e do Estado do Maranhão. O financiamento da CAPES ocorreu por meio da concessão de bolsas durante um período de dois anos, prorrogável por igual período (CAPES, 2018b).

Tabela 6 – PVNS Amazônia

PVNS - Amazônia 2018 – Atual			
Edital			
Edital nº 20/2018			
Ano	IES selecionadas	Total de Cotas de Bolsas Concedidas	Valor da Bolsa
2018	15	36	R\$ 8.905,42 mensais durante um período de 2 anos

Fonte: elaborado a partir de CAPES (2018b).

Os professores visitantes contribuem com sua experiência e conhecimento para aprimoramento dos programas da região da Amazônia. Como a bolsa é de dois anos prorrogável por mais dois o programa continua vigente. Houve apenas um edital com 15 IES selecionadas e 36 cotas de bolsas concedidas.

5.7 Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação – PDPG Amazônia Legal

Iniciativa recente, de 2020, o PDPG – Amazônia Legal objetiva fomentar Planos de Desenvolvimento de Programas de Pós-Graduação, em áreas estratégicas, localizadas na região da Amazônia Legal, no intuito de consolidar os programas de pós-graduação, nuclear novas áreas de concentração ou criar programas de pós-graduação na Amazônia Legal. Os planos devem ser propostos pelos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das instituições e estarem alinhados a uma das áreas temáticas consideradas estratégicas no Edital de lançamento de seleção, de nº 13/2020. As áreas são estas: biotecnologia; biodiversidade, conservação e recuperação ambiental; saúde pública, doenças tropicais e tecnologias para o trabalho em saúde; combate e prevenção voltados ao enfrentamento de epidemias; engenharias, tecnologia de informação e comunicação; clima, energia e recursos hídricos; produção animal e vegetal sustentável e diversidade sociocultural, sustentabilidade e atividades socioeconômicas. O financiamento da CAPES se dá por meio da concessão de bolsas e de recursos de custeio (CAPES, 2020a).

Tabela 7 – PDPG – Amazônia Legal

PDPG - Amazônia Legal 2020 – Atual			
Edital			
Edital nº 13/2020			
Dados Quantitativos			
Ano	IES selecionadas	Projetos selecionados	Financiamento
2020	27	67	Até R\$ 627.200,00 por proposta

Fonte: elaborado a partir de CAPES (2020a).

O PDPG – Amazônia Legal é uma nova concepção de indução voltada a áreas estratégicas para a região da Amazônia Legal. Nessa chamada, conforme pode-se observar na Tabela 7 foram apoiados 67 projetos envolvendo 27 IES.

5.8 Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação – PDPG Parcerias Estratégicas nos Estados

Instituído pela Portaria CAPES nº 131, de 3 de setembro de 2020, o PDPG – Parcerias Estratégicas nos Estados” tem como objetivo desenvolver e fortalecer a pós-graduação e a pesquisa nos Estados da Federação. Em sintonia com áreas prioritárias de âmbito regional, definidas pelas Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – FAPs, os objetivos específicos apresentados no edital são: promover o desenvolvimento de programas de pós-graduação emergentes; apoiar programas de pós-graduação em consolidação; e apoiar o desenvolvimento de programas de pós-graduação consolidados, todos em áreas prioritárias de âmbito regional (CAPES, 2020c).

A portaria de instituição do PDPG – Parcerias Estratégicas nos Estados definiu os conceitos, citados nos objetivos específicos, e que também serão adotados para fins deste trabalho, como:

- emergentes – programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pela CAPES criados a partir de 2013 e que passaram por apenas 1(um) ciclo avaliativo;
- em consolidação – programas de pós-graduação stricto sensu, recomendados pela CAPES, que tenham permanecido com nota igual ou inferior a 4, consecutivamente, nos últimos ciclos de avaliação;
- consolidado – programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pela CAPES, que tenham recebido nota igual ou superior a 5 no último ciclo de avaliação;
- áreas prioritárias – lacunas e potencialidades para a formação de recursos humanos e pesquisas para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no estado (CAPES, 2020c).

No PDPG – Parcerias Estratégicas nos Estados, as FAPs, vinculadas ao Conselho Nacional de Fundações de Amparo à Pesquisa – CONFAP, apresentam para seleção Planos de Desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu com até 4 (quatro) projetos de apoio aos programas de pós-graduação, emergentes ou em consolidação no estado. O apoio da CAPES ocorre na forma da concessão de bolsas de estudo e auxílio financeiro (CAPES, 2020b).

Tabela 8 – PDPG – Parcerias Estratégicas nos Estados

PDPG – Parcerias Estratégicas nos Estados 2020 – Atual	
Edital	
Edital nº 18/2020	
Dados quantitativos	
Ano 2020	
Fundações selecionadas	Projetos selecionados
20	73
Financiamento para os Planos das Fundações	Financiamento por Projetos
Até R\$ 6.254.400,00	Até R\$ 1.563.600,00

Fonte: elaborado a partir de CAPES (2020b).

No Edital nº 18/2020 foram aprovados os planos de 20 Fundações totalizando 73 projetos selecionados.

Nota-se que dos três programas existentes à época da divulgação do PNPG 2011/2020 (Dinter Novas Fronteiras, PROCAD Novas Fronteiras e Prodoutoral), somente uma iniciativa continua vigente na sua forma original, o Prodoutoral; os outros foram encerrados.

No caso do Dinter Novas Fronteiras, ele foi encerrado no ano de 2011, mas foi reformulado com o nome Dinter, de forma a abranger todas as regiões do país, e encontra-se ativo. Dois programas foram lançados em 2018: o PROCAD Amazônia e o PVNS Amazônia; e mais dois em 2020: o PDPG – Amazônia Legal e PDPG – Parcerias Estratégicas nos Estados, que estão em execução, e, portanto, vigentes.

É pertinente destacar que O PDPG – Amazônia Legal e o PDPG – Parcerias Estratégicas nos Estados, últimos que foram lançados, induzem as pró-reitorias a planejarem o desenvolvimento da pós-graduação em suas instituições, bem como as FAPs a planejarem o desenvolvimento da pós-graduação em seus respectivos estados, uma vez que necessitam elaborar um plano de desenvolvimento para participação nos programas.

Essa concepção é diferente dos programas anteriormente existentes que focavam na mobilidade e nas parcerias entre instituições como forma de redução de assimetrias. Esses novos programas de estímulo à pós-

graduação parecem promissores, uma vez que a obrigação de apresentação de um plano leva à reflexão sobre as fragilidades e prioridades das Instituições e Estados, podendo culminar como sendo boas estratégias para a redução das assimetrias locais. Todavia, também requerem novas dinâmicas relacionais, com vistas a novas conquistas no quadro da pós-graduação nacional, o que só poderá ser mensurado em estudos futuros que busquem avaliar o impacto dos programas enquanto política pública de redução de assimetrias na pós-graduação.

6. Panorama da pós-graduação na Amazônia Legal

Observando a distribuição dos programas de pós-graduação no Brasil, verificamos que a região Sudeste detém 42,9% dos programas, o Sul possui 21,5%, o Nordeste 20,8%, o Centro-Oeste 8,6% e o Norte 6,2%, tendo, portanto, a menor quantidade de PPGs. Recortando os dados relativos à região da Amazônia Legal, verificamos, no ano de 2020, 421 programas de pós-graduação avaliados e recomendados pela CAPES, conforme demonstra a Tabela 9, disposta na sequência.

Tabela 9 – Panorama de pós-graduação na região da Amazônia Legal

Programas de Pós-Graduação		
UF	Região	Quantidades de PPGs
Acre	Norte	15
Amapá	Norte	10
Amazonas	Norte	63
Maranhão	Nordeste	67
Mato Grosso	Centro-Oeste	67
Pará	Norte	140
Rondônia	Norte	17
Roraima	Norte	14
Tocantins	Norte	28
Total		421

Fonte: elaborado a partir de dados da Plataforma Sucupira da CAPES, (2020).

Nota-se que o Amapá é o Estado com o menor número de programas de pós-graduação da região da Amazônia Legal, possuindo apenas 10. O Pará é o Estado que concentra o maior número de programas de pós-graduação da região, 140 ao todo. O número total de programas de pós-graduação da região, 421, é inferior à de outros Estados do Brasil como Minas Gerais, com 479 programas, e o Rio de Janeiro, com 516 programas, por exemplo, o que evidencia, mais uma vez, o aspecto das assimetrias regionais (Plataforma Sucupira, 2020).

Outra característica a evidenciar com os dados selecionados é que a maior parte dos 421 programas de pós-graduação da Amazônia Legal são emergentes ou em consolidação, sendo apenas 35 programas de pós-graduação já consolidados (Tabela 10).

Tabela 10 – Programas de Pós-Graduação da Amazônia Legal por nota de avaliação CAPES

UF	Aprovado	Nota 3	Nota 4	Nota 5	Nota 6	Nota 7	Total
Acre	5	6	4	0	0	0	15
Consolidado							0
Em consolidação		2	3				5
Emergente	5	4	1				10
Amapá	3	6	1				10
Consolidado							0
Em consolidação		2	1				3
Emergente	3	4					7
Amazonas	8	31	18	5	1		63
Consolidado				5	1		6
Em consolidação		19	15				34
Emergente	8	12	3				23
Maranhão	18	32	13	3	1		67
Consolidado				3	1		4
Em consolidação		17	10				27
Emergente	18	15	3				36
Mato Grosso	8	33	21	5			67
Consolidado				5			5
Em consolidação		18	20				38
Emergente	8	15	1				24
Pará	24	57	40	15	4		140
Consolidado				15	4		19
Em consolidação		22	33				55
Emergente	24	35	7				66
Rondônia	5	7	5				17
Consolidado							0
Em consolidação		4	4				8
Emergente	5	3	1				9
Roraima	3	8	3				14
Consolidado							0
Em consolidação		4	3				7
Emergente	3	4					7
Tocantins	3	18	6	1			28
Consolidado				1			1
Em consolidação		8	5				13
Emergente	3	10	1				14
Total	77	198	111	29	6	0	421

Fonte: elaborado a partir de dados da Plataforma Sucupira CAPES, (2020).

Ao observarmos as notas da avaliação dos programas do pós-graduação da região da Amazônia Legal verifica-se que a maior parte possui notas 3 e 4, extratos iniciais, demonstrando a necessidade de desenvolvimento dos programas. Apenas seis programas de pós-graduação são considerados de excelência, possuindo nota 6 e nenhum tem a maior nota da avaliação, ou seja, nota 7.

A partir de 2004, os programas institucionais da CAPES de bolsas e concessão de recursos de custeio para atividades acadêmicas passaram a ser agrupados em dois grupos: programas tradicionais e programas indutores e especiais. Entre os programas tradicionais, merece destaque o Programa de Demanda Social – DS, o mais antigo, maior e principal instrumento de apoio aos PPGs das instituições públicas de todo o país. Entre os programas indutores e especiais foi criado o Programa de Excelência Acadêmica – PROEX (Martins et al., 2012). O PROEX é voltado especificamente ao atendimento dos programas notas 6 e 7, objetivando manter o padrão de qualidade dos programas de pós-graduação considerados de excelência. Os PPGs quando avaliados pela CAPES com nota 6 e 7, são convidados a ingressarem no PROEX. Inseridos no PROEX recebem uma dotação orçamentária que pode ser utilizada de acordo com prioridades estabelecidas pelos próprios PPGs, em qualquer das modalidades de apoio concedidas pela CAPES, obtendo maior autonomia na gestão dos recursos.

Observando a evolução do número de programas de pós-graduação da região da Amazônia Legal no PROEX, notamos que somente a partir de 2008 houve a participação de um programa da região da Amazônia Legal, situado no Estado do Pará (Tabela 11).

Tabela 11 – Programas de Pós-Graduação da Região da Amazônia Legal no PROEX

Programas de Pós-Graduação da Região da Amazônia Legal no PROEX									
Estados	Sigla	2004	2005	2008	2011	2014	2015	2018	2019
Acre	AC	0	0	0	0	0	0	0	0
Amapá	AP	0	0	0	0	0	0	0	0
Amazonas	AM	0	0	0	0	0	1	1	1
Mato Grosso	MT	0	0	0	0	0	0	0	0
Pará	PA	0	0	1	1	1	2	4	4
Rondônia	RO	0	0	0	0	0	0	0	0
Roraima	RR	0	0	0	0	0	0	0	0
Tocantins	TO	0	0	0	0	0	0	0	0
Maranhão	MA	0	0	0	0	0	1	1	1
Total		0	0	1	1	1	4	6	6

Fonte: elaborado a partir de dados do GEOCAPES (2020).

Nota-se que houve aumento do número de programas de pós-graduação da região da Amazônia Legal, no PROEX, no ano de 2015, quando ocorreu uma flexibilização da regra de ingresso, por meio de alteração regimental. Até então era necessário que o programa de pós-graduação tivesse duas avaliações CAPES consecutivas com notas 6 ou 7 para poder participar do PROEX. Em 2015 a regra foi alterada para apenas 1 avaliação com nota 6 ou 7 (CAPES, 2011). Visando a um detalhamento melhor, na Tabela 12 focalizamos os programas de pós-graduação de excelência na região da Amazônia Legal.

Tabela 12 – Programas de Pós-graduação de Excelência na Amazônia Legal

Ano de Ingresso no PROEX	UF	IES	Status Jurídico	Nome do Programa de Pós-Graduação
2008	PA	UFPA	Federal	GEOLOGIA E GEOQUÍMICA
2015	MA	UFMA	Federal	POLÍTICAS PÚBLICAS
2015	AM	INPA	Federal	BIOLOGIA (ECOLOGIA)
2015	PA	UFPA	Federal	GENÉTICA E BIOLOGIA MOLECULAR
2018	PA	UFPA	Federal	BIOLOGIA DE AGENTES INFECCIOSOS E PARASITÁRIOS
2018	PA	UFPA	Federal	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

Fonte: elaborado a partir de dados do GEOCAPES (2020).

Constata-se que todos os programas de pós-graduação de excelência da região estão em Instituições Federais de Ensino. O Estado do Pará, concentra quatro dos seis programas de pós-graduação de excelência da região, o que resulta no registro de assimetrias, também, entre as instituições da região.

7. Considerações Finais

O Brasil possui dimensões continentais, tendo as regiões do país evoluído de formas distintas, por possuírem características e peculiaridades próprias que ressaltam as diferenças inter-regionais. A CAPES, em face de seus propósitos institucionais, vem ao longo dos anos desenvolvendo diversos programas voltados à redução das assimetrias na pós-graduação, em especial a regional.

É possível notar que, apesar dos esforços envidados pelos diferentes programas ao longo do tempo, as assimetrias continuam acentuadas. No ano de 2020, a CAPES lançou dois novos programas de fomento, o PDPG – Amazônia Legal e o PDPG – Parcerias Estratégicas nos Estados, com o intuito de fomentar o desenvolvimento regional e reduzir assimetrias, com uma nova lógica de indução por meio de planos de desenvolvimento.

Essas ações poderão trazer novas contribuições para a consolidação e atingimento da excelência dos programas de pós-graduação da região da Amazônia Legal, porque são iniciativas de caráter inédito e possibilitam aos atores regionais (dirigentes de IES e FAPs) maior autonomia na definição de temas e áreas prioritárias para suas regiões.

A região da Amazônia Legal, importante nacional e internacionalmente pelas suas riquezas naturais e de produção, possui um baixo índice de programas de pós-graduação em comparação com as demais regiões. Ressalta-se que dos 421 programas de pós-graduação existentes em 2020, 18,3% são recentes, 73,4% são emergentes ou em consolidação e apenas 8,3% são consolidados, mostrando a necessidade de políticas públicas de fomento. Ainda que com índices menores, a pós-graduação na região vem, mesmo que timidamente, se desenvolvendo, o que pode ser constatado pela porcentagem considerável (18,3%) de novos programas e pela participação atual de 6 programas de pós-graduação no PROEX.

Na apresentação dos dados quantitativos, observa-se o protagonismo do Estado do Pará e, mais precisamente, da Universidade Federal do Pará – UFPA na região, sendo o Estado com o maior número de programas de pós-graduação e a Universidade com o maior número de programas de excelência.

Referências

As referências do Artigo foram suprimidas e inseridas na seção REFERÊNCIAS, na parte final da Tese.

9 – PERCEPÇÕES DE ATORES DA POLÍTICA SOBRE O PROGRAMA DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA – PROEX

Este capítulo foi elaborado com a finalidade de apresentar análises e considerações dos atores envolvidos com a política do PROEX. Para isso, privilegiou-se diálogos com gestores ligados à concepção e ao desenvolvimento do programa em nível micro e macro. Em nível micro a interlocução se deu com gestores dos programas de pós-graduação, com recorte de dados para a Grande Área Ciências Biológicas, e em nível macro, com fontes oriundas das instâncias da CAPES.

O objetivo de produzir um estudo sobre a concepção, o desenvolvimento e monitoramento do PROEX guiou a estruturação do capítulo, sendo a primeira seção destinada ao detalhamento dos aspectos teóricos e metodológicos da investigação, com especial atenção para os dados qualitativos. Na segunda seção são descritos dados sobre a trajetória da composição da grande área de Ciências Biológicas, correlacionando-os ao contexto do PROEX, para em seguida explorar os enunciados e as considerações de diferentes coordenadores e ex-coordenadores de PPGs. Nessa parte, buscamos compreender as posições e análises desses atores que assumiram um lugar estratégico, pois são os responsáveis pela interpretação, tradução e recontextualização do texto da política pública no campo da prática social. A terceira seção, analisou os elementos trazidos nos enunciados registrados pelo professor Dr. Jorge Almeida Guimarães a fim de agregar diferentes considerações, vozes e tensionamentos que permearam a etapa de proposição e criação do PROEX no período de sua gestão na Presidência da CAPES. Por fim, estruturamos nossas considerações finais sinalizando os principais achados e contribuições.

Destacamos que a motivação para a seleção da Grande Área Ciências Biológicas, como fonte de dados da pesquisa, guarda conexões com a formação acadêmica e profissional da pesquisadora³, mas também se justifica por ser uma área que registra presença de beneficiários desde o início do programa.

³ A doutoranda possui graduação em Bioquímica (2010) pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e mestrado em Bioquímica Agrícola (2012), pela mesma instituição.

9.1 CONTRIBUIÇÕES DA ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ANÁLISE DO PROEX

Relacionamos o PROEX ao universo dos temas de estudos das políticas públicas educacionais. Refinando essa delimitação, pode-se dizer que o PROEX integra uma política pública proposta pela CAPES e direcionada a um conjunto de programas de pós-graduação do país com a finalidade de apoiar e estimular o alcance e a permanência do nível de excelência das ações formativas e da produção acadêmico-científica brasileira. Como toda investigação, fez-se necessário a adoção de um referencial teórico analítico e, como já indicado anteriormente, adotou-se a abordagem do ciclo de políticas desenvolvida por Stephen Ball e colaboradores. Entendemos que essa escolha oferece conceitos importantes para analisar e ampliar conhecimentos sobre o PROEX, dentre eles: texto, discurso, prática, criação, recriação, interpretação, tradução, contextos, atores, encenação e efeitos.

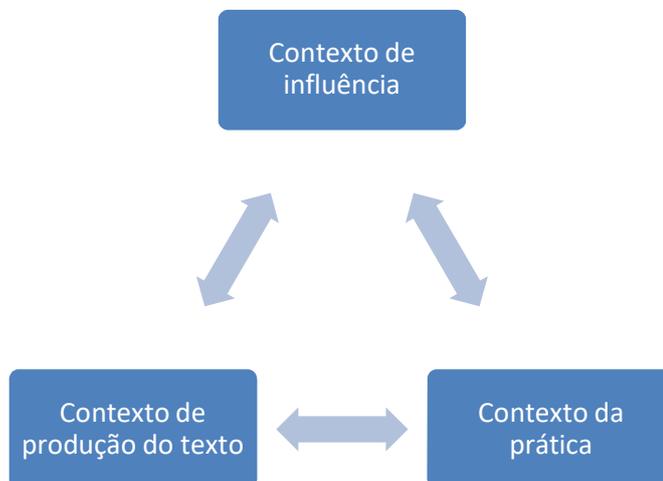
Este aporte conceitual vem sendo constituído desde o fim da década de 1980 a partir de estudos sobre o desenvolvimento de reformas curriculares da educação no contexto inglês, quando Ball e Bowe dedicaram esforços em compreender como se efetivavam essas reformas nas escolas e qual o espaço de atuação dos sujeitos envolvidos. Naquele momento, as análises e teorizações dos autores foram orientadas por três facetas que eles denominavam como a política proposta, a política de fato e a política em uso. Conforme explica Mainardes:

[...] a “política proposta”, referia-se à política oficial, relacionada às intenções não somente do governo e de seus assessores, departamentos educacionais e burocratas encarregados de “implementar” políticas, mas também intenções das escolas, das autoridades locais e de outras arenas onde as políticas emergem. A “política de fato” constituía-se pelos textos políticos e textos legislativos que dão forma à política proposta e são as bases iniciais para que as políticas sejam colocadas em prática. Por último, a “política em uso” referia-se aos discursos e às práticas institucionais que emergem do processo de implementação das políticas pelos profissionais que atuam no nível da prática. (MAINARDES, 2008, p. 2-3).

Essa estrutura analítica inicial sofreu críticas e problematizações pois aludia a uma certa rigidez e linearidade. Tais críticas levaram os autores a reformulações e ampliação de suas pesquisas em termos conceituais e metodológicos. Nesse sentido, reformularam as proposições com base na ideia de análise por contextos com a intenção de mostrar que o trabalho de investigar políticas públicas exige uma leitura dinâmica do fenômeno, que evidenciem conexões entre as suas diferentes

dimensões. Assim, elencaram três contextos e suas interconexões, conforme mostra o esquema (Figura 1).

Figura 1: Principais contextos envolvidos na formulação de políticas



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Em cada um desses contextos existem grupos de interesse, espaços, instâncias hierárquicas, relações de poder, beneficiários, ou seja, estão envolvidos um conjunto de atores sociais que cria e recria o processo de produção da política. As proposições de um contexto não ficam isoladas, provocam movimentos nos demais contextos e vice-versa. Desse modo, a política é entendida como discurso, como texto, que são produzidos em determinados tempos e espaços. Contudo, esses textos não estão acabados, fechados com a formulação dos textos oficiais das políticas, eles carecem de interpretações, traduções que mobilizam novas ações para concretizar as políticas no âmbito das práticas sociais. Nesse complexo de relações, em 1994, Ball formulou mais outros dois contextos complementares, denominados de contexto de resultados/efeitos e o da estratégia política. Contudo, em 2007, Ball sinaliza que esses dois contextos podiam ser tratados em articulação com os anteriores. Posteriormente, sugeriu que os resultados/efeitos da política podiam ser discutidos no interior do contexto da prática e o da estratégia política articulado ao contexto de influência.

Esse modo de compreensão e análise das políticas públicas educacionais enfatizam a atuação dos sujeitos, situando as políticas como textos, discursos que explicitam vozes diversas e sofrem um tratamento de interpretações, críticas e reinterpretções no momento de tradução para o contexto da prática educativa.

Avançando nesses pressupostos, Ball propõe o conceito de *enactment*. Em entrevista concedida a Mainardes e Marcondes (2009) ele explica que:

O processo de traduzir políticas em práticas é extremamente complexo; é uma alternância entre modalidades. A modalidade primária é textual, pois as políticas são escritas, enquanto a prática é ação, inclui o fazer coisas. Assim, a pessoa que põe em prática as políticas tem que converter/transformar essas duas modalidades, entre a modalidade da palavra escrita e a da ação, e isto é algo difícil e desafiador de se fazer. E o que isto envolve é um processo de atuação, a efetivação da política na prática e através da prática. É quase como uma peça teatral. Temos as palavras do texto da peça, mas a realidade da peça apenas toma vida quando alguém as representa. E este é um processo de interpretação e criatividade e as políticas são assim. A prática é composta de muito mais do que a soma de uma gama de políticas e é tipicamente investida de valores locais e pessoais e, como tal, envolve a resolução de, ou luta com, expectativas e requisitos contraditórios – acordos e ajustes secundários fazem-se necessários. (MAINARDES; MARCONDES, 2009, p. 305)

Esse conceito de atuação nos permite lançar luz sobre os enunciados produzidos por sujeitos envolvidos com a gestão do PROEX. Na perspectiva do monitoramento, é importante entender como o PROEX adentra e é acomodado no interior dos PPGs, e quais os desafios e as demandas para sua concretização no campo da prática. Para tal, contemplamos no trabalho enunciados diversos registrados por gestores que atuaram no espaço da coordenação dos PPGs, da grande área de Ciências Biológicas, que totaliza aproximadamente 14,5% do total de PPGs que integram o PROEX. Cabe realçar que também tecemos análises a partir de enunciados produzidos em nível macro, vinculado ao contexto de produção do texto na CAPES, registrados e fornecidos pelo professor Jorge Almeida Guimarães.

9.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A amplitude do PROEX em termos de abrangência geográfica exige a adoção de determinadas estratégias metodológicas para estabelecer diálogos com os gestores, grupo privilegiado de atores da política considerados como público-alvo. Para compor e constituir o acervo de dados foi utilizado o instrumento questionário, em formato eletrônico, disponibilizados a partir do aceite prévio dos participantes, além de dados quantitativos obtidos no Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES – GEOCAPES, de acesso público (CAPES, 2020).

Sobre o uso do questionário, trata-se de uma técnica tradicional de coleta de dados nas pesquisas e como referencial adotamos a definição de Gil (2008).

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2008, p. 122).

A utilização dessa técnica oferece muitas vantagens, como a possibilidade de aplicação a pessoas de regiões geográficas distintas, baixo custo e flexibilidade de resposta, permitindo que o público alvo responda quando oportuno (Gil, 2008). A organização dos itens do instrumento buscou atender ao objetivo de identificar a percepção dos beneficiários sobre o PROEX. A ordenação das perguntas foi baseada na “técnica do funil” (GIL, 2008), começando por questões introdutórias e evoluindo para perguntas mais específicas. No início, as questões versavam sobre a integração do PPG no PROEX, após sobre a gestão dos recursos de custeio e bolsa, em seguida sobre a apreciação da satisfação com o PROEX.

A estrutura do questionário foi concebida de forma mista, mesclando questões fechadas que permitem maior regularidade nas respostas, com questões abertas que possibilitam a autonomia dos respondentes (GIL, 2008). Nas questões fechadas foi utilizada a escala de gradação em que as opções apresentam graus que indicam maior ou menor concordância a uma determinada questão (GIL, 2008).

O questionário foi sistematizado por meio da ferramenta *Google Forms*, versão gratuita, que permite a criação de formulários online e o anonimato dos respondentes, buscando incentivar a maior participação. A escolha desse meio objetivava agilidade na coleta e análise de dados, bem como atingir o público-alvo de forma ampla, alcançando as diferentes regiões geográficas. Outro aspecto é que o recurso se tornou uma alternativa viável para o desenvolvimento da pesquisa, no contexto da pandemia da COVID-19 que impôs restrições de deslocamentos e necessidade de distanciamento social.

A estrutura do questionário foi elaborada considerando as normas elencadas por Gil que indica:

- a) as perguntas devem ser formuladas de maneira clara, concreta e precisa;
- b) deve-se levar em consideração o sistema de referência do interrogado,
- c) bem como o seu nível de informação;
- d) a pergunta deve possibilitar uma única interpretação;
- e) a pergunta não deve sugerir respostas;
- f) As perguntas devem referir-se a uma única ideia de cada vez.

(GIL, 2008, p. 126).

A proposição da aplicação do questionário foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Anexo II). Para a aplicação, enviamos por *e-mail* aos possíveis participantes da pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO III), dando ciência dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos de coleta de dados e convidando a participação na condição de voluntário (a). Aos participantes que retornaram o TCLE com os dados pessoais preenchidos (nome e carteira de identidade) e com a marcação da opção de “Sim, aceito participar da pesquisa”, foi encaminhado novo e-mail com o link do *Google Forms* contendo o questionário para resposta.

Inicialmente, identificou-se um total de 255 coordenadores e ex-coordenadores de programas de pós-graduação da grande área ciências biológicas beneficiários do PROEX, entre os anos de 2004 a 2019. Entretanto, tivemos dificuldade de contato com alguns coordenadores e outros recusaram a participação, restando 218 possíveis respondentes conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Público-alvo da pesquisa

Total de Coordenadores e ex-coordenadores	255
Falecidos	1
Não conseguimos contato	25
Recusaram a participar	11
Possíveis respondentes	218

Fonte: Dados da Pesquisa. Elaboração da autora.

Dos 218 possíveis respondentes, obtivemos uma taxa de 28% de respostas ao questionário. Esse índice de retorno é considerado adequado diante da ferramenta utilizada e do contexto de pandemia vivenciado. Conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 201), pesquisas que adotam o recurso do questionário como fonte de dados alcançam em média 25% de respondentes da amostra. Desse modo, o acervo dos dados sobre o PROEX acompanha essa tendência geral como mostra a tabela 2.

Tabela 2 – Dados dos participantes da pesquisa

Universo	Enviaram TCLE/Aceite	Responderam	Participação
218	72	61	28%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da autora.

No processamento e organização (tabulação) das respostas obtidas, utilizamos para as questões fechadas os gráficos fornecidos pela plataforma Google Forms e nas questões abertas nuvens de palavras (agrupamento das palavras citadas com mais frequência) confeccionadas com o *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), versão 0.7 alpha 2, uma importante ferramenta bastante utilizada no processamento de dados na área da educação em ciências. Este *software* permite cinco tipos de análises estatísticas textuais: pesquisa de especificidades de grupos, classificação hierárquica descendente, análises de similitude e nuvem de palavras.

Como anteriormente mencionado, além dos coordenadores dos PPGs, buscamos obter detalhes sobre o contexto de criação do PROEX, com o Prof. Jorge Guimarães, que aceitou nosso convite para responder uma série de tópicos sobre o desenvolvimento do PROEX e, autorizou o uso completo das suas respostas e análises no contexto e discussões dessa tese.

9. 3 CONTEXTO DA PRÁTICA DO PROEX: DIÁLOGOS COM OS GESTORES DOS PPGs DA GRANDE ÁREA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

A presente seção apresenta dados que traduzem as considerações dos coordenadores dos PPGs da Grande Área Ciências Biológicas sobre o PROEX, relacionadas ao contexto da prática. Porém, inicialmente, apresentamos um panorama da composição da grande área privilegiada nesta tese, para então detalharmos os dados qualitativos dos participantes vinculados à dimensão micro. Para isso, processamos a busca de dados quantitativos registrados no GEOCAPES (Tabela 3).

Tabela 3 – PPGs da Grande área de Ciências Biológicas no PROEX

PPGS DA GRANDE ÁREA CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NO PROEX			
ANO	Nº DE PARTICIPANTES	Nº DE INGRESSANTES	Nº DE PPGs QUE SAÍRAM

2004	21	21	0
2005	18	0	3
2008	32	15	1
2011	38	8	2
2014	44	7	1
2015	63	19	0
2018	71	17	9
2019	71	0	0

Fonte: GEOCAPES, 2021. Elaboração da autora.

No ano de implementação do PROEX (2004) foram beneficiados 21 PPGs da grande área de ciências biológicas. Os anos de 2005, 2008, 2011, 2014 e 2018 foram os anos seguintes às avaliações da CAPES, havendo entradas e saídas de PPGs no PROEX, conforme as novas notas atribuídas aos PPGs. No geral, observamos mais programas da grande área ciências biológicas ingressando no PROEX, do que deixando o programa. No ano de 2015, houve um acréscimo considerável de PPGs, que pode ser entendido como resultado da alteração da norma do regulamento PROEX, que flexibilizou a regra de ingresso para apenas uma avaliação nota 6 ou 7, até então era exigido duas avaliações consecutivas com notas 6 ou 7.

Analisando os PPGs da grande área ciências biológicas que participaram do PROEX ao longo do tempo, destacamos 16 PPGs que ingressaram no ano de implementação do programa, mantiveram seu nível de excelência e permanecem até a atualidade como beneficiários PROEX (Quadro 1).

Quadro 1 – PPGs da Grande área de Ciências Biológicas no PROEX desde 2004

PPGs QUE INGRESSARAM EM 2004 NO PROEX E PERMANECERAM			
UF	REGIÃO	IES	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MG	SUDESTE	UFMG	BIOQUÍMICA E IMUNOLOGIA
MG	SUDESTE	UFMG	CÊNCIAS BIOLÓGICAS (FISIOLOGIA E FARMACOLOGIA)
RJ	SUDESTE	UFRJ	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BIOFÍSICA)
RJ	SUDESTE	UFRJ	QUÍMICA BIOLÓGICA
RJ	SUDESTE	UFRJ	CIÊNCIAS MORFOLÓGICAS
RS	SUL	UFRGS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BIOQUÍMICA)
RS	SUL	UFRGS	GENÉTICA E BIOLOGIA MOLECULAR
SC	SUL	UFSC	FARMACOLOGIA
SP	SUDESTE	USP/RP	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (FARMACOLOGIA)
SP	SUDESTE	USP/RP	FISIOLOGIA
SP	SUDESTE	USP/RP	IMUNOLOGIA BÁSICA E APLICADA
SP	SUDESTE	USP	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BIOQUÍMICA)

SP	SUDESTE	USP	CIÊNCIAS (BIOLOGIA DA RELAÇÃO PATÓGENO-HOSPEDEIRO)
SP	SUDESTE	USP	IMUNOLOGIA
SP	SUDESTE	UNIFESP	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BIOLOGIA MOLECULAR)
SP	SUDESTE	UNIFESP	MICROBIOLOGIA E IMUNOLOGIA

Fonte: GEOCAPES, 2021. Elaboração da autora

Ressaltamos 5 PPGs da grande área ciências biológicas que ingressaram no PROEX, depois deixaram o programa por não atenderem mais o requisito de permanência, e em anos posteriores retornaram (Quadro 2). Observa-se que 2 PPGs puderam reingressar no PROEX, com a flexibilização da regra de ingresso no ano de 2015.

Quadro 2 – PPGs da Grande área de Ciências Biológicas no PROEX que ingressaram, saíram e retornaram

PPGs QUE ING. SAÍRAM E RET. AO PROEX NO PERÍODO DE 2004 A 2019						
UF	REGIÃO	IES	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	ING.	SAÍDA	REING.
DF	CENTRO-OESTE	UNB	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BIOLOGIA MOLECULAR)	2004	2005	2011
PR	SUL	UFPR	CIÊNCIAS (BIOQUÍMICA)	2008	2011	2015
RJ	SUDESTE	UFRJ	CIÊNCIAS (MICROBIOLOGIA)	2004	2005	2011
RJ	SUDESTE	FIOCRUZ	BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR	2004	2005	2011
SP	SUDESTE	UNICAMP	BIOLOGIA CELULAR E ESTRUTURAL	2008	2011	2015

Fonte: GEOCAPES, 2021. Elaboração da autora.

Na análise dos PPGs da grande área ciências biológicas, evidenciamos também 11 PPGs que ingressaram no PROEX, depois deixaram o programa por não atenderem mais o requisito de permanência e até o momento não atingiram o critério para retorno (Quadro 3).

Quadro 3 – PPGs da Grande área de Ciências Biológicas que deixaram o PROEX

PPGs QUE ING. E SAÍRAM DO PROEX NO PERÍODO DE 2004 A 2019					
UF	REGIÃO	IES	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	ING.	SAÍDA
MG	SUDESTE	UFMG	FARMACOLOGIA BIOQUÍMICA E MOLECULAR	2004	2008
SP	SUDESTE	USP/RP	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (GENÉTICA)	2004	2018
RJ	SUDESTE	UFRJ	ECOLOGIA	2008	2018

SP	SUDESTE	USP	FARMACOLOGIA	2008	2014
SP	SUDESTE	USP	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BIOLOGIA GENÉTICA)	2011	2018
RS	SUL	PUC/RS	BIOCIÊNCIAS (GEOLOGIA)	2014	2018
SP	SUDESTE	UNESP/BOT	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (GENÉTICA)	2014	2018
MG	SUDESTE	UFOP	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	2015	2018
MG	SUDESTE	UFU	ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	2015	2018
PR	SUL	UFPR	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (ENTOMOLOGIA)	2015	2018
SP	SUDESTE	USP/RP	BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR	2015	2018

Fonte: GEOCAPES, 2021. Elaboração da autora

No total, entre entradas e saídas de PPGs, foram beneficiários do PROEX de 2004 a 2019, 82 PPGs da grande área ciências biológicas. Na Tabela 4 categorizamos estes PPGs, por região, categoria administrativa e área de avaliação.

Tabela 4 – Perfil dos PPGs da Grande área de Ciências Biológicas no PROEX

PERFIL DOS PPGs DA GRANDE ÁREA CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NO PROEX		
Nº TOTAL DE PPGs QUE PASSARAM PELO PROEX DE 2004 A 2019		
82		
REGIÃO	Nº	%
NORTE	3	3,7
NORDESTE	5	6,1
CENTRO-OESTE	5	6,1
SUL	12	14,6
SUDESTE	57	69,5
CATEGORIA ADMINISTRATIVA	Nº	%
ESTADUAL	31	37,8
FEDERAL	49	59,8
PRIVADA	2	2,4
ÁREA DE AVALIAÇÃO	Nº	%
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I	18	22,0
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II	22	26,8
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS III	13	15,9
BIODIVERSIDADE	29	35,4

Fonte: GEOCAPES, 2021. Elaboração da autora.

Nota-se a predominância de PPGs da região sudeste e de instituições federais. Ao verificarmos as áreas de avaliação, observamos uma distribuição similar entre as áreas que compõem a grande área ciências biológicas, com destaque para a área de biodiversidade, com a maior porcentagem dos PPGs (35,4%).

Esses dados de contextualização dos programas necessitam ser complementados com dados sobre características do grupo de coordenadores participantes dessa pesquisa.

Tabela 5 – Perfil dos Coordenadores e ex-coordenadores PROEX

PERFIL DOS COORDENADORES E EX-COORDENADORES PROEX QUE ACEITARAM PARTICIPAR DA PESQUISA	
GÊNERO	
FEMININO	44%
MASCULINO	56%
BOLSISTA DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA DO CNPq	
SR	1%
1A	21%
1B	11%
1C	17%
1D	14%
2	22%
NÃO POSSUI BOLSA	14%
IDADE	
ENTRE 40 e 45 ANOS	17%
ENTRE 46 e 50 ANOS	13%
ENTRE 51 e 55 ANOS	19%
ENTRE 56 e 60 ANOS	22%
ENTRE 61 e 65 ANOS	17%
ENTRE 66 e 70 ANOS	7%
> de 70 ANOS	6%
TEMPO DE DOUTORADO	
ATÉ 10 ANOS	1%
ENTRE 11 e 15 ANOS	14%
ENTRE 16 e 20 ANOS	14%
ENTRE 21 e 25 ANOS	25%
ENTRE 26 e 30 ANOS	31%
ENTRE 31 e 35 ANOS	7%
ENTRE 36 e 40 ANOS	6%
ENTRE 41 e 45 ANOS	1%

ENTRE 46 e 50 ANOS	1%
REGIÃO DE ORIGEM	
NORTE	1%
NORDESTE	7%
CENTRO-OESTE	6%
SUL	29%
SUDESTE	57%
CATEGORIA ADMINISTRATIVA DA IES DE ORIGEM	
ESTADUAL	32%
FEDERAL	68%
ÁREA DE AVALIAÇÃO DO PPG DE ORIGEM	
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I	18%
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II	35%
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS III	11%
BIODIVERSIDADE	36%

Fonte: Plataforma Sucupira, 2021. Elaboração da autora

Observa-se que a maioria dos coordenadores que aceitou participar da pesquisa é do sexo masculino, possui bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, tem no mínimo 40 anos de idade e entre 21 e 30 anos de finalização do doutorado, sendo, portanto, pesquisadores experientes. A maioria estão situados no sul e sudeste, são integrantes de instituições federais de ensino e professores de PPGs categorizados nas áreas de avaliação ciências biológicas II e biodiversidade.

Esse conjunto de dados objetivos sobre o perfil dos coordenadores e ex-coordenadores consolidam certa concreticidade das condições do público-alvo da pesquisa. Essa afirmação está em diálogo com proposições de Ball quando esse autor usa a expressão “levar o contexto a sério”. Em entrevista concedida a Avelar (2016), o autor explica:

Então levar o contexto a sério é algo muito simples, é rematerializar a política pública, dar a ela fundamentação literal e visceral em termos das instalações, pessoas e dinheiro. Há quantos professores? Quão experientes eles são? Qual é seu treinamento? Qual é seu passado? Quantos anos eles trabalharam com ensino? (AVELAR, 2016, p. 12).

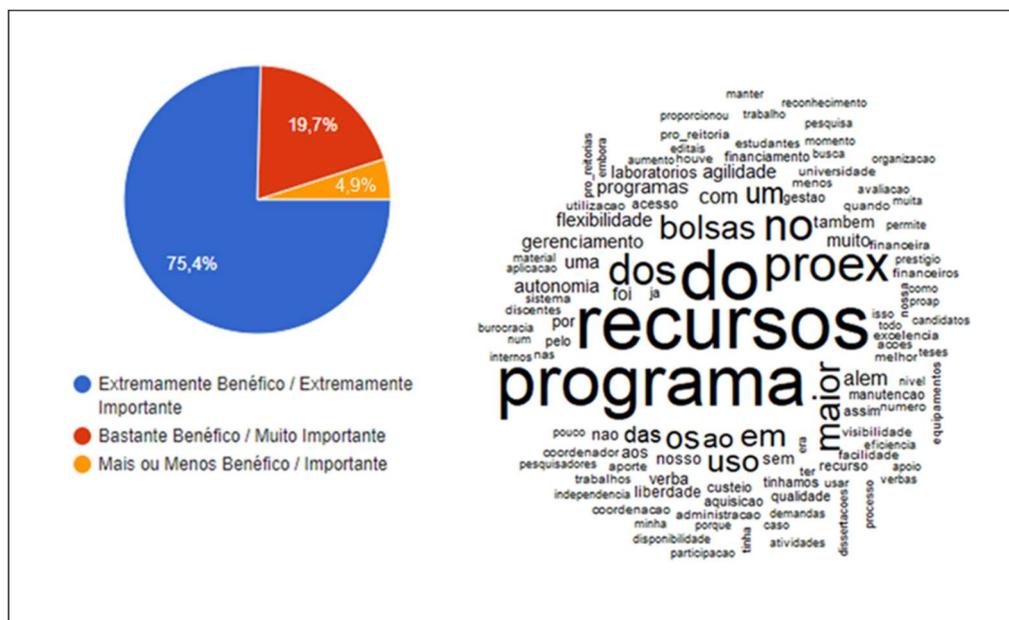
A partir dessas indicações, delineamos esse conjunto de dados que mostram um corpo de profissionais envolvidos com o PROEX no contexto da prática com significativa experiência em pesquisa, formação sólida e trajetória profissional consolidada em instituições reconhecidas nacionalmente.

Outro fator importante refere-se ao processo de interpretação e tradução do PROEX nos mais variados PPGs. Pode-se inferir que o programa investigado pode assumir feições variadas, pois o texto da política é praticado em lugares diferentes, com pessoas, culturas, experiências, estrutura organizacional também diversas. Assim, podemos nos indagar: de que modo o PROEX adentra os PPGs? Como ele é processado em termos de ações práticas?

Para conhecer um pouco mais da dinâmica do PROEX no contexto da prática, analisamos enunciados de 61 atores da política em nível micro, representados pelo grupo de gestores dos PPGs. Esses enunciados foram registrados por meio de questionário eletrônico (ANEXO IV) estruturado com perguntas fechadas e abertas.

Uma das questões indagava aos participantes qual era sua percepção em relação aos benefícios de integrar o PROEX para o PPG em que atuava. Sobre essa questão obtivemos a Figura 2.

Figura 2 – Benefícios de integrar o PROEX para o PPG



Fonte: Dados da Pesquisa

Observamos que todos os respondentes compreendem que em algum grau foi benéfico/importante, para o programa de pós-graduação em que participam, o ingresso no PROEX. As justificativas processadas complementam as opções fechadas de resposta. Analisando a nuvem de palavras obtida, destacamos entre as palavras de maior frequência “recursos”, “bolsas”, “maior”, “autonomia”, “agilidade”,

“gerenciamento” e “flexibilidade”. A maioria dos respondentes cita de diversas formas, positivamente, que a entrada no PROEX, permitiu ao programa uma maior flexibilidade (agilidade) e autonomia no gerenciamento dos recursos e bolsas. As recorrências desses termos evidenciam que as proposições do PROEX de algum modo são reiteradas pelos entrevistados, indicando uma sintonia entre o contexto de produção do texto e o contexto da prática. Para explicitar mais detalhes sobre a natureza das respostas, selecionamos alguns registros para ilustrar o detalhamento das percepções dos participantes da pesquisa.

Mais agilidade e eficiência do uso dos recursos PROEX. Fui coordenador do programa ainda sem o PROEX. Pude comparar. (RESPONDENTE 2)⁴

Essa forma de financiamento, essencialmente meritocrática, vem permitindo aos programas manter as plataformas essenciais e financiar reagentes de elevado custo, fundamentais para a conclusão de trabalhos de alto impacto. (RESPONDENTE 31).

A independência financeira permitiu um melhor gerenciamento não somente das bolsas, mas também proporcionou o planejamento da aquisição de equipamentos, peças de reposição, upgrades etc em unidades multi-usuário. Estas unidades que concentram equipamentos permitiram um salto qualitativo significativo do acesso de todos os laboratórios de pesquisa do PPG, que, conseqüentemente, puderam aumentar a qualidade e abrangência de seus projetos. A celeridade na aquisição de equipamentos, reagentes, peças de reposição e manutenção (sem necessitar dos trâmites vagarosos e burocráticos via das Pro-reitorias). Vale ressaltar que a independência financeira também proporcionou ao PPG elencar os investimentos prioritários para os laboratórios e pesquisadores do PPG, sem depender de decisões políticas de outras instâncias institucionais. (RESPONDENTE 59).

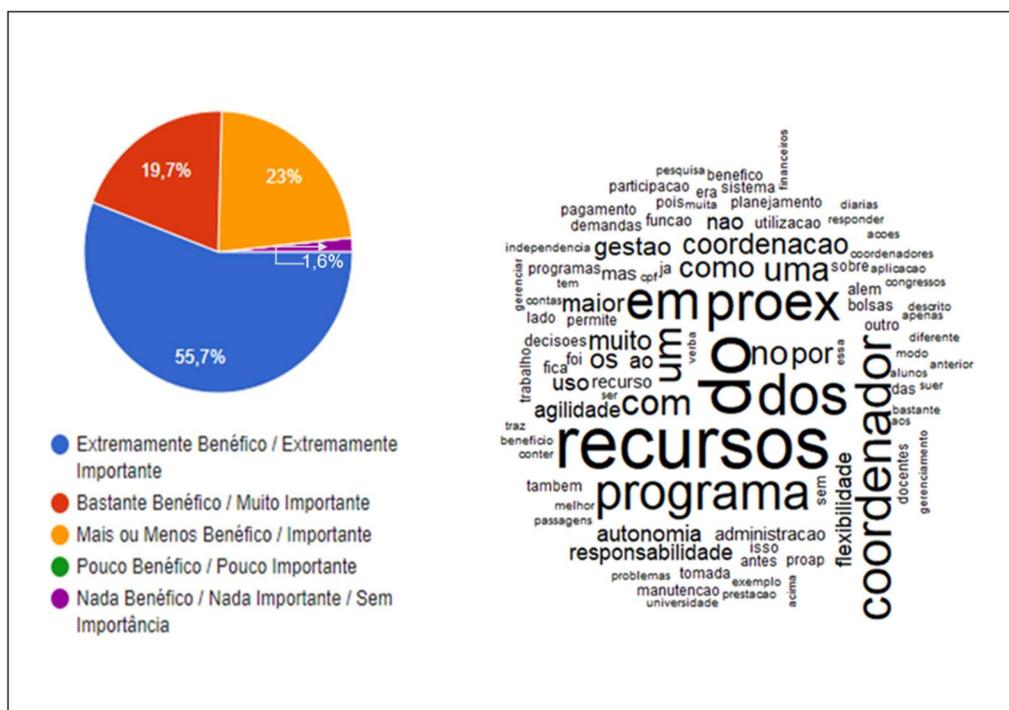
Além da visibilidade, a participação no Proex permite o gerenciamento das bolsas e da verba de manutenção do programa pela coordenação, o que facilita a gestão. (RESPONDENTE 60).

Entrevemos, nesse conjunto de enunciados, percepções de valor positivo do PROEX e seus benefícios, especialmente, no que tange à questão da visibilidade pelo critério de excelência dos programas. Estar no PROEX é estar em destaque em relação aos demais programas do SNPG. Tal perspectiva revela a incorporação da hierarquização no contexto da prática. Além disso, ser um programa PROEX significa condições melhores de acesso a recursos financeiros, bem como a flexibilidade e maior domínio no processo de gestão. Ao mesmo tempo que sinalizam esses aspectos de defesa do PROEX, também problematizam outras instâncias gestoras da academia, especialmente, pelo elevado grau de exigências administrativas para

⁴ Os dados dos questionários foram identificados por números, conforme a ordem dos registros efetivados no formulário googleforms, considerando data e horário.

conseguir investimentos. Em seguida indagamos os participantes se eles consideravam benéfico, para o exercício da função de coordenação, o ingresso do PPG no PROEX. Os dados coletados estão apresentados na Figura 3.

Figura 3 – Benefícios do ingresso no PROEX para a função de coordenação



Fonte: Dados da Pesquisa

A maioria dos respondentes percebe, em algum grau, que foi benéfico para a função de coordenação o ingresso no PROEX. Apenas 1,6% dos respondentes consideram sem importância. Ao processarmos as justificativas, analisando a nuvem de palavras obtida, evidenciamos entre as palavras de maior frequência “coordenação”, “gestão”, “flexibilidade” e “responsabilidade”. Das respostas verificamos que os respondentes, em maioria, consideram que a flexibilidade na utilização dos recursos PROEX permite um maior planejamento de gestão da coordenação, sendo benéfico. Entretanto, o coordenador por ser o responsável pelo gerenciamento dos recursos tem responsabilidades adicionais que podem sobrecarregá-lo.

Nas minhas lembranças, talvez a possibilidade de gerenciar os recursos de forma menos engessada, de modo que o coordenador podia colocar um pouco de “personalidade” na sua gestão. (RESPONDENTE 8)

Foi considerado, por 77% dos respondentes, vantajoso para o programa de pós-graduação o repasse do recurso PROEX por meio de uma conta pesquisador gerenciada pelo coordenador do curso; 21,3% consideraram em parte vantajoso e apenas 1,7% não consideraram vantagem. Ao processarmos as justificativas, analisando a nuvem de palavras obtida, focalizamos entre as palavras de maior frequência “vantagem”, “gestão”, “flexibilidade”, “agilidade” e “CPF”. Os participantes, no geral, percebem vantagem no repasse de recursos diretamente ao coordenador, principalmente, por facilitar a gestão da coordenação, permitindo flexibilidade e agilidade na execução das compras relativas às demandas do programa de pós-graduação. Por outro lado, muitos respondentes citam que o fato da conta pesquisador estar vinculada ao CPF do coordenador, responsável por gerenciar o recurso, gera mais preocupações para o coordenador em relação às compras, notas fiscais e prestações de contas, conforme pode-se notar nos extratos a seguir:

Acredito que delegar a administração do recurso ao Coordenador seja uma vantagem para os demais docentes, discentes e corpo administrativo que compõem o programa que não tem essa tarefa. O coordenador não decide nada sozinho, mas faz todo o trabalho para que os objetivos decididos em conjunto sejam alcançados. (RESPONDENTE 11)

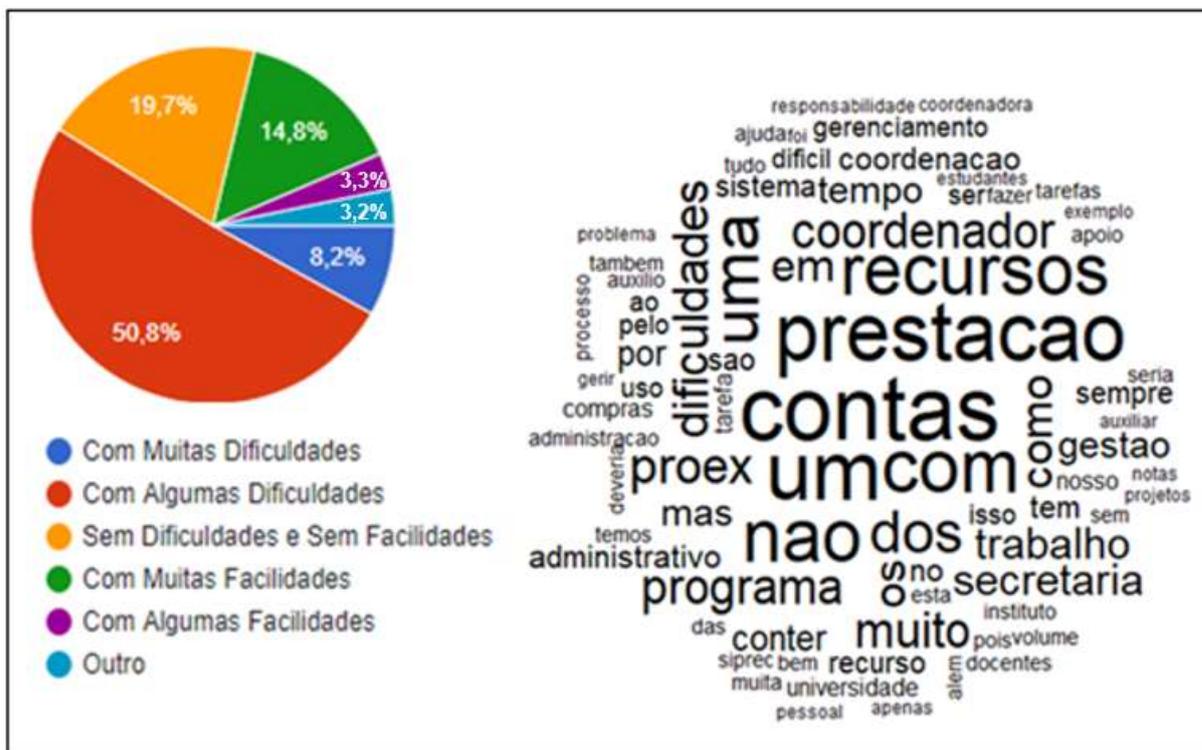
Embora possa, a depender do tamanho do programa, representar ao Coordenador uma sobrecarga em termos de organização e volume de trabalho, o controle direto dos recursos é um ganho em termos de gestão. Isso requer que ele possa contar com uma equipe administrativa e níveis de gestão colegiada. Se assim for, o programa tende a se manter produtivo. (RESPONDENTE 51)

Flexibiliza MUITO o uso do recurso, mas aumenta muito o investimento de tempo do Coordenador do programa na administração do recurso. (RESPONDENTE 59).

A principal vantagem é a agilidade na gestão da verba. (RESPONDENTE 60).

Sobre essa dimensão da gestão dos recursos ainda indagamos os participantes como eles se avaliavam frente ao trabalho exigido para gerir e prestar contas dos recursos de custeio PROEX, conforme Figura 5.

Figura 5 – Dificuldades e facilidades em prestar contas dos recursos PROEX



Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se que mais de 50% dos respondentes possui alguma dificuldade para gerir e prestar contas dos recursos PROEX. Ao processarmos as justificativas indicando as maiores dificuldades e/ou facilidades observadas, analisando a nuvem de palavras obtida, evidenciamos entre as palavras de maior frequência “dificuldades”, “trabalho”, “tempo” e “secretaria”. Uma das maiores dificuldades referenciada pelos respondentes foi o volume de trabalho e tempo despendido para prestar contas, tornando-se tarefa árdua por se somar às demais funções de coordenação.

A ausência de apoio administrativo especializado para prestar contas e a exigência de uso de cheques no PROEX também apareceram como entraves. Quando citadas facilidades em prestar contas a maioria dos respondentes informou ter apoio de um(a) secretário(a) eficiente no auxílio com notas fiscais, controle de compra de passagens, hotel, entre outros, mostrando a importância desse profissional para o programa de pós-graduação. No entanto, o apoio técnico administrativo para essas demandas operacionais do PROEX não é homogêneo nos PPGs. Os contextos evidenciam condições objetivas variadas, conforme pode ser verificado nos enunciados a seguir:

Nossa universidade tem uma unidade que gerencia as compras e prestações de contas. O coordenador compra, a faculdade paga e faz todos os tramites legais para prestação de contas. Gente especializada fazendo um serviço que coordenador nem é treinado para fazê-lo. (RESPONDENTE 2).

Na Unicamp, tínhamos setores especializados em gerenciamento e prestação de contas, o que facilitava muito o trabalho do coordenador. (RESPONDENTE 8).

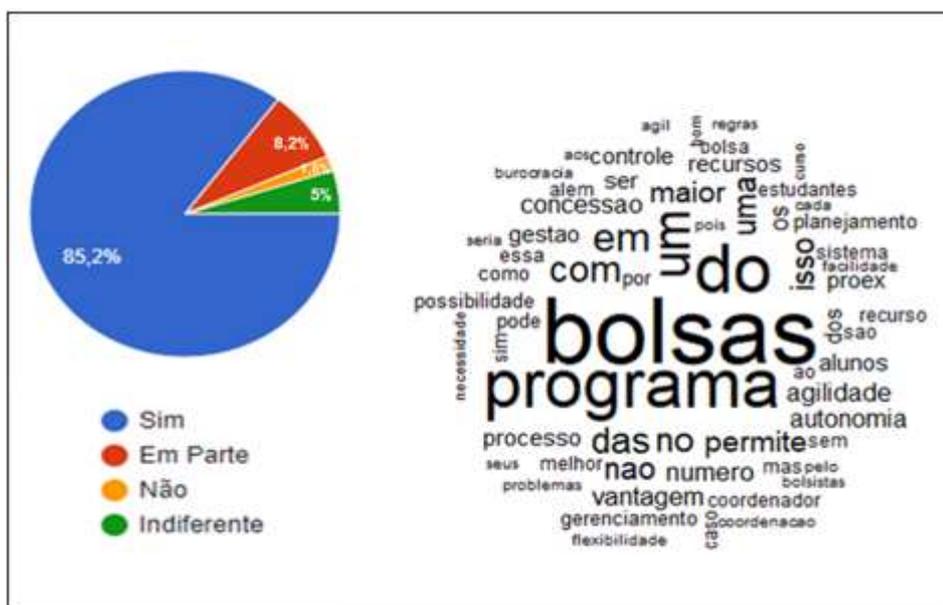
Felizmente contei com a ajuda de uma secretária bastante eficiente. Além disso, o pessoal da CAPES sempre foi solícito diante de nossas dúvidas, que eram sanadas rapidamente. (RESPONDENTE 10).

Eu sou uma pesquisadora que está coordenadora de um PPG. Dessa forma, tenho inúmeras outras tarefas além da Coordenação, como aulas na graduação e na pós-graduação, orientandos, projetos, publicações, etc. A gestão do recurso PROEX demanda, além de uma grande responsabilidade, um tempo grande da minha jornada de trabalho. Seria muito melhor se houvesse a possibilidade da gestão desse recurso ser feita por uma pessoa do administrativo contratada para tal tarefa. (RESPONDENTE 11).

Na realidade nem diria que são dificuldades, pois a rotina é a mesma dos projetos de pesquisa financiados pelo governo. Todavia, o volume de recursos e a demanda (alunos, docentes) toma muito tempo do coordenador. Como todos os recursos estão sob o CPF do mesmo, é muito complicado delegar essas tarefas para secretários. (RESPONDENTE 32).

Outro aspecto tratado no questionário estava relacionado a gestão das bolsas. Nesse sentido foi indagado aos participantes se o gerenciamento das bolsas diretamente para os PPGs seria percebido como uma vantagem (Figura 6).

Figura 6 – Vantagem para o PPG do gerenciamento direto das bolsas



Fonte: Dados da Pesquisa

A maior parte dos respondentes considera vantajoso para o programa de pós-graduação o gerenciamento direto das bolsas. Ao processarmos as justificativas,

analisando a nuvem de palavras obtida, ressaltamos entre as palavras de maior frequência “vantagem”, “controle”, “número” “agilidade” e “autonomia”. Os participantes, no geral, concebem que a gestão direta das bolsas é vantajosa, por permitir maior autonomia do programa de pós-graduação, obtendo maior controle, planejamento do número de bolsas em relação à demanda do alunado e maior agilidade nas implementações. Os participantes que não percebem vantagem na gestão direta das bolsas argumentam que é apenas mais uma tarefa e responsabilidade para o coordenador.

Nas reuniões mensais a coordenação do programa define as prioridades de bolsas, obedecendo as regras previamente fixadas pelo programa. Temos regras para repassar as bolsas que entra a nota do aluno (exame de ingresso com nota para CV, conhecimento na área e projeto de pesquisa), além de um conceito atribuído ao orientador (tempo de formação de seus estudantes, projetos aprovados, disciplinas ministradas e atividade no programa). (RESPONDENTE 2)

Na minha opinião a autonomia de um PPG, neste caso para gerenciamento de bolsas, trás um benefício ao PPG, pois as vagas e o processo seletivo pode ser adequado com a oferta de bolsas que o programa dispõe, além de atribuir essas bolsas de acordo com o mérito dos candidatos no processo seletivo. Nessas condições a Comissão Coordenadora do PPG consegue traçar seus planos de gestão e manutenção da qualidade tendo um quadro de pós-graduandos que possam usufruir 100% das bolsas. (RESPONDENTE 8)

Promove maior autonomia do programa para o controle e planejamento. (RESPONDENTE 14).

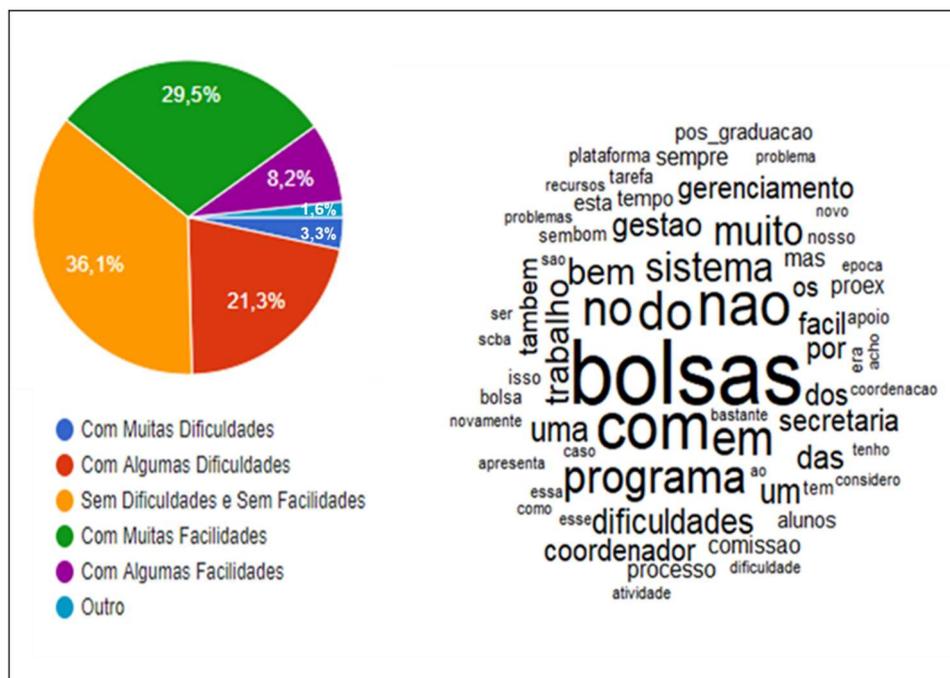
Permite um acompanhamento mais próximo do cenário de bolsas (número de bolsas, prazos, etc) e planejamento quanto abertura de editais e distribuição das bolsas entre os orientadores. (RESPONDENTE 26).

Não faz muita diferença. Talvez agiliza um pouco, mas também aumenta as responsabilidades que incidem no Coordenador. (RESPONDENTE 35).

De modo geral, notamos uma percepção positiva no gerenciamento direto dos recursos das bolsas por parte dos coordenadores de PPGs. Em muitos registros, os coordenadores narram situações coletivas de gestão e de planejamento, observando os objetivos, as necessidades dos programas e áreas prioritárias delineadas no planejamento. Em número menor de registros infere-se que a distribuição de bolsas assume um caráter mais de natureza administrativa.

Indagamos também aos participantes como eles se avaliavam frente ao trabalho exigido para gerir as bolsas concedidas aos PPGs pelo PROEX (Figura 7).

Figura 7 – Dificuldades e facilidades em gerir as bolsas do PROEX



Fonte: Dados da Pesquisa

A maior parte dos respondentes informou não ter dificuldades ou ter facilidades no gerenciamento das bolsas. Ao processarmos as justificativas, analisando a nuvem de palavras obtida, destacamos as palavras de maior frequência “sistema”, “dificuldades”, “gerenciamento” “secretaria” e “comissão”. Os participantes, no geral, informaram não terem dificuldades no gerenciamento das bolsas; citam que o sistema de bolsas da CAPES é simples e que muitas vezes recebem auxílio da secretária(o) ou da comissão do programa de pós-graduação.

Destaca-se nessa seção do questionário alguns registros complementares que abordam questões de natureza política e orçamentária relacionadas ao financiamento de bolsas.

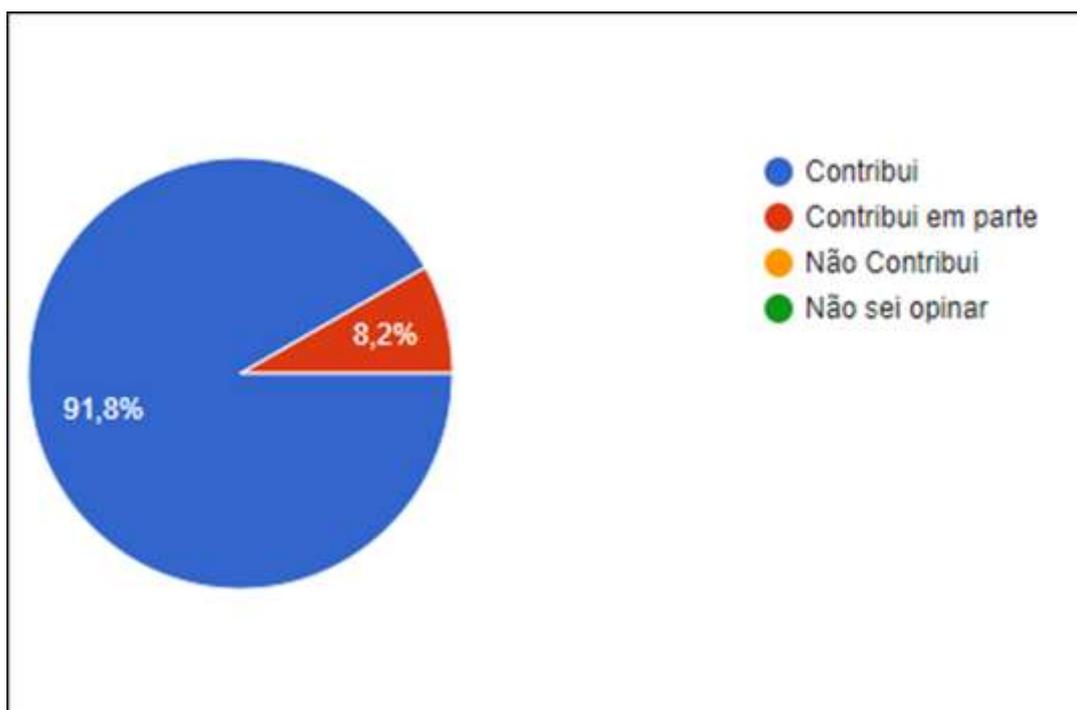
Como já comentado, [nome do PPG] conta com boa estrutura administrativa, o que significa organização e profundo conhecimento sobre o PROEX. A comissão coordenadora é composta em boa parte por pesquisadores/docentes experientes, o que garante uma memória de processos e procedimentos que foram bem-sucedidos. O [programa] também estimula que membros mais jovens na carreira façam parte da comissão, para que novas ideias e estratégias também sejam incorporadas. Dificuldades existem e muitas são inerentes a qualquer atividade que envolva pessoas. Dificuldades inerentes as políticas públicas brasileiras, que costumam ser de governo e não de estado, o que gera descontinuidade mesmo considerando programas e estratégias federais, voltadas para a Pós-graduação, bem-sucedidas. A grande exceção neste contexto é a avaliação regular da CAPES através da Plataforma Sucupira, e o próprio PROEX. (RESPONDENTE 44)

Me sinto bem confortável na administração das bolsas. O gargalo é a quantidade baixa de bolsas. (RESPONDENTE 50)

Tais registros apontam para questões relevantes e que demandam atuação de outros atores da política ou segmentos com poder de influenciar nas determinações de constituição do orçamento educacional e científico do país. Nesse caso, superam as estratégias de gestão do PROEX no âmbito da CAPES, e reforça a necessidade de articulação política no contexto do MEC, do legislativo e das sociedades científicas do país que possam gerar influências em torno dessas problematizações.

Na questão seguinte do questionário perguntamos aos coordenadores e ex-coordenadores se eles compreendiam que o PROEX contribuía para a manutenção do padrão de qualidade do programa de pós-graduação (Figura 8).

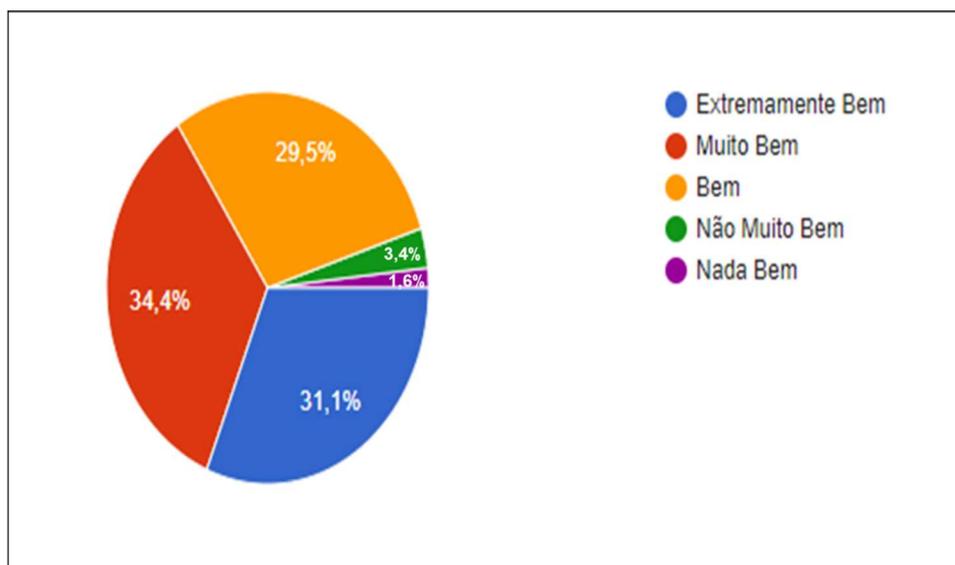
Figura 8 – Contribuição do PROEX para a manutenção da qualidade do PPG



Fonte: Dados da Pesquisa

A maior parte dos respondentes (91,8%) percebe que o PROEX contribui para a manutenção do padrão de qualidade do programa de pós-graduação e 8,2% compreendem que o PROEX contribui, em parte. Assim, constata-se que a percepção geral dos coordenadores é positiva. Perguntamos ainda aos participantes se o PROEX atendia às necessidades dos PPGs, dados da Figura 9.

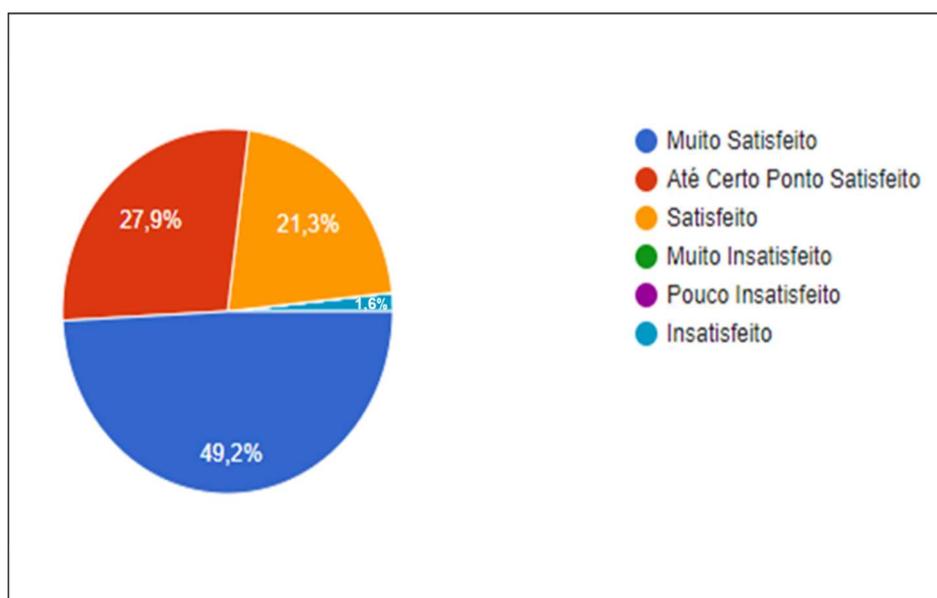
Figura 9 – Percepção se o PROEX atende as necessidades dos PPGs



Fonte: Dados da Pesquisa

Novamente, a maioria dos respondentes compreendem em diferentes graus que o PROEX atende às necessidades dos programas de pós-graduação, variando entre as escalas extremamente bem, muito bem e bem. Apenas 5% consideraram que o PROEX não atende às necessidades do programa de pós-graduação. Interpelamos os participantes sobre quão satisfeitos eles estavam sobre o PROEX e coletamos as informações da Figura 10.

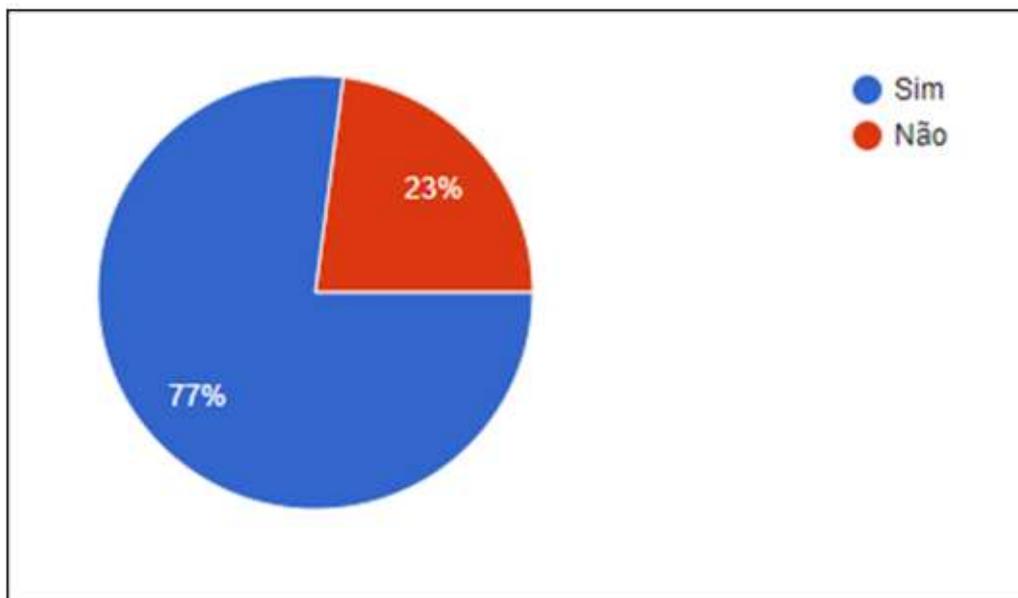
Figura 10 – Satisfação com o PROEX



Fonte: Dados da Pesquisa

Os respondentes no geral estão satisfeitos com o PROEX, variando entre muito satisfeito, até certo ponto satisfeito e satisfeito. Apenas 1,6% dos coordenadores estão insatisfeitos com o programa. Por fim, indagamos os participantes se eles consideravam que havia características do PROEX que poderiam ser alteradas para beneficiar os PPGs,(Figura 11).

Figura 11 – Necessidade de alterações no PROEX



Fonte: Dados da Pesquisa

A maioria dos coordenadores (77%) percebe que o PROEX pode sofrer alterações ou melhorias para aprimoramento do programa. Nos registros descritivos, percebe-se recorrência de sugestões relacionadas a maior autonomia dos PPGs para uso dos recursos, além de solicitações de aumento no aporte de recursos financeiros no PROEX.

O PROEX é um programa essencial que dá suporte direto aos programas de pós-graduação de excelência e permite a aplicação rápida e direta nas áreas estratégicas de formação de recursos humanos e de pesquisa científica e tecnológica. Se não pela limitação de recursos financeiros, o PROEX poderia ser utilizado para aceleração de pesquisa científica em áreas de interesse do Estado, com a disponibilização de mais recursos que possam ser injetados nas linhas de pesquisa de interesse. (RESPONDENTE 23)

Nos últimos anos os recursos do PROEX não permitem o investimento da modalidade de capital (equipamentos, etc), apenas custeio. Isto deveria ser revertido visto que seria importante para a aquisição de equipamentos multiusuários que beneficiam diversos estudantes e professores do Programa. (RESPONDENTE 26).

O PROEX precisa ser MANTIDO e ter seu orçamento resgatado, pois os cortes recentes estão colocando em risco a efetividade desse grande instrumento de valorização dos grupos de excelência da Pós-Graduação brasileira. (RESPONDENTE 31)

O PROEX, no início de sua implantação representou realmente um salto no volume de financiamento e na liberdade do uso dos recursos. Mas, recentemente, este que era uma das grandes vantagens foi perdendo força à medida que os recursos e número de bolsas foram sendo reduzidos. (RESPONDENTE 48)

Entendo que além de continuar, o programa deveria contar com muito mais recursos. O sistema de pós-graduação e sua avaliação dão um resultado extraordinário para a ciência e tecnologia brasileira, considerando-se o investimento realizado. (RESPONDENTE 54).

Essa polifonia de vozes presentes nos registros do questionário sintetiza percepções positivas e de valorização do PROEX para a pós-graduação brasileira. As informações coletadas mostram que a atuação do coordenador na condução de um planejamento sistemático envolvendo corpo docente e discente, com metas e critérios visando o alcance ou a manutenção na classificação da CAPES do conceito de programa de excelência, é um elemento importante e confirma que o conceito de atuação de Ball é bastante promissor para leitura desse tipo de dado.

Nos enunciados proferidos pelos coordenadores verificamos menções às estratégias adotadas em termos de organizações e parcerias internas aos PPGs para efetivar a tradução ou recontextualização do PROEX. Pelo conjunto dos dados, foi possível perceber que a dimensão contextual de cada PPG mostra condições diversas das equipes de trabalho, porém realça que integrar o PROEX consolida fator atrativo de capital científico e institucional. Contudo, essa integração desdobra repercussões em demandas operacionais que exigem intensidade de trabalho e articulação entre as equipes internas dos PPGs e entre as instâncias das universidades. Nos diversos extratos, foi possível perceber problematizações e tensões em termos de relações da gestão dos PPGs vinculados ao PROEX e a atuação e exigências das pró-reitorias e da CAPES.

9.4 CONTEXTO DE PRODUÇÃO DO TEXTO DO PROEX: DIÁLOGOS COM GESTOR DA CAPES SOBRE A GÊNESE DO PROGRAMA

Nessa seção são examinados dados relacionados ao contexto de produção dos textos legais do PROEX. Para isso, toma-se como base as informações fornecidas

pelo Prof. Jorge Guimarães, ex-presidente da CAPES por um período consecutivo significativo de 11 anos, sobre o contexto de desenvolvimento do PROEX. A interlocução com esse ator da política foi devido ao seu papel de centralidade no processo de criação do programa, bem como a expectativa de que seus enunciados e suas análises pudessem trazer novos dados.

O primeiro aspecto dialogado, relacionado ao contexto de influência e de produção de texto, era sobre qual problemática ou questão inicial que originou a formulação e a proposição do PROEX, em que afirmou:

Convidado pelo Ministro Tarso Genro, assumi a CAPES no dia 9 de fevereiro de 2004, e fui o terceiro presidente do primeiro ano de governo do Presidente Lula. Desnecessário dizer que muitas atividades estavam batendo à porta, por encaminhamento depois de todo um ano de inoperância da CAPES, e do próprio ministério. A primeira dessas ações era a tradicional avaliação dos cursos de pós-graduação, que ocorreria em meados do ano, e cujos preparativos estavam atrasados, e a segunda ação, tão imediata quanto importante, era salvar o Portal de Periódicos, que a equipe do ministro Cristovam Buarque buscou, insistentemente, desativar durante o ano de 2003. Para enfrentar essas e outras emergenciais recebi o apoio imediato do Ministro Tarso Genro e de toda a equipe para encaminhar as devidas soluções. Com a experiência que já tinha acumulado na participação no processo de avaliação em edições anteriores como membro de Comissão ou como Coordenador da então área de Ciências Fisiológicas, a Avaliação 2004 da CAPES ocorreu sem maiores problemas, e no final da sua realização, foi anunciado um grandioso avanço na pós-graduação brasileira: a criação do PROEX, o Programa de Excelência da CAPES, destinado a dar plena autonomia funcional aos cursos com os conceitos 6 e 7, os mais altos na avaliação.

O PROEX foi criado no primeiro ano de mandato, tão logo concluída a avaliação trienal em 2004, sendo destinado a partir de então aos cursos com notas 6 e 7. O Programa trouxe como novidade o gerenciamento pela coordenação do próprio curso, descentralizando a gestão e reduzindo em larga escala a burocracia na condução das atividades dos programas de pós-graduação. Acrescente-se aqui a facilitação promovida pela implantação do PROEX para estimular maior internacionalização das Universidades Brasileiras. Algo pouco percebido nessa mudança é o fato de que nos conselhos dos programas de PG estão sentados os atores, principais responsáveis pelo sucesso do curso e também a representação dos pós-graduandos que constitui para a CAPES uma garantia de vigilância permanente e descentralizada do uso de boas práticas na gestão dos recursos. Ele foi sendo expandido de forma a dotar o país de programas de pós-graduação do mais alto nível. **Não sei quão claro é para muitas pessoas a importância do grau da autonomia oferecido pelo PROEX que permitia ao Programa de PG poder decidir sobre a alocação das bolsas de maneira mais apropriada e a correta e rápida aquisição de equipamentos e insumos, tendo em vista alcançar o melhor desempenho, sabendo que o sucesso ou o fracasso será cobrado mais adiante quando da avaliação da CAPES”.**

Nesse extrato, notamos que a criação do PROEX estava sustentada em alguns pilares orientadores, como a indução de condições facilitadoras para ações de internacionalização dos programas de pós-graduação, a descentralização dos recursos financeiros e a estruturação da gestão colegiada, por meio da organização de conselhos. Essas orientações sugerem concessão de certa autonomia aos atores do contexto da prática, porém indica limites para tal protagonismo, pois condiciona o acesso aos recursos apenas aos PPGs que atendem aos critérios meritocráticos, expressos pelos indicadores de qualidade da avaliação da CAPES. O entrevistado também evidencia que tais pilares têm vinculações com experiências pregressas, vivenciadas no contexto da prática de um programa de pós-graduação da UFRGS.

A criação do PROEX teve como inspiração várias observações pessoais:

- i. a percepção de que já havia em 2004 uma certa distribuição de programas de doutorado de bom nível (conceitos 5, 6 e 7) fora do eixo Rio-São Paulo, o que demandava uma atenção especial da CAPES;
- ii. que era, então, necessário apoiar de maneira diferenciada o desenvolvimento desses programas;
- iii. que várias as universidades que sediavam tais programas, tratava-os de maneira não diferenciada como desejável, impossibilitando que estes programas pudessem servir de modelo qualitativo para outros cursos de pós-graduação da própria instituição;
- iv. o tratamento diferenciado, requeria, por exemplo a redução de procedimentos burocráticos genéricos, entre eles prazos rígidos para processar, com meses de antecedência os convites a pesquisadores de outras instituições para proferir palestras e mesmo para participação em bancas de defesa de tese de doutorado, uma exigência da CAPES. Este tipo de dificuldade não afetava tanto os cursos das instituições de São Paulo e Rio, mas era grave nas universidades fora do eixo, porque necessariamente os convites eram para pesquisadores de instituições distantes. Outra grande queixa dos pesquisadores era centralização e demora na decisão sobre compras de insumos para a pesquisa. O PROEX eliminava todas essas dificuldades.
- v. o procedimento institucional considerado inadequado era devido à concentração dos recursos da CAPES, que incluía na época, até os valores para bolsas, nas Pró-Reitorias. Em muitos casos os recursos da CAPES, inclusive das bolsas, eram utilizados para cobrir outras despesas como pagamento de energia que eram compromissos orçamentários das instituições. Por conta disso, além da criação do PROEX, como forma descentralizada de aplicação dos recursos da CAPES, foi também adotada a centralização na sede do pagamento de todos os bolsistas da CAPES;
- vi. finalmente vale considerar que contribuiu significativamente para a convicção de criar o PROEX, a experiência pessoal vivida quando, logo de ser transferido da UFRJ para a UFRGS, aceitei estruturar o Programa de Pós-Graduação em Biologia Celular e Molecular (PPGBCM) do Centro de Biotecnologia da UFRGS, aprovado na Universidade em março e na CAPES em 17 de julho de 1998, com o conceito 5, o mais alto para cursos novos na época. O apoio financeiro diferenciado da CAPES ao PPGBCM, foi uma

iniciativa pioneira que a direção da CAPES, tendo como Presidente o Prof. Abílio Baeta Neves experimentou com um tipo de fomento sob compromisso formal de atendimento a metas de desempenho estabelecidas documentalmente entre a Coordenação do PPGBCM e a CAPES por um período de quatro anos. O modelo funcionou excelentemente bem, e desde 2016 o PPGBCM tem conceito 7 na CAPES e é contemplado com o apoio do PROEX.

Esses aspectos indicados pelo entrevistado reforçam a ideia de que os contextos não são herméticos, isolados. No caso do PROEX, os dados pontuam que o contexto da prática foi mobilizador e influenciador para o contexto de produção do texto do programa, revelando assim uma interconexão para a compreensão dessa ação política. É possível identificar que o PROEX surge de uma experiência experimental desenvolvida no âmbito de um PPG. Contudo, essa experiência específica também não está isolada, ela revela toda uma trajetória vivenciada em outros espaços acadêmicos.

Um segundo aspecto abordado, considerando ainda o contexto de influência, era se havia uma demanda da comunidade acadêmica pelo PROEX. A esse respeito o professor Jorge relata que:

[...] não havia de forma consciente uma demanda pelo PROEX. A comunidade acadêmica nem sonhava com isso. Foi decisão top down tomada com base nas próprias observações pessoais, advindas da experiência assimilada por ter sido professor em fortes programas de PG onde fui pesquisador e orientador de vários estudante: Escola Paulista de Medicina (hoje UNIFESP), na UNICAMP, no Instituto de Química da UFRJ, no Instituto de Biofísica-UFRJ, além de ter concebido e criado o Programa de Química Biológica da UFRJ e participado, com Eloi de Souza Garcia, da montagem do Programa de Biologia Molecular do Instituto Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, culminando com a mencionada experiência com o PPGBCM da UFRGS.

Também facilitou a tomada de decisão o fato de, embora Presidente da CAPES, ter acumulado por alguns meses a Diretoria de Avaliação (DAV), enquanto aguardava a volta ao Brasil do Professor Renato Janine que eu havia convidado para assumir aquela Diretoria. Assim, conduzi pessoalmente a Avaliação Trienal 2004, já com a decisão de criação do PROEX devidamente discutida e avalizada pelo Ministro Tarso Genro que me deu carta branca para a decisão.

Vale ressaltar, como altamente relevante, que tomamos o cuidado de só anunciar a criação do PROEX uma vez passada e vencidas todas as etapas da avaliação trienal 2004 e já de posse dos resultados finais, porque caso contrário, anunciada antes, isso poderia afetar profundamente a própria avaliação, com aumento artificial do número de programas com os conceitos 6 e 7. Outra providência de garantia de assegurar e manter o alto nível da avaliação, foi a decisão de que um programa para ter acesso ao PROEX precisaria acumular duas avaliações com os conceitos mais altos.

Esses enunciados indicam ligações com certos lugares de poder e de decisão. Nesse sentido, destaca-se a experiência do entrevistado como pesquisador em diferentes programas de referência nacional, integrantes do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, além, é claro, da atuação no setor de avaliação da CAPES. Esses elementos colaboram para entender as regras propostas no texto legal do PROEX, conforme discutido no capítulo II.

Os enunciados do professor Jorge sobre a criação do PROEX também levam em consideração outros atores envolvidos na gestão da pós-graduação como o grupo de pró-reitores das universidades. Para ele, embora não tenha realizado um estudo prévio para subsidiar a proposta do PROEX, suas considerações a partir do contexto da prática indicavam que era:

necessário dar mais ampla autonomia funcional aos melhores e mais maduros Programas de PG, premiando a excelência que a própria avaliação da pós-graduação já acumulava desde a década de 1970 quando a avaliação da CAPES foi instituída e oferecendo grande mobilidade aos programas pela descentralização dos recursos das Pró-Reitorias para aqueles que, na verdade, assumem e levam em frente as ações da pós-graduação brasileira, ou seja, as coordenações dos cursos. Como já mencionado a experiência da CAPES com o PPGBCM ofereceu substrato positivo para a formatação do Programa. Obviamente tal perspectiva poderia ser aplicada aos cursos de outros níveis, mas a questão da maturidade dos programas teve forte influência nesta decisão. Além disso era preciso preservar o papel das Pró-Reitorias sérias como componentes fundamentais nas iniciativas internas na promoção e condução da pós-graduação nas instituições. Por conta disso, o volume de recursos para o PROEX foi limitado a 18% do orçamento destinado aos programas de Pós-Graduação da CAPES. Ademais, o cuidado na iniciativa era também um reconhecimento ao papel do Fórum de Pró-Reitores criado por reconhecidas lideranças como Reinaldo Guimarães, Ana Lúcia Gazzola, Abílio Baeta Neves, Oswaldo Ubríaco Lopes e outros pioneiros que conceberam nos anos 1990, o Fórum de Pró-Reitores que deu grande avanço à PG brasileira.

Esses enunciados apontam que a limitação da disponibilidade dos recursos destinados ao programa em patamares de 18% considerou forças que poderiam perder espaço de poder, como os pró-reitores e também da entidade que agregava esses atores da política, o Fórum de Pró-Reitores. Desse modo, as regras do PROEX sobre os recursos revelam estratégias para equacionar possíveis indisposições com grupos experientes na pós-graduação. O professor Jorge também realça que no âmbito interno da CAPES, houve boa aceitação. Para ele, o PROEX,

[...] foi uma decisão top down com o aval do Ministro e sua equipe. Era uma grande novidade e claramente poderia trazer apreensões, mas fora uma possível reação de alguns Pró-Reitores e um único Reitor, a decisão foi

recebida como um avanço extraordinário pelo grau de autonomia que atribuía aos coordenadores de todos os programas de alto nível. Um reconhecimento ao desempenho e um aviso de responsabilidade como no exemplo do livro “O Pequeno Príncipe” de Antoine de Saint-Exupery: você é responsável pelo que conquista! Tanto é assim que várias outras iniciativas que tomamos no período, como os Programas Casadinho, Solidariedade e Multicêntricos, passaram a ser um convite (quase obrigação) à atuação destes melhores programas na “ajuda” aos cursos de menor desempenho. Internamente o PROEX foi bem assimilado pelas áreas técnicas da CAPES e muito facilitado no setor de contabilidade pela simplicidade de analisar resultados concretos a partir da concessão de substanciais recursos aos Programas, não apenas para bolsas, mas também, em larga escala financeira para o custeio e liberdade de iniciativas dos cursos.

Contudo, a política também é arena de disputas, debates, problematizações. No caso do PROEX, essa característica também se manifestou, quando abordamos, em um terceiro aspecto, se foi aberto espaço para atores da comunidade acadêmica participarem do contexto de produção do texto e quais as formas de comunicação da proposta. A partir dessa indagação o professor Jorge informa:

Não houve uma discussão aberta sobre a decisão. Tratava-se de uma medida administrativa, gerencial, com perspectiva de sucesso mensurável logo à frente, o que de resto, veio a acontecer e continua acontecendo. Não cabia, pois, uma discussão assembleística prévia com tais atores porque seguramente alguns segmentos seriam radicalmente contrários pela perda de algum poder, já que a decisão objetivava dar autonomia aos programas que se mostravam maduros e que na verdade eram (e continuam sendo) grande minoria quantitativa no conjunto da pós-graduação brasileira e que ao mesmo tempo sinalizava para os demais cursos que deveriam se aprimorar para alcançar o mesmo status. A divulgação da medida foi simplesmente anunciada pelos meios de comunicação da CAPES na época sem gerar maiores contestações públicas. Todavia, a possibilidade de que a inviabilização da medida poderia ocorrer como consequência de ampla discussão prévia, ficou clara tão logo anunciada a medida, em alguns debates (aos quais compareci) promovidos por Pró-Reitores que não se conformavam em perder o comando e o manuseio autoritário dos recursos da CAPES em suas universidades. A reação maior foi verificada na UFRJ por um Pró-Reitor que se arvorava ser dono dos recursos da CAPES e sobre o qual decidia a destinação e aplicação autocrática. A arrogância do Pró-Reitor foi desmascarada pela plateia composta por coordenadores dos programas de PG de todos os níveis da própria e de outras instituições que compareceram ao debate público. Tal “autoridade” caiu em desgraça logo a seguir na própria universidade e sumiu do mapa da PG brasileira. Um outro debate quente foi na UFMG, quando por um mal-entendido sobre a proposta, a altamente qualificada Reitora, Ana Lúcia Gazzola, amiga de várias batalhas conjuntas pela ciência brasileira, foi levada a se contrapor à proposta. A questão foi rapidamente resolvida quando se desfez o mal-entendido. De resto, todo o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (o SNCT), para além das fronteiras da PG, absorveu e passou a defender e reivindicar ampliação do alcance do PROEX.

Nesse trecho, é possível inferir que o texto da política não é simplesmente informado, assimilado, tal qual foi formulado. No contexto da prática ocorre uma série

de repercussões, dentre elas as interpretações e traduções contrárias. Ocorre um movimento de produção de novos textos, com problematizações, indagações e até rejeições. Nesse cenário, é preciso enfrentar embates e articular convencimentos e explicações para futuras ações. No caso do PROEX, os enunciados do professor Jorge indicam que houve ampla aceitação da comunidade acadêmica em geral, mesmo que alguns registros fossem contrários.

Esse clima de boa aceitação pode ser também observado quando, considerando um quarto aspecto, debatemos se no Plano Nacional de Pós-Graduação produzido para o período de 2005-2010, período de sua gestão na CAPES, havia alguma diretriz relacionada ao PROEX. Para esse tópico ele confirma o cenário favorável ao programa.

A retomada da elaboração dos Planos Nacionais de PG, uma sequência interrompida desde 1994, era parte do nosso projeto à frente da CAPES. Assim, o PNPG 2005-2010 que veio a ser o PNPG V, foi concebido com base nesse compromisso. Todavia, quando constituímos no final de 2004 a Comissão Especial de alto nível, presidida pelo Professor Francisco César de Sá Barreto, eminente físico e ex-Reitor da UFMG para a concepção e elaboração do Plano, o PROEX já havia sido lançado e estava em pleno vigor. Portanto não cabia ao PNPG 2005-2010 estabelecer diretrizes para a criação do PROEX. Pelo contrário, o Programa de Excelência já foi considerado compromisso gerencial da CAPES para o qual foram estabelecidas metas a serem alcançadas na vigência do PNPG V.

Em relação a existência de processos e instrumentos de acompanhamento e ou avaliação dos efeitos do PROEX nos PPGs, levantando um quinto aspecto, considerando o contexto da prática, ele afirmou:

Sinceramente não me recordo de ter havido algum estudo formal de acompanhamento e avaliação específica do PROEX, promovidos pela CAPES. Deve provavelmente haver dissertações e teses sobre o assunto, mas também não são do meu conhecimento. O que havia como indicativo seguro era a consolidação dos avanços quali-quantitativos dos programas de melhor desempenho e, portanto, sob o financiamento do PROEX, nas avaliações da CAPES. Seria interessante averiguar se programas de PG contemplados no PROEX teriam caído das melhores notas desde sua criação e se tais números são significantes.

Esses enunciados do entrevistado revelam campos de investigação que o PROEX representa. Essa sugestão sobre o quantitativo de programas que permanece, entra ou sai do PROEX, foi de certo modo abordado nesta tese, pois buscou-se mapear a evolução dos dados do programa. Mesmo sem um estudo

sistemático de avaliação sobre os resultados gerados com o PROEX, o professor Jorge mencionou uma série de informações que apontam um cenário positivo e reforçam o potencial do PROEX em induzir a melhoria da qualidade no âmbito da pós-graduação brasileira.

[...] antes do PROEX o Brasil ocupava a 22ª posição no ranking da produção científica mundial e tinha baixíssimo nível de reconhecimento qualitativo de suas publicações. A partir de 2009, passou à 13ª posição e alcançou considerável aumento dos indicadores qualitativos. Mas sabe-se que outros programas da CAPES, desse período, como o crescente aperfeiçoamento do modelo de avaliação e das fontes de informação como a Plataforma Sucupira e, em especial a consolidação do Portal de Periódicos, tiveram todos, individualmente e em conjunto, também papel importante nestes avanços. Sabe-se também que a melhoria do desempenho dos cursos tem muito a ver com as áreas do conhecimento. Há áreas na CAPES que tiveram ganhos extraordinários nos últimos 15 anos, como é o caso das engenharias, da computação, da administração e da área multidisciplinar entre outras, havendo algumas cujo desempenho depende de mudanças mais estruturais no processo de formação de pesquisadores e de impacto na sociedade como é o caso da educação e do direito, setores em que o Brasil se situa em posição altamente desfavorável no contexto mundial. Nestes casos é provável que o PROEX tenha ajudado muito pouco. Assim, há validade, como proposto neste trabalho de tese, em se buscar compreender o papel do modelo operacional introduzido pelo PROEX no desempenho da C&T no Brasil. Quanto aos indicadores, apesar das críticas teóricas, oriundas de várias fontes, não há ainda nenhuma indicação de algo mais adequado do que os elementos quantitativos da produção científica e seus componentes qualitativos, as citações, o fator de impacto e o Índice h e seus derivados. A este propósito reproduzo aqui alguns dados de artigo atual em fases de publicação na RBPG: Haeffner, Zanotto e Guimarães, 2021. Internacionalização da Universidade Brasileira. Desafios e Perspectivas na busca pelo Padrão de Universidade de Classe Mundial. RBPG, in Press. Alguns destes dados podem ser úteis para a elaboração da Tese:

- i. os programas 6 e 7 são os mais qualificados para “puxar” iniciativas de internacionalização das Universidades Brasileiras;
- ii. os programas 6 e 7 representam 12,8% do total de programas da CAPES;
- iii. 96% destes programas são oferecidos por universidades;
- iv. apenas 52 universidades têm pelo menos um desses programas e apenas 27 oferecem pelo menos 4 programas 6 ou 7;
- v. as 49 áreas da CAPES se desdobram em 118 áreas científicas específicas (exemplos: oncologia, bioquímica, nutrição, psiquiatria, física nuclear, imunologia, etc) com programas de melhor nível, das quais 37 (31%) apresentam um índice de impacto relativo ao mundo igual ou maior que 1,0, ou seja estão acima da média mundial. Havendo casos de impacto mais altos do que o dobro da média mundial. Os programas de PG destas 37 áreas científicas, responderam por 141.231 artigos (52%) da produção científica brasileira no período 2014-2018. Ressalte-se ainda que a Base InCytes do Web of Science indica que são 252 as áreas científicas como acima exemplificado. Isso indica que a PG brasileira cobre apenas 46% de importantes áreas da ciência;

vi. Certamente o PROEX teve papel relevante nestes avanços quali-quantitativos, mas que há ainda muito a ser aprimorado.

Para além dos aspectos anteriormente relatados, o entrevistado evidencia em seus enunciados a satisfação em ter atuado de forma protagonista na criação do PROEX.

Confesso minha alegria ao constatar que o PROEX possa ser considerado uma política pública. Afinal é uma grande conquista, uma vez que como tal possa escapar dos vai-e-vem das políticas de governos. A atuação da CAPES no período 2004-2015 se caracterizou por adotar um conjunto de ações desburocratizantes objetivando a transformação do Brasil de um país periférico em uma potência internacional. O PROEX foi uma dessas ações, contando para isso com o qualificado corpo de servidores na CAPES e do seu mais elevado comprometimento com o papel da principal agência de fomento à formação de recursos humanos do país. No geral a proposta era e continua sendo a exploração das imensas riquezas naturais do país, acoplada ao enorme potencial de recursos humanos que tem como base a vantajosa condição de ainda dispormos de grande proporção de jovens, o que constitui por si só, uma oportunidade para novas conquistas e ao mesmo tempo um desafio para os governantes garantirem o futuro dessa grande riqueza representada por nossos milhões de jovens.

Os dados fornecidos pelo professor Jorge permitem identificar muitas vozes que integraram e contribuíram para a formulação do PROEX, por exemplo, as citações do aval do então Ministro da Educação para consecução do programa e os debates com os pró-reitores sobre sua implantação. Essas vozes que podemos dizer de diferentes entonações, como de apoio, colaboração, críticas, problematizações e parcerias estão ligadas ao contexto de influência da política pública e produzem ecos nos desdobramentos do texto da política (contexto de produção do texto).

9.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão de uma política pública supera em muito o texto oficial. Desse modo, conhecer a história do desenvolvimento de determinada política pública nos auxilia a entender suas características e seus objetivos, assim como o monitoramento da política permite o desenvolvimento de estratégias para sua melhor execução e desempenho, conjuntamente, podendo contribuir para uma melhor eficiência na gestão dos recursos públicos.

Ao analisarmos as respostas ao questionário aplicado aos coordenadores e ex-coordenadores, foi possível identificar a visão desse grupo sobre o PROEX, compreendendo o contexto da prática da implantação da política. Depreendemos, dos atores que executam diretamente a política pública, uma percepção positiva sobre o PROEX. A maioria dos respondentes considerou benéfico para o PPG e para a função de coordenação o ingresso no programa. Argumentaram que o principal diferencial do PROEX, a autonomia na gestão dos recursos e bolsas, permite melhor planejamento do programa e agiliza o atendimento das demandas dos docentes e discentes do PPG, sendo de extrema importância.

Os enunciados coletados por meio do diálogo com o Prof. Jorge Almeida Guimarães, ator diretamente relacionado ao contexto de influência na proposição do PROEX, nos auxiliaram a elucidarmos como se desenvolveu a política e permitiu identificarmos outros atores que tiveram participação nesse contexto. Ressaltamos que apesar de diferentes atores estarem envolvidos na concepção do PROEX, buscamos captar as considerações do ator de maior centralidade no desenvolvimento da política, o Prof. Jorge.

Dos registros fornecidos pelo Prof. Jorge verificamos que não houve uma demanda oficial da comunidade acadêmica para a criação de um programa como o PROEX. Sua concepção teve como inspiração as observações e experiências pessoais do Prof. Jorge, em especial, as relacionadas à gestão da pós-graduação, que indicou a necessidade de um estímulo diferenciado aos programas de excelência, aventando melhorias diretas e indiretas ao SNPG como um todo. Observamos que apesar da concepção inicial do PROEX, ter sido idealizada pela CAPES, sem amplo debate com a comunidade acadêmica, após sua implementação e execução ao longo dos anos, os beneficiários (coordenadores de PPGs) o compreendem como uma importante política pública para o SNPG e sua flexibilidade na gestão dos recursos continua tendo caráter inovador. Entretanto, os beneficiários também consideram que o PROEX necessita de melhorias para aprimoramento da política.

Nota-se, do conjunto de dados da tese, que o PROEX além de se constituir em um programa de apoio aos PPGs para a melhoria da qualidade, é também uma política pública da pós-graduação que induz a atuação dos sujeitos de forma individual e institucional a produzirem indicadores que possam evidenciar

transparências das ações, eficiência do trabalho, resultados positivos de produtividade, busca constante pela noção de qualidade, visibilidade e reconhecimento social, dentre outros elementos inerentes à perspectiva de excelência. Nesse processo, ocorre a valorização da competição, da inspeção, da prestação de contas, do gerencialismo, sem contar a regulação dos pares que se revela elemento comum nos diferentes contextos da política, sejam eles de ordem macro ou micro.

Nesta pesquisa, buscamos entender e monitorar o PROEX a partir da compreensão mais refinada do movimento dinâmico de constituição do texto da política, bem como dos desdobramentos e das acomodações produzidos pelos atores da política, especialmente, vinculados ao contexto da prática de uma área específica.

Assim, concluímos esta seção reconhecendo que muitos outros debates podem ser levantados a respeito do PROEX, dentre eles dados de outras áreas de conhecimento podem ser explorados, sujeitos de outros diferentes segmentos da comunidade acadêmica podem ser ouvidos, enfim, essas possibilidades mostram a potencialidade do PROEX como objeto de investigação no campo da pesquisa em políticas.

Referências

As referências da seção foram suprimidas e inseridas na seção REFERÊNCIAS, na parte final da Tese.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo principal do desenvolvimento desta tese que foi produzir um estudo sobre a concepção e o desenvolvimento do PROEX, e monitorar o programa por meio da percepção dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da Grande Área Ciências Biológicas, foi necessário investigar diferentes elementos de composição do programa. Elementos que podem ser considerados gerais e específicos. Os gerais referem-se a dados sobre avaliação, normativas, abrangência, assimetrias e outros. Sobre os específicos, focalizamos dados da

Grande área de Ciências Biológicas, privilegiando enunciados dos coordenadores de PPGs sobre percepções do PROEX.

No artigo I, de contextualização, verificamos que existe uma variedade de modelos de avaliação e acreditação da pós-graduação na América Latina; todos registram o propósito de atestar a qualidade dos programas de pós-graduação e o fomento à melhoria contínua. Alguns modelos avaliativos são obrigatórios (Brasil e Argentina), outros voluntários (Colômbia, Costa Rica e México). As escalas avaliativas são quantitativas (Brasil) ou qualitativas (Argentina, Colômbia, Costa Rica e México), variando de acordo com o país. Em todos os modelos, o processo de avaliação é realizado por pares acadêmicos de reconhecida competência. Em relação à periodicidade da avaliação, constatou-se uma oscilação entre os países, numa escala que varia de 3 a 10 anos.

Desse modo, identificamos um contexto de reconhecimento da avaliação da pós-graduação, com sistemas consolidados e que evidenciam particularidades. Os resultados mostraram que o Brasil, no cenário da América Latina, apresenta uma trajetória importante de investimento na avaliação, bem como no aprimoramento dos procedimentos para informar e publicizar a qualidade do PPGs.

Ainda na dimensão de dados gerais, produzimos o artigo II, onde apresentamos a descrição da política pública PROEX. Como resultados, identificamos a partir dos documentos iniciais, que o PROEX priorizava PPGs com trajetória consolidada e anunciava seu principal diferencial: a gestão dos recursos repassados diretamente aos PPGs. As alterações do texto regulatório do PROEX, com o tempo, proporcionaram maior abrangência (ampliação dos beneficiários) e autonomia dos programas de pós-graduação. O aumento da abrangência permitiu o ingresso de PPGs de novas áreas de avaliação, como a área de Ensino. Ao longo do tempo, também houve uma perda de flexibilidade na operacionalização do repasse dos recursos.

Observamos um número reduzido de PPGs que saem do PROEX, a cada nova avaliação. Atualmente, a grande área com maior número de beneficiários é a de Ciências da Saúde, entretanto a Grande Área Ciências Exatas e da Terra recebe maior aporte de recursos. A ação de maior aporte financeiro está na disponibilidade de bolsas para os mestrandos e doutorandos. Os recursos de capital foram disponibilizados no PROEX, por último, no ano de 2016. Apesar dos desafios, a

existência do PROEX, em continuidade por 16 anos, constitui uma ação importante de apoio para fomentar a qualidade da pós-graduação.

Dada a observação de presença de assimetrias, no artigo III, abordamos as políticas públicas para redução das desigualdades no SNPG, a partir do panorama da pós-graduação na Amazônia Legal, com foco nos beneficiários do PROEX. Nota-se que, apesar dos esforços envidados pelos diferentes programas, ao longo do tempo, as assimetrias continuam acentuadas. A região da Amazônia Legal, possui um baixo índice de PPGs em comparação com as demais regiões. Dos 421 PPGs existentes em 2020, 18,3% eram recentes, 73,4% eram emergentes ou em consolidação e apenas 8,3% consolidados, o que demonstra a necessidade de mais políticas públicas de fomento para essa região. Ainda que com índices menores, a pós-graduação na região vem se desenvolvendo, o que pode ser constatado pela porcentagem considerável (18,3%) de novos programas e pela participação de 6 programas de pós-graduação no PROEX. Observa-se o protagonismo do Estado do Pará e, mais precisamente, da Universidade Federal do Pará – UFPA na região, sendo o Estado com o maior número de PPGs e a Universidade com o maior número de programas de excelência. Constata-se que os programas de excelência e a consequente distribuição dos recursos PROEX concentram-se nas regiões Sul e Sudeste do país.

Assim, reunimos um considerável número de reflexões, que permitiu contextualizar o PROEX no cenário social da América Latina e caracterizar seu desenvolvimento no contexto brasileiro. Prosseguindo com os estudos, avançamos no objetivo de produzir um estudo sobre a concepção e desenvolvimento do PROEX e monitoramento do programa por meio da percepção dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da Grande Área Ciências Biológicas. Na seção IV, evidenciamos que apesar da concepção inicial do PROEX ter sido idealizada pela CAPES, sem amplo debate com a comunidade acadêmica, após sua implementação e execução ao longo dos anos, os beneficiários o compreendem como uma importante política pública para o SNPG e sua flexibilidade na gestão dos recursos continua tendo caráter inovador. Entretanto, mudanças para adequações ou melhorias podem ser pensadas pelos gestores diante das sugestões de seus usuários, buscando o aprimoramento da política pública.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, S. H. D. Los sistemas de evaluación de la calidad del posgrado em América Latina: Similitudes y diferencias con el sistema ecuatoriano. **YACHANA Revista Científica**, v. 4, n. 2, p. 48-61, 2015.

AVLES JUNIOR, T. T. **A efetividade dos modelos de concessão de cotas de bolsas de pós-graduação**: um estudo de bibliometria da produção acadêmico-científica de egressos e de análise dos fluxos informacionais em uma instituição de fomento à pesquisa no Brasil. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação. Fundação Universidade de Brasília – UNB. Brasília-DF. Tese, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9302636. Acesso em: 11 ago. 2021.

ARGENTINA. **Ley nº 24.521, 20 de Julio de 1995**. Disposiciones preliminares. Educación Superior. Educación superior no universitaria. Educación superior universitaria. Disposiciones complementarias y transitorias. Disponível em: <http://www.secgral.unsl.edu.ar/wp-content/uploads/docs/Ley-24521-de-Educacion-Superior.pdf>. Acesso em: 07 out. 2019.

ARGENTINA. Ministerio de Cultura y Educación. **Dessarollo y acreditación de los posgrados em Argentina, Brasil y México**. Buenos Aires: Serie Nuevas Tendencias, 1998. 1. ed.

Asociación Universitaria Iberoamericana de Posgrado – AUIP. **Gestión de la Calidad del Postgrado en Iberoamérica. Experiencias Nacionales**. Salamanca: Ediciones AUIP, 2002.

AVELAR, M. Entrevista com Stephen J. Ball: uma análise de sua contribuição para a pesquisa em política educacional. **Revista Archivos analíticos de políticas educativas**, v. 24, n. 24, fev. 2016. p. 1-18. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/296631339_Entrevista_com_Stephen_J_Ball_Uma_Analise_de_sua_Contribuicao_para_a_Pesquisa_em_Politica_Educacio nal. Acesso em: 05 jan. 2022.

BALL, S. J. **Educational reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BARREYRO, G. B.; LAGORIA, S. L. Acreditação da Educação Superior na América Latina: os casos da Argentina e do Brasil no contexto do Mercosul. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, ano 9, v. 1, p. 7-27, 2010.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education e changing schools: case studies in Policy Sociology**. London: Routledge, 1992.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 01 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Portaria nº 34, de 30 de maio de 2006**. Aprova o Regulamento do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX). Diário Oficial da União. 1º jun. 2006. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_034_2006.pdf. Acesso em: 12 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Portaria CAPES nº 112, de 01 de abril de 2008**. Institui e aprova o Programa de Formação Doutoral Docente – Prodoutoral. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=767#anchor>. Acesso em: 04 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **História e Missão**. Brasília, DF: CAPES, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>. Acesso em: 08 jan. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Relatório de Gestão 2008**. Brasília, DF: CAPES, 2008. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Relatorio_de_gestao_2008_CAPES_final31_03_com_ANEXOS.pdf. Acesso em: 04 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Relatório de Gestão 2009**. Brasília, DF: CAPES, 2009. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/CAPES_Relatorio_Gestao2009_Final.pdf. Acesso em: 04 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPg 2011-2020**. Brasília, DF: CAPES, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Programa de formação doutoral docente – Prodoutoral**. Brasília, DF: CAPES, 2010b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/prodoutoral>. Acesso em: 08 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Relatório de Gestão 2011**. Brasília, DF: CAPES, 2011. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/relatorio_gestao_2011.pdf. Acesso em: 04 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Programa de Excelência Acadêmica (PROEX)**. Brasília, DF: CAPES, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/proex>. Acesso em: 08 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Portaria CAPES nº 140, de 02 de outubro de 2013**. Aprova o Regulamento do Programa de Formação Doutoral Docente – Prodoutoral. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=498#anchor>. Acesso em: 04 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Sobre a avaliação**. Brasília, DF: CAPES, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/conceito-avaliacao>. Acesso em: 08 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Comunicado CAPES – Período de Avaliação do SNPG**. Brasília, DF: CAPES, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/comunicado-capes-periodo-de-avaliacao-do-snpg>. Acesso em: 08 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Portaria CAPES nº 102, de 12 de agosto de 2015**. Atualiza o Regulamento do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX). Diário Oficial da União. 13 ago. 2015. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/130815-PORTARIA-N-102-de-12-08-2015.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Relatório de Gestão 2015**. Brasília, DF: CAPES, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2015_Relatorio_de_Gestao.pdf. Acesso em: 04 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Relatório de Gestão 2016**. Brasília, DF: CAPES, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Relatorio_de_Gestao_CAPES_2016.pdf. Acesso em: 04 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Dinter**. Brasília, DF: CAPES, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/dinter>. Acesso em: 08 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Plataforma Sucupira**. Brasília, DF: CAPES, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 04 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Programas Encerrados – Dinter Novas Fronteiras**. Brasília, DF: CAPES, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/programasencerradosnopais/programasencerradosnopais>. Acesso em: 08 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Portaria CAPES nº 227, de 27 de novembro de 2017**. Altera o Anexo da Portaria Capes nº 34/2006. Inclui o Anexo II da Portaria Capes nº 34/2006. Diário Oficial da União. 30 nov. 2015. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/30112017-PORTARIA-N-227-DE-27-DE-NOVEMBRO-DE-2017-III.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Portaria MEC nº 321, de 05 de abril de 2018. Dispõe sobre a avaliação da pós-graduação stricto sensu**. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=123>. Acesso em: 08 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia**. Brasília, DF: CAPES, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/desenvolvimento-regional/procad-amazonia>. Acesso em: 08 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Programa Professor Visitante Nacional Sênior na Amazônia – Edital nº 20/2018**. Brasília, DF: CAPES, 2018b. Disponível

em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/04062018-edital-20-pvns-amazonia-versao-final-pdf>. Acesso em: 08 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) na Amazônia Legal**. Brasília, DF: CAPES, 2020a. Disponível em <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/desenvolvimento-regional/programa-de-desenvolvimento-da-pos-graduacao-pdpg-na-amazonia-legal>> Acesso em: 08 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Parcerias Estratégicas nos Estados**. Brasília, DF: CAPES, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/desenvolvimento-regional/programa-de-desenvolvimento-da-pos-graduacao-pdpg-parcerias-estrategicas-nos-estados>. Acesso em: 08 jan. 2021.

Brasil. Ministério da Educação. CAPES. **GEOCAPES – Sistema de Informações Georreferenciadas**. Brasília, DF: CAPES, atualizado em 2020. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 04 dez. 2020.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **História e Missão**. Brasília, DF: CAPES, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>. Acesso em: 08 jan. 2021

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Mestrado Profissional: o que é?**. Brasília, 01 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-profissional-o-que-e>. Acesso em: 08 de out. de 2019.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Sobre Avaliação de Cursos**. Brasília, c2019. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/perguntas-frequentes>. Acesso em: 08 de out. de 2019.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **InfoCAPES**. CAPES ajusta processos de entrada e permanência de programas de pós-graduação. Brasília, 17 de ago. 2018. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/36-noticias/8999-capes-ajusta-processos-de-entrada-e-permanencia-de-programas-de-pos-graduacao>. Acesso em: 08 de out. de 2019.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **InfoCAPES**. APCN 2019. Brasília, 08 de jun. de 2019. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/infocapes/008-junho-2019/>. Acesso em: 08 de out. de 2019.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas | CAPES**. Brasília, 27 de maio de 2020. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 04 ago. 2020.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa de Excelência Acadêmica (Proex)**. Brasília, 03 de setembro de 2008.

Disponível em: <http://capes.gov.br/bolsas/bolsas-no-pais/proex>. Acesso em: 12 jul. 2020.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Sobre a Avaliação**. Brasília, 14 de janeiro de 2021. Disponível em:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/conceito-avaliacao>. Acesso em: 17 mar. 2021.

CARVALHO, C. P. F., SILVA JUNIOR, J. R. Pesquisa, pós-graduação e conhecimento-mercadoria aplicado no Brasil. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 44, p. 23-42. 2017.

CESU – Consejo Nacional de Educación Superior. **Acuerdo N°02 de 2006**.

Colômbia, 01 dez. 2006. Disponível em: https://www.cna.gov.co/1741/articles-186370_acuerdo_cesu_0206.pdf. Acesso em: 08 out. 2019.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CNA – Consejo Nacional de Acreditación. **Lineamientos para la acreditación de alta calidad de programas de maestría y doctorado**. Bogotá, 2010. Disponível em: <https://www.cna.gov.co/1741/article-186363.html>. Acesso em: 08 out. 2019.

CONEAU – Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria.

Ordenanza N° 65. Aprobar los procedimientos para la acreditación de carreras de posgrado en funcionamiento. Buenos Aires, 14 de dez. de 2017. Disponível em: <https://www.coneau.gob.ar/archivos/ordenanzas/Orde065.pdf>. Acesso em: 08 out. 2019.

COSTA RICA. **Ley n° 8256, de 17 de mayo de 2002**. Ley del sistema nacional de acreditación da educación superior (SINAES). Disponível em:

http://www.documentos.una.ac.cr/bitstream/handle/unadocs/6055/ley_8256.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 07 out. 2019.

COLÔMBIA. **Ley n° 30, de Diciembre 28 de 1992**. Por el cual se organiza el servicio público de la educación superior. Disponível em:

https://www.cna.gov.co/1741/articles-186370_ley_3092.pdf. Acesso em: 07 out. 2019.

CONACYT – Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología. **Programa nacional de posgrados de calidad (PNPC). Marco de referencia para la evaluación y seguimiento de programas de posgrado presenciales**. Cidade do México, 2015.

Disponível em: <https://www.uv.mx/posgrado/files/2012/11/MARCO-DE-REFERENCIA-PNPC-V6.pdf>. Acesso em: 08 out. 2019.

CONACYT – Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología. **Programa nacional de posgrados de calidad (PNPC). Convocatoria 2016. Programas de Renovación**. Cidade do México, 2016. Disponível em:

http://www.uqroo.mx/convocatorias/944/archivos/Convocatoria_PNPC_2016_Programas_Renovacion.pdf. Acesso em: 08 out. 2019.

CONACYT – Consejo Nacional de Ciencia y Tecnologia. **Programa nacional de posgrados de calidad**. Cidade do México, 2019. Disponível em: <https://www.conacyt.gob.mx/index.php/becas-y-posgrados/programa-nacional-de-posgrados-de-calidad>. Acesso em: 08 out. 2019.

CORRÊA, N. V. **Avaliação das Estratégias da Gestão da Pós-Graduação a partir dos programas de Excelência Acadêmica (PROEX)**. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Rio Grande. Dissertação, 2014. Disponível em <http://repositorio.furg.br/handle/1/4835>. Acesso em: 27 mar. 2021.

COSTA, E. M. O conceito de percepção para Alexander Luria e a controvérsia com Kurt Koffka. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, 32, 14-32, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6445>> Acesso em: 18 set. 2021.

CUNHA, C. G. S. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento**, Ed. n. 12, 2018.

DAVOK, D. F. Qualidade em Educação. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 12, n. 3, p. 505-513, 2007.

DIAS SOBRINHO, J.; DIAS, R. B. Acreditação da Educação Superior e C&T: política e ideologia. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, v. 11, n. 4, p. 9-25, 2006.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação da educação superior: avanços e riscos. **EccoS – Revista Científica**. São Paulo, v. 10, n. ESPECIAL, p. 67-93, 2008.

FALQUETTO, A. M. **Avaliação da Eficiência dos Programas de Pós-Graduação em Economia Brasileiros Contemplados com o PROEX e PROAP**. Programa de Pós-Graduação em Educação em Economia. Fundação Universidade de Brasília – UNB. Brasília-DF. Dissertação, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5698792. Acesso em: 27 mar. 2021.

FIALHO, H. N.; HETKOWSKI, T. M. Mestrados profissionais em educação: novas perspectivas da pós-graduação no cenário brasileiro. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 63, p. 19-34, 2017.

França, I. A. (2012). A gestão da pós-graduação no Brasil através de seus planos nacionais: os desafios dos gestores de cursos. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 5, n. 4, p. 43-67.

FREIRE, P. K. **PROGRAMA DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA**: Análise cientométrica da produção científica dos PPGs de Astronomia/Física sob aspectos de quantidade,

visibilidade, coautoria discente e cooperação internacional. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Rio Grande. Tese, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9733919. Acesso em: 11 ago. 2021.

FURTADO, H. L.; HORTINS, R. C. L. Avaliação da pós-graduação no Brasil. **Rev. educ. PUC-Camp.** Campinas, p. 15-23, 2014.

GARCÍA, J. R. G. Las políticas y los programas de posgrado en México. Una dinámica de contrastes entre 1988 y 2008. **Sociológica.** México, v. 24, n. 70, p. 153-174, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Sociais.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HORTA, J. S. B. Avaliação da Pós-graduação: com a palavra os Coordenadores de Programas. **Perspectiva.** Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 19-47, 2006.

JÚNIOR, V. P. A.; CATANI, A. M. Algumas Características das Políticas de Acreditação e Avaliação da Educação Superior da Colômbia: Interfaces com o Brasil. **Avaliação.** Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 3, p. 561-582, 2009.

KATO, F. B. G.; FERREIRA, L. R. A política de expansão e financiamento da pós-graduação: as diretrizes do PNPG (2011-2020) e PNE (2014-2024). **RBPAE**, v. 32, n. 3, p. 677 – 697.

LANDIM, F. L. P *et al.* Uma reflexão sobre as abordagens em pesquisa com ênfase na integração qualitativo-quantitativa. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v.19, n.1, p 53-58, 2006.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.27, n.4, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Revista Educação e Sociedade**, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009.

MAINARDES, J. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. **Jornal de Políticas Educacionais.** V. 12, n.16. Agosto de 2018.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, M. E. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARTINS, Z. M. S. *et al.* Aspectos e tendências relevantes para a concessão de bolsas de pós-graduação. **Momento**, v. 21, n. 2, p. 9 - 29. 2012.

MATOS, D. A. S.; JARDILINO, J. R. L. Os conceitos de concepção, percepção, representação e crença no campo educacional: similaridades, diferenças e

implicações para a pesquisa. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 1, n. 3, p. 20-31, set./dez. 2016

MEC – Ministério da Educação. **Resultado da avaliação quadrienal da pós-graduação brasileira mostra crescimento de curso**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/avaliacao-quadrienal>. Acesso em: 11 ago. 2021.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN NACIONAL. **DECRETO N° 1295, 20 de abril de 2010**. Por el cual se reglamenta el registro calificado de que trata la Ley 1188 de 2008 y la oferta y desarrollo de programas académicos de educación superior. Disponível em: https://www.mineducacion.gov.co/1621/articles-229430_archivo_pdf_decreto1295.pdf. Acesso em: 07 out. 2019.

MIRANDA, A. C. C.; CARVALHO, A. V., RAMOS, A. S. M. Portal de periódicos da CAPES: uma política pública de acesso à informação científica e tecnológica. **Biblionline**, João Pessoa, v. 11, n.1, p. 185- 204. 2015.

MOURA, E.V. **Avaliação do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2014. Disponível em < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/147874>>. Acesso em: 04 maio 2021.

NETTO, C. A. Princípios para um novo modelo de avaliação da pós-graduação. **SBPC 70 anos**, p. 48-51, 2018.

PATRUS, R., SHIGAKI, H. B, DANTAS, D. C. Quem não conhece seu passado está condenado a repeti-lo: distorções da avaliação da pós-graduação no Brasil à luz da história da CAPES. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, nº 4. 2018.

PIOTTO, H. B. **O doutorado interinstitucional – ação novas fronteiras (dinter/nf) como política pública para formação de pessoal de nível superior**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2014. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/150163>. Acesso em: 04 maio 2021.

RIACES - Red Iberoamerica para la acreditación de la calidad de la educación superior. Glosario Internacional RIACES de evaluacion de la calidad y acreditación. **RIACES**, p. 1-43, 2017. Disponível em: <http://www.riaces.org/v1/index.php/servicios/glosario-riaces>. Acesso em: 08 out. 2019.

RODRIGUES, R. O. Pós-graduação na Amazônia: o desafio de formar (em) redes. **RBPG**, Brasília, v. 11, n.23, p. 19 – 45. 2014.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUIDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano 1, v. 1, p. 1-15, 2009.

SECCHI, L. **Políticas públicas conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SILVA, S. C. R.; SOUZA, G. F. Desafios e perspectivas para o ensino: entrevista com o coordenador da Área de Ensino da CAPES, Prof. Dr. Marcelo de Carvalho Borba. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v.13, n.3, p. 1-24, ago./dez. 2020.

SINAES – Sistema Nacional de Acreditación de la Educación Superior. **Manual de Acreditación Oficial de Programas de Posgrado del Sistema Nacional de Acreditación de la Educación Superior de Costa Rica**. Costa Rica, fev. de 2012. Disponível em:

https://www.sinaes.ac.cr/documentos/Manual_de_Acreditacion_Oficial_de_Programas_de_Posgrado.pdf. Acesso em: 08 out. 2019.

SINAES – Sistema Nacional de Acreditación de la Educación Superior. **Preguntas Frecuentes**. Costa Rica, 29 ago. de 2019. Disponível em:

<https://www.sinaes.ac.cr/index.php/preguntas-frecuentes>. Acesso em: 08 out. 2019.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n.16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, M. Apontamentos teórico-metodológicos: contribuições de Stephen J. Ball para as pesquisas de políticas educacionais. **Revista de estudios teóricos y epistemológicos en política educativa**. V. 3, P. 1-22, 2018. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/retepe/article/view/13446>. Acesso em 11 jan. 2022.

TEDESCO, A. L.; REBELATTO, D. M. B. Qualidade Social da Educação: um debate em aberto. **Perspectivas em Políticas Públicas**. Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p.173-197, 2015.

ANEXO I



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO GRANDE



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA MARIA



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO PAMPA

PARECER

O projeto de pesquisa intitulado "MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA (PROEX): PERCEPÇÕES DOS COORDENADORES DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA GRANDE ÁREA CIÊNCIAS BIOLÓGICAS" da discente de Doutorado Daniela Cocco do PPG Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, sob a orientação do Prof. Dr. Livio Amaral, vinculada ao referido PPG desta Universidade, é apresentado para a apreciação da Comissão de Pós-Graduação deste PPG.

Trata-se de projeto de pesquisa cujo objetivo geral é monitorar o Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) com ênfase nas percepções dos coordenadores de Programas de Pós-Graduação da Grande Área Ciências Biológicas. Apresenta uma introdução fundamentada contendo o referencial teórico e a justificativa do estudo a ser realizado.

A metodologia utilizada será composta por etapas que envolvem a coleta de dados qualitativos e quantitativos. Prevê uma análise documental das normativas de avaliação da CAPES para cursos PROEX, análise dos custos de bolsas e recursos investidos, bem como a aplicação de questionário, via Google Forms, aos coordenadores dos programas. O detalhamento e o questionário estão inseridos no projeto de pesquisa.

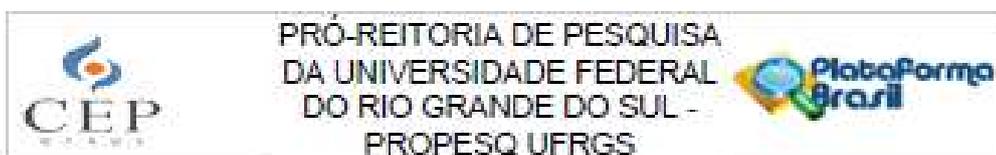
Seu cronograma de execução, que prevê o período de 48 meses, é adequado para a realização do estudo. No projeto de pesquisa enviado consta o detalhamento das fases do trabalho a ser desenvolvido pela doutoranda.

Por se tratar de pesquisa que envolve a coleta de dados com pessoas, os docentes entrevistados devem ser convidados a participar e, ao manifestar concordância, assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ainda nesse sentido, recomenda-se que seja encaminhado para a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFRGS.

Relator: Prof. Dr. Edson Luiz Lindner

Porto Alegre, 28 de julho de 2020.

ANEXO II



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Monitoramento do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX): Percepções dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da Grande Área Ciências Biológicas

Pesquisador: LIVIO AMARAL

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 39608820.8.0000.5347

Instituição Proponente: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.491.076

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa de doutorado, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na modalidade de doutorado acadêmico, cuja aplicação de questionário tem previsão para acontecer no período de 2021/1 a partir da aprovação do CEP. Focaliza a temática das políticas públicas de fortalecimento da pós-graduação, investigando o Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), desenvolvido na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES). Tentar-se compreender se o PROEX atende as necessidades e especificidades do seu público alvo. Assim, a pesquisa tem como objetivo geral monitorar o PROEX, com ênfase nas percepções dos coordenadores de Programas de Pós-Graduação da Grande Área Ciências Biológicas. A escolha dos coordenadores da Grande Área Ciências Biológicas, como público, se deve ao fato de ser uma das áreas de maior representatividade no PROEX. Tomando como referência todo o período de existência do PROEX (2004 a 2020), foi apurado um universo aproximado de 255 coordenadores, da Grande Área Ciências Biológicas, que poderão ser abordados na pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Monitorar o Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) com ênfase percepção dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da Grande Área Ciências Biológicas.

Endereço: - Av. Paulo Gama, 110 - Sala 311 do Prédio Anexo I de História - Campus Centro
Bairro: Farcopilha CEP: 91.040-960
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3336-3736 Fax: (51)3336-4085 E-mail: eiba@propeq.ufrgs.br



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL -
PROPESQ UFRGS



Contribuição do Pesquisador: 4.481,076

Objetivo Secundário: - Estudar o processo de avaliação da CAPES e suas repercussões no PROEX; - Traçar a trajetória de desenvolvimento do PROEX, considerando histórico da sua criação, crescimento e normas de operacionalização; - Identificar ações e recursos investidos pelo PROEX (bolsas e fomento) nos PPGs da grande área ciências biológicas considerando o período das duas últimas avaliações da CAPES (2010 a 2016); - Analisar os indicadores decorrentes da publicação de artigos em periódicos (nacionais e internacionais), como número de publicações e classificação Qualis nos PPGs da grande área ciências biológicas considerando o período das duas últimas avaliações da CAPES (2010 a 2016), buscando relacionar os recursos investidos com o fomento das publicações realizadas; - Aplicar um questionário aos coordenadores dos cursos de pós-graduação da grande área ciências biológicas com o objetivo de captar sua percepção sobre o PROEX.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e benefícios estão bem formulados.

Riscos:

Pesquisas qualitativas no campo educacional com público adulto, normalmente apresentam baixo risco para os participantes. Entretanto, temos ciência que pesquisas que preveem interação entre sujeitos (pesquisador e pesquisado) na forma de questionários, como essa proposta contempla, podem gerar algum tipo de desconforto aos sujeitos em relação a termos ou vocábulos utilizados. Estaremos atentos a todas as manifestações dos participantes, para evitar o uso de termos ou vocábulos que possam gerar algum tipo de incômodo.

Benefícios:

Ao contribuir com o fornecimento de dados, os participantes da pesquisa serão beneficiados com os resultados da pesquisa de modo indireto, pois o estudo poderá contribuir com o aprimoramento das políticas públicas educacionais voltadas a pós-graduação, oportunizando maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Considerando os objetivos delimitados para o estudo, essa investigação se configura como uma pesquisa qualitativa e quantitativa. A junção dessas categorizações se adequa a proposta de

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 311 do Prédio Anexo I da Reitoria - Campus Centro
Bairro: Farrowpilha CEP: 91.040-000
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-3738 Fax: (51)3308-4085 E-mail: eboa@propesq.ufrgs.br



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL -
PROPEQ UFRGS



Continuação do Parecer 4.489.078

monitorar o desenvolvimento do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), política pública de fomento a pós-graduação. A produção de dados está organizada em 3 etapas. Etapa 1: Análise do processo de avaliação da CAPES e histórico de desenvolvimento do PROEX - Nessa etapa da pesquisa propomos realizar uma análise documental. No intuito de conhecer as normatizações que regem o processo de avaliação da CAPES, determinante para o ingresso de PPGs no PROEX, serão coletados dados dos documentos de avaliação disponibilizados no site da CAPES: <http://capes.gov.br/>. Para traçar a trajetória de desenvolvimento da política pública PROEX, seu início, normas de fomento e alterações regimentais serão consultados os documentos disponíveis na página do programa no site da CAPES: <https://www.capes.gov.br/bolsas/bolsas-no-pais/proex>. Dados não constantes na página serão solicitados a Diretoria de Programas e Bolsas no País, setor responsável pela criação e execução do PROEX. Etapa 2: Recursos investidos (bolsas e fomento) e dados de produção científica - Para a análise dos dados relativos aos recursos investidos e produção científica delimitou-se o período das duas últimas avaliações CAPES, Trienal 2013 e Quadrienal 2017 (2010 – 2016). A escolha por esse intervalo, que contempla as mais recentes avaliações, além de facilitar o acesso, se justifica na observação de que neste período os indicadores de avaliação são similares, favorecendo processos comparativos. O número de bolsas durante o período estudado será coletado por meio do sistema de Informações Georreferenciadas/CAPES (GEOCAPES), (CAPES, 2017). Os dados de recursos de fomento (custeio e capital) serão solicitados a Diretoria de Programas e Bolsas no País. Os dados da produção científica dos PPGs serão coletados nas informações disponibilizadas na Plataforma Sucupira (CAPES, 2017). Dados de anos não constantes na Plataforma Sucupira serão solicitados a Diretoria de Avaliação da CAPES. Etapa 3: Aplicação do questionário - Com o instrumento, propõe-se a produção de dados relativos às percepções dos coordenadores sobre o PROEX, buscando compreender se o programa atende as necessidades dos PPGs, observando sua característica diferenciadora de fomento direto. Nesse sentido, os efeitos positivos e/ou negativos e, especialmente, os desafios enfrentados. Nesse propósito, será aplicado um questionário aos coordenadores de programas de pós-graduação, da área definida, que participaram do PROEX, tomando como referência todo o período de existência do PROEX (2004 a 2020). O questionário será aplicado por meio da ferramenta Google Forms.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Folha de rosto devidamente assinada
- Parecer da COMPEQ assinado
- Apresentação do orçamento – recursos próprios –

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 311 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro
Bairro: Farroupilha CEP: 91.040-080
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-3738 Fax: (51)3308-4085 E-mail: etia@propeq.ufrgs.br



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL -
PROPESQ UFRGS



Continuação do Parecer: 4.491.070

- Apresentação de cronograma – adequado ao processo de aprovação
- Carta convite aos participantes;
- Questionário;
- TCLE bem formulado

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A – Foi solicitado o desmembramento do TCLE do questionário. O procedimento foi efetivado. O questionário será enviado posteriormente ao envio do TCLE, após o retorno do mesmo pelos participantes e para os que aceitarem participar da pesquisa.

B – Foi solicitada a Reformulação do TCLE nos termos das resoluções 466/12 e 510/16 (disponível no site do CEP – UFRGS). O TCLE foi reformulado e está adequado.

Frente ao exposto, o CEP aprova o projeto

Considerações Finais a critério do CEP:

APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1633360.pdf	30/11/2020 08:51:35		Aceito
Outros	Projeto_alterado.docx	30/11/2020 08:50:51	Daniela Cêco	Aceito
Outros	Questionario_alterado.docx	30/11/2020 08:50:01	Daniela Cêco	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_alterado.docx	30/11/2020 08:49:12	Daniela Cêco	Aceito
Outros	Carta_Resposta.docx	30/11/2020 08:48:15	Daniela Cêco	Aceito
Folha de Rosto	Folhaassinada.pdf	28/10/2020 16:32:37	Daniela Cêco	Aceito
Outros	Questionario.pdf	03/10/2020 11:05:35	Daniela Cêco	Aceito
TCLE / Termos de	TCLE.docx	03/10/2020	Daniela Cêco	Aceito

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 311 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro
Bairro: Fierroquilha CEP: 91.040-060
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-3738 Fax: (51)3308-4085 E-mail: etica@propesq.ufrgs.br



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL -
PROPESQ UFRGS



Continuação do Parecer: 4.491.076

Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	11:03:51	Daniela Cêco	Aceito
Outros	Compesq.pdf	03/10/2020 10:55:44	Daniela Cêco	Aceito
Parecer Anterior	Parecer.pdf	03/10/2020 10:55:31	Daniela Cêco	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	03/10/2020 10:53:50	Daniela Cêco	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Aprovação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 06 de Janeiro de 2021

Assinado por:

MARIA DA GRAÇA CORSO DA MOTTA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 311 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro
Bairro: Farrowpilha CEP: 90.040-060
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-3738 Fax: (51)3308-4085 E-mail: etica@propesq.ufrgs.br

Página 02 de 02

ANEXO III

PESQUISA: MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA (PROEX): PERCEPÇÕES DOS COORDENADORES DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA GRANDE ÁREA CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada: Monitoramento do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX): Percepções dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da Grande Área Ciências Biológicas, realizada pela pesquisadora Daniela Côco, sob a orientação do professor Dr Lívio Amaral. O propósito dessa pesquisa é monitorar o Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) na perspectiva dos Coordenadores de programas de pós-graduação da grande Área Ciências Biológicas, tratando-se de um trabalho de Doutorado desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

No atual momento da pesquisa “Monitoramento do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX): Percepções dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da Grande Área Ciências Biológicas”, faz-se necessário conhecer e compilar informações que podem ser obtidas juntos aos Coordenadores e Ex-coordenadores de Programas, por meio da aplicação de questionário.

Para tanto, você está sendo consultado (a) sobre sua adesão a esta etapa da pesquisa, o que implica responder às questões propostas e autorizar o uso das respostas em estudos sobre essa temática. O Sr. (Sra.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. No entanto solicitamos sua colaboração para que possamos obter melhores resultados. Em caso de dúvidas ou necessidade de orientação para preenchimento, poderá acessar o Coordenador da pesquisa, professor Dr Lívio Amaral pelo e-mail: amaral@if.ufrgs.br, ou a pesquisadora Daniela Côco, pelo e-mail: daniela.coco@capes.gov.br.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais de nenhuma ordem. Entretanto, temos ciência que pesquisas que preveem interação entre sujeitos (pesquisador e pesquisado) na forma de questionários, como essa proposta contempla, apresenta risco baixo, contudo reconhecemos que interações discursivas podem gerar algum tipo de desconforto aos sujeitos em relação a termos ou vocábulos utilizados. Estaremos atentos a todas as manifestações dos participantes, para evitar o uso de termos ou vocábulos que possam gerar algum tipo de incômodo. Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho

Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade. Asseguramos que na organização e registro dos dados e das análises, sua identificação será preservada.

Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo possam contribuir com o aprimoramento das políticas públicas educacionais voltadas a pós-graduação, oportunizando maior eficiência na gestão dos recursos públicos. Os pesquisadores se comprometem a divulgar os resultados obtidos.

O Sr. (Sra.) não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEP/UFRGS), pelo e-mail: etica@propeq.ufrgs.br, telefone 55 (51) 33083738 ou endereço Av. Paulo Gama, 110, Sala 311, Prédio Anexo I da Reitoria - Campus Centro, Porto Alegre/RS - CEP: 90040-060. O Comitê de Ética em Pesquisa é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para a participação nesta pesquisa. Para a materialização desse consentimento, favor preencher os dados a seguir:

Eu, _____ (nome completo do participante voluntário da pesquisa), portador da carteira de identidade nº _____ (CI), declaro que fui convidado a participar da pesquisa Monitoramento do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX): Percepções dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da Grande Área Ciências Biológicas e considero que fui suficientemente informado. Assim, manifesto na condição de convidado e voluntário que:

(.) Sim, aceito participar da pesquisa.

(.) Não aceito participar da pesquisa.

Obs: Para os respondentes desse termo de consentimento livre e esclarecido que manifestarem o aceite e nos retornarem, será enviado um questionário por e-mail.

ANEXO IV

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COORDENADORES E EX-COORDENADORES DA GRANDE ÁREA CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Na sua perspectiva, em que medida foi benéfico/importante para o programa de pós-graduação o ingresso no Programa de Excelência Acadêmica (PROEX)?



Justifique a opção escolhida na questão anterior.

- Permitiu que o Programa pudesse realizar a gestão de suas ações no âmbito de infraestrutura, implementação de ferramentas de ensino e idas e vindas de pesquisadores para intercâmbio de conhecimento.
- O programa teve uma quota de bolsas estáveis, pode gerenciá-las, fazer as seleções sabendo que tinha bolsa garantida, além do compromisso de manter o programa de PG no PROEX. Soma-se as verbas recebidas que nos ajudou na manutenção da infraestrutura básica de pesquisa. Excelente!!
- Uma boa gestão, no meu entender, fica muito facilitada quando se tem recursos disponíveis.
 - Flexibilidade no uso de recursos e prestígio e motivação do corpo social.
 - Embora o início do programa tenha sido um pouco confuso, ele foi importante ao permitir maior autonomia aos programas (pelo menos enquanto houve aporte de verbas, que têm minguado nos últimos anos).
- A CAPES é uma entidade que atua com muita seriedade na consolidação dos programas de pós-graduação (PPG) e faz isso muito bem por meio do seu processo de avaliação quadrienal (aqui sem fazer juízo se os critérios

de avaliação são adequados). Na minha opinião, o objetivo de um PPG pelo ingresso em um PROEX não se limita somente à busca da qualidade e o status que um conceito 6 ou 7 oferece ao PPG, mas também a busca por mais recursos e bolsas e o grande diferencial é a forma de gerenciamento desses recursos. As regras de gerenciamento e uso de recursos financeiros de um PPG PROEX são muito mais flexíveis e menos burocráticas. Na minha opinião esse é um dos grandes benefícios e importância de ingressar num PROEX e, obviamente, o status da qualidade de um PPG.

- Embora o Proex traga mais independência à coordenação, em nosso caso particular, a mudança resultou na perda de bolsas e auxílio por parte de nossa Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Nossa passagem para o PROEX foi rápida, tínhamos menos de 15 anos de existência e, como todo PPG mais novo, nossa verba e número de bolsas eram relativamente pequenos.

- Na época em que fui coordenador, em um primeiro momento achamos que nada tinha mudado. Depois, percebemos que a facilidade em manejar os recursos era uma vantagem enorme em relação ao sistema anterior. Atualmente não tenho ideia se com a diminuição dos recursos o sistema mudou.

- O PROEX possibilitou uma agilidade inédita aos PPGs no gerenciamento de recursos e, por conseguinte, na resposta às demandas, incluindo a recente pandemia. Principalmente num cenário de redução ampla e generalizada no volume de recursos, o PROEX nos permitiu absorver um pouco da restrição orçamentária com remanejamentos internos imediatos. A desburocratização trazida por este programa é elemento chave na continuidade da excelência nos PPGs.

- O aporte de recursos até 2013-2014, quando eles ainda eram vultuosos, facilitou a vida do PPG. Destaco que isso só foi possível porque conseguimos usar os recursos sem as limitações impostas pela burocracia da Universidade.

- Porque além do Programa possuir uma nota mais alta e, assim, atrair estudantes de todo o país e com melhor nível de formação, fazendo parte do Programa PROEX o Colegiado pode decidir como usar o recurso destinado ao PPG de acordo com as necessidades/prioridades do momento.

- Maior liberdade na utilização de recursos, maior flexibilidade.

- A administração direta dos recursos pelos coordenadores garantiu eficiência no uso, e adequação às reais necessidades dos PPGs.
- O PROEX dá acesso a um número maior de bolsas e maior facilidade e eficiência no gasto da verba do programa.
- Mais verba de custeio e capital e maior liberdade para remanejamento de bolsas e uso da verba.
- Maior visibilidade, prioridade na escolha do programa pelos candidatos
- Apesar de não ter recebido mais bolsas ou recursos, foi benéfico porque houve maior agilidade no uso dos recursos, mais gerência sobre os recursos do programa.
- O benefício PROEX é fundamental para a gestão de diversas ações nos PPGs de excelência. A disponibilidade imediata de recursos (quando já depositados) e a flexibilidade de uso (mesmo com rubricas definidas) tornam os PPGs muito mais capazes de implementar ações importantes sem a burocracia da verba centralizada nas reitorias.
- A entrada no PROEX traz uma visibilidade maior ao programa, desburocratiza o uso do financiamento via CAPES, permite acesso a diferentes possibilidades de interação no SNGP, reconhecimento do trabalho do grupo de pesquisadores (incentivo ao grupo)
- Tanto pelo reconhecimento em se enquadrar num curso de excelência, quanto pela possibilidade de auto-gestão dos recursos disponibilizados pela CAPES
- A saúde do PPG está atrelada a um aporte financeiro para sustentar infraestrutura e teses e dissertações.
- Flexibilidade e amplitude do financiamento e prestígio junto aos candidatos ao programa.
- O Programa de Excelência Acadêmica permite um auxílio direto a pesquisadores (sobretudo aqueles em início da carreira científica) além de alocação de recursos em áreas estratégicas de formação de recursos humanos, muitas vezes não previstas em editais recorrentes.
- Maior disponibilidade de bolsas, disponibilidade de recursos de custeio, extremamente importantes para a execução das atividades das teses, dissertações, além da administração do PPG.

- Liberdade de aplicação dos recursos e agilidade na solução de problemas.

- Além da questão do reconhecimento acadêmico e maior busca por candidatos, a inclusão no PROEX permite um maior acesso às bolsas de PG e recursos de custeio, além de dar autonomia para a Coordenação na organização financeira (independente de Pró-Reitorias de Pós-Graduação).

- O PROEX tem possibilitado implementar as pesquisas dos pós-graduandos de forma rápida por permitir a aquisição de material de consumo, trabalhos de campo, de laboratórios, etc

- Aumento da agilidade de uso do recurso

- A agilidade do gerenciamento dos recursos e das bolsas no sistema PROEX garantiu ao Programa uma melhor capacidade de organização e aplicação dos recursos. Principalmente quando ainda nos era permitindo a administração direta das bolsas, o que permitiu ao Programa atender as demandas de criação de novas bolsas em momentos de expansão do nosso corpo discente.

- Permitiu maior liberdade para a utilização dos recursos concedidos daqueles outorgados pelo PROAP via reitoria. Sem dúvida, no caso do nosso programa, permitiu que atingíssemos o nível 7 na última avaliação da CAPES.

- Essa forma de financiamento, essencialmente meritocrática, vem permitindo aos programas manter as plataformas de equipamentos essenciais e financiar reagentes de elevado custo, fundamentais para a conclusão de trabalhos de alto impacto.

- Quando o PPG chegou no nível 6 e, portanto, ao PROEX, os cortes de verbas do governo federal nos levaram a ter um orçamento muito próximo ao que já tínhamos. Sendo assim, em termos financeiros o benefício foi pequeno.

- Particularmente aos estudantes, pela possibilidade de participar de eventos científicos e também para complementar o apoio de agências de fomento à pesquisa.

- Principal ponto que percebi durante minha gestão foi a facilidade para utilizar os recursos da CAPES.

- Para o programa, a flexibilidade financeira foi bastante positivo pois o sistema de compras da universidade as vezes demora tanto que inviabiliza certas compras.

- A partir do PROEX não ficamos mais dependentes de ações da pró reitoria para administrar financeiramente o PPG
- Mais agilidade e eficiência do uso dos recursos PROEX. Fui Coordenador do programa ainda sem o PROEX. Pude comparar.
- No auge do PROEX, os recursos auxiliaram bastante na organização de estruturas de apoio aos laboratórios e na internacionalização do programa.
- Maior liberdade de utilizar o recurso de forma mais eficiente, de forma independente das dificuldades logísticas das Pró-reitorias (no caso das IES federais, pelo menos).
 - Maior autonomia no gerenciamento de recursos.
 - Permitiu o implemento de financiamentos específicos para os docentes e discentes do Programa.
- O PROEX permitiu uma maior facilidade/agilidade na utilização dos recursos do Programa, apesar de um maior "trabalho" administrativo envolvendo o gerenciamento dos recursos (divisão dos recursos entre os orientadores e pagamento do material adquirido, por exemplo). Antes da adesão ao PROEX, a utilização dos recursos do Programa era centralizada na Pró-Reitoria de Pós-Graduação (que administra os recursos de todos os programas de pós-graduação da universidade).
 - O PROEX, com seu formato, propicia autonomia na definição de estratégias e demandas, e muita agilidade na gestão dos recursos e bolsas.
 - Nosso PPGE ingressou no PROEX no ano em que houve corte de 75% nas despesas de custeio. Assim, na prática, houve pouco aumento dos recursos, em relação ao que tínhamos pelo PROAP, no momento. Isto frustrou muito os planos que já tínhamos de uso do recurso adicional, tínhamos planejado toda uma estrutura de planos de aplicação e editais internos. Por outro lado, nos seguintes a verba PROAP foi extremamente reduzida. Assim, de certa forma a entrada no PROEX foi benéfica para nos manter na mesma situação, não piorarmos.
 - Justifica-se pelo incremento financeiro e na visibilidade do programa.
 - A medida deu muito mais autonomia para o Programa administrar seus recursos, podendo investir em ações direcionadas para o desenvolvimento ou a consolidação de aspectos de interesse.

- Pelo apoio aos alunos de Mestrado e Doutorado nas participações em congressos nacionais e internacionais, em trabalhos de campo, na aquisição de material de consumo para laboratórios, e no pagamento de publicações de trabalhos com a participação dos alunos. Assim como no financiamento de passagens aéreas e ajuda de custo aos membros das bancas das Defesas de Teses e Dissertações, e, também, no financiamento da participação de docentes externos ao Programa para ministrar palestras e participar de atividades científicas nos vários laboratórios.

- A autonomia e flexibilidade no uso dos recursos é sua melhor característica.

- Poder gerenciar o recurso e ter acesso a maior número de bolsa em editais da FAPERJ e internos de nossa instituição foram os maiores ganhos. Além, é claro, do estímulo que isso representou para todos os membros do Programa

- Fazer parte do PROEX/CAPES é ter maior liberdade no uso nos recursos financeiros e também um aumento no valor dos recursos repassados.

- A possibilidade do próprio programa gerir os recursos de custeio torna o processo de aquisição de materiais e as decisões estratégicas mais ágeis em comparação ao processo gerido de forma centralizada pela universidade.

- O nosso programa de Pós-Graduação (Programa de Pós-Graduação em Genética PPGBM-UFRGS) já era de excelência quando eu assumi coordenação em 2011. Ou seja, já contava com os recursos do PROEX. Tenho ciência do quanto esses recursos ajudam na manutenção da qualidade do PPG, tanto pelo número de bolsas que apoiam os estudantes, quanto pelos recursos importantes para a manutenção dos laboratórios e das atividades de ensino.

- Os maiores benefícios percebidos foram a flexibilidade para uso de recursos PROEX recebidos pelo Programa e vantagens nas considerações sobre cotas de bolsas para estudantes.

- O PROEX oferece muita flexibilidade para o uso dos recursos, permitindo assim a otimização do uso e a adoção de estratégias para o PPG.

- Devido ao maior prestígio obtido pelo programa além de um maior aporte de recursos financeiros

- Permitiu maior agilidade no uso dos recursos da CAPES (embora com muito mais trabalho e compromisso para o coordenador do PPG).

- A autonomia para usar os recursos é bem importante, uma vez que usar recursos via pró-reitoria envolve uma burocracia impressionante. Além disso, temos bolsas que beneficiam o programa.

- Facilitação do uso de recursos e autonomia do coordenador no uso do SCBA facilitou a administração do programa

- A independência financeira permitiu um melhor gerenciamento não somente das bolsas, mas também proporcionou o planejamento da aquisição de equipamentos, peças de reposição, upgrades etc em unidades multiusuário. Estas unidades que concentram equipamentos permitiram um salto qualitativo significativo do acesso de todos os laboratórios de pesquisa do PPG, que, conseqüentemente, puderam aumentar a qualidade e abrangência de seus projetos. A celeridade na aquisição de equipamentos, reagentes, peças de reposição e manutenção (sem necessitar dos trâmites vagarosos e burocráticos via das Pró-reitorias). Vale ressaltar que a independência financeira também proporcionou ao PPG elencar os investimentos prioritários para os laboratórios e pesquisadores do PPG, sem depender de decisões políticas de outras instâncias institucionais.

- Além da visibilidade, a participação no PROEX permite o gerenciamento das bolsas e da verba de manutenção do programa pela coordenação, o que facilita a gestão.

- O ingresso de nosso programa no PROEX permitiu um verdadeiro Salto de qualidade. Nosso programa tinha cerca de 55 discente, estamos atualmente com mais de 90. Tivemos também um deslocamento interessante do nível dos discentes sendo a maioria agora composto por discente de doutorado. Isso só foi possível em decorrência da política de flexibilidade de bolsas do PROEX.

Na sua perspectiva, em que medida foi benéfico para o exercício da função de coordenação o ingresso do programa de pós-graduação no PROEX?



Justifique a opção escolhida na questão anterior.

- Como colocado anteriormente, o ingresso no PROEX dá uma maior flexibilidade e agilidade nas ações da coordenação;
- O aporte financeiro recebido nos permitia manter as atividades básicas do Programa, como visitas de membro de bancas, palestrantes, participação de estudantes em congressos, manutenção de infraestrutura, além de possibilitar, em alguns casos, o pagamento de publicações e pequenas aquisições.
- Com o PROEX pude propor várias mudanças dentro do PPG que contribuíram de forma importante para o salto de qualidade e para a formação dos estudantes.
- Mesma anterior - facilita administração dos recursos e dá instrumentos ao coordenador de estimular o desempenho do corpo social
- Permitiu autonomia e, muito importante, planejamento
- O PPG ao qual estou credenciado e estive como coordenador durante 2 gestões já tem o PROEX há vários anos e, portanto, já assumi essa função trabalhando com todas as normas de um PROEX. No entanto, em conversa com outros colegas que atuaram como coordenadores antes do PROEX eles me disseram que o principal benefício se dá com respeito à flexibilidade e uso dos recursos, como descrito anteriormente.
- Principalmente em função de maior independência para aplicação da verba PROEX e atenção maior por parte do atendimento na Capes.

- Nas minhas lembranças, talvez a possibilidade de gerenciar os recursos de forma menos engessada, de modo que o coordenador podia colocar um pouco de "personalidade" na sua gestão.
- A desburocratização trazida pelo PROEX reduziu em muito o desgaste da coordenação com a gestão dos recursos, criando tempo adicional para o planejamento e desenvolvimento dos PPGs.
- Pela mesma razão aventada acima, ou seja, pela maleabilidade em direcionar recursos financeiros para as áreas prioritárias do PPG, de forma relativamente livre.
- Não poderia responder com muita exatidão pois estou coordenadora há menos de dois anos e durante todo esse período nosso PPG já era PROEX. Mas posso imaginar que para o Coordenador as responsabilidades e o trabalho são muito grandes.
- Apesar de importante e estratégico, o coordenador fica muito vulnerável, além de sobrecarregado e com funções distantes do habitual.
- A administração direta dos recursos pelos coordenadores garantiu eficiência no uso, e adequação às reais necessidades dos PPGs.
- O gerenciamento e prestação de contas é realizado pelo setor de compras da universidade.
- Embora PROEX em geral signifique mais verba e maior liberdade na alocação dos recursos, há uma carga grande burocrática sobre o coordenador. Dessa forma, é importante que a secretaria do PPG ou outros docentes colaborem.
- Maior independência no gasto de recursos, possibilidade de cobrança mais estreita aos docentes e discentes
- Apesar do coordenador ter mais responsabilidade sobre os recursos, acho benéfico pela autonomia que foi dado ao coordenador e sua comissão poderem gerir o recurso.
- O planejamento de estratégias para ao PPG que tive o prazer de coordenar entre 2011-2018 teria sido completamente diferente se não houvesse a verba PROEX. Como descrito acima, a disponibilidade imediata de recursos agiliza muito a tomada de decisões e, sem dúvida, isso facilita muito a administração do curso de PG.

- O exercício da coordenação de um programa PROEX traz um aumento de carga de trabalho do coordenador (diferente do PRONEM) uma vez que o benefício da desburocratização traz uma necessidade de controle pela coordenação e secretário dos gastos do PROEX. Como a conta se faz no CPF do beneficiário isso traz uma responsabilidade a mais.

- Considero parcialmente por que a gestão do recurso, algo extremamente relevante para o Programa em si, fica sob maior responsabilidade do coordenador. Infelizmente, toda a responsabilidade fica em cima de uma única pessoa. Uma gestão compartilhada, pela comissão toda ou 2-3 membros e com a/o secretária/o, seria melhor em termos de não sobrecarregar apenas um.

- O suporte financeiro é essencial para a vida do PPG.

- Facilidade, flexibilidade e independência maior em relação ao PROAP.

- O Programa de Excelência Acadêmica permitiu uma maior flexibilidade para aplicação nos recursos, com ações que permitiam o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica, além de formação qualificada de recursos humanos, baseados na excelência da área científica/tecnológica que o Programa atua.

- Maior flexibilidade para o uso dos recursos para custeio, embora ainda necessite de ajustes para a operacionalização dos gastos

- As mesmas razões acima.

- A maior disponibilidade de bolsas de PG e recursos de custeio permite um melhor planejamento de ações e manutenção da qualidade do Programa!

- Resolução rápida de problemas de pesquisa dos pós-graduandos

- Facilitou o uso dos recursos

- Conforme descrito no item anterior, a versatilidade do gerenciamento do sistema Proex tornou a administração do curso mais ágil e com capacidade real de tomada de decisões rápidas no tocando a gerenciamento e criação de bolsas, assim como na aplicação dos recursos de forma ágil, o que também fez com que pudéssemos alocar os recursos de acordo com as demandas do dia a dia.

- Como dito acima, deu liberdade para a utilização dos recursos em benefício da formação dos alunos.
- O PROEX permite ao coordenador a autonomia na tomada de decisões, sem os entraves burocráticos representados pela administração central de sua instituição.
 - Poder gerenciar os recursos sem ter que envolver a burocracia da universidade permite que o PPG tenha mais autonomia e muito mais agilidade para utilizar os recursos.
 - Conhecer de perto a função de coordenação foi importante mas ela demanda esforço que compromete em muito outras tarefas que o coordenador tem que cumprir na instituição.
 - A flexibilidade de compras foi bastante positivo. Contudo, a responsabilidade que cai sobre o coordenador, que tem seu número de CPF em jogo, bem como a prestação de contas complexa, dão bastante trabalho burocrático. Sugiro fortemente que o sistema atual mude para um sistema no qual as Fundações de apoio a pesquisa das Universidades sejam os responsáveis para gerenciar os recursos.
 - Para o coordenador, o ingresso no PROEX representou uma responsabilidade enorme! Mas criamos um comitê gestor e também tivemos bastante ajuda da Capes
 - Como disse anteriormente. O uso direto poupou tempo para o Coordenador e gerou economia para o programa.
 - A Coordenação teve recursos suficientes para fomentar as prioridades estabelecidas pelo programa.
 - Como disse na resposta anterior, há sem dúvida vantagem no PROEX. Entretanto, há um problema ligado a gestão do recurso, já que ele passa a ser gerenciado como um projeto do coordenador. Especificamente, temos um apoio limitado de secretaria, e isso dificulta a gestão (e, de qualquer modo, como é algo pessoal, é mais difícil de qualquer modo terceirizar a gestão desses recursos). Há uma dificuldade (menor) ligada à CAPES, pois esta ainda utiliza um sistema de cheques, que atualmente cria muitos problemas e dificuldades.
 - Agilidade para a tomada de decisões.

- Permitiu que a coordenação do Programa direcionasse os recursos para o que seria mais importante.

- Um aspecto muito importante para o Programa corresponde à utilização dos recursos financeiros. Por exemplo, antes da pandemia, as defesas de tese envolviam a participação de professores externos ao Programa e a necessidade de compra de passagens e pagamento de diárias. Antes da adesão ao PROEX, muitas vezes a aquisição de passagens era realizada próximo à data da defesa, encarecendo o valor. Por outro lado, o pagamento de diárias ocorria várias semanas após a vinda do pesquisador. O PROEX permitiu uma maior agilidade na compra das passagens (consequentemente com um valor mais baixo) e o pagamento de diárias no dia da defesa. Esse é um exemplo, no meu entender que foi muito favorável para a coordenação. Outro aspecto é que o controle dos recursos permitiu não apenas do conhecimento atualizado dos valores disponíveis, mas também dos prazos para utilização. Essa utilização não estava mais sujeita aos prazos de final de calendário da universidade.

- O PROEX, com seu formato, propicia autonomia na definição de estratégias e demandas, e muita agilidade na gestão dos recursos e bolsas.

- As regras de uso de recurso do PROEX davam mais autonomia e flexibilidade de uso, em relação à PROAP. Neste sentido, foi benéfico, mas sem um impacto muito grande. Além disso, um dos principais benefícios do PROEX, que era a flexibilidade de aumentar o número de bolsas, não esteve na prática mais disponível devido aos cortes já mencionados, e também em seguida devido às novas regras de concessão de bolsas da CAPES.

- Melhoria substancial na atenção às demandas da Coordenação pela CAPES

- Se por um lado foi muito benéfico por cota da autonomia de implementar determinadas ações, por outro consiste em uma insegurança pessoal, pois um volume grande de recursos ficam vinculados à pessoa física (CPF) do coordenador, que passa a responder pessoalmente pelo uso de recursos institucionais.

- Autonomia e melhor utilização de recursos.

- O aumento no volume de recursos a serem aplicados fez grande diferença e pudemos investir em áreas e grupos de pesquisas que estavam mais debilitados resultando em ganho para todo o Programa.

- Conseguimos agilidade para usar o recurso, uma vez que eu gerenciava a conta. Creio que este procedimento deveria ser implementado a todos os Programas, independente da nota. Pudemos ajudar a custear participações em congressos para os discentes (antes da pandemia), tradução de artigos, fazer manutenção preventiva em equipamentos com uma agilidade impossível se os recursos estivessem atrelados à IES.

- Essa pergunta é difícil responder porque eu não fui coordenador do curso quando não estava no PROEX. Imagino que uma vantagem é obter respostas rápidas da CAPES a questionamentos diversos.

- A gestão direta dos recursos na figura do Coordenador agiliza o processo de coordenação. Por outro lado, requer participação da equipe de coordenação e de decisões colegiadas no direcionamento e priorização das despesas de forma a beneficiar o corpo docente e discente na realização dos projetos em andamento.

- Além das razões que já coloquei na questão acima, o PROEX é um recurso fácil de usar, pois vem em nome do coordenador o que possibilita muita agilidade na resolução dos problemas no dia a dia.

- Flexibilidade para uso de recursos PROEX.

- A função de coordenador fica muito facilitada com a flexibilização dada pelo PROEX.

- Para o Coordenador a coordenação se torna mais trabalhosa em função de ser necessário que o mesmo (a) cuide dos recursos financeiros e faça a prestação de contas

- Muito mais trabalho e compromisso para o coordenador do PPG.

- Nosso programa nunca teve classificação diferente de PROEX, com isso, não sei dizer sobre ingresso nessa categoria, apenas que é muito benéfico.

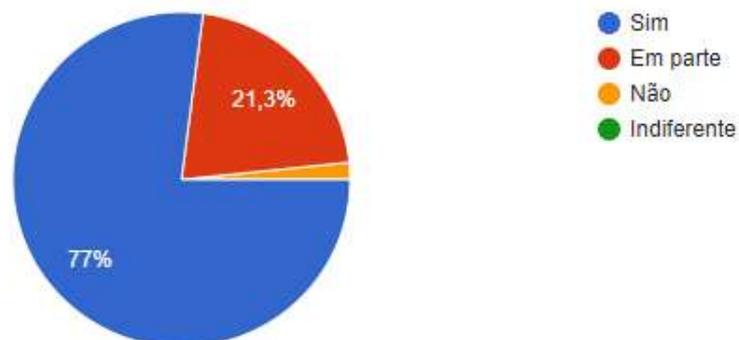
- A justificativa está atrelada à resposta anterior. A coordenação ganha autonomia para atender às demandas dos docentes e dos alunos, podendo com celeridade proporcionar acesso a reagentes, manutenção de

equipamentos, cobrir custos de participação em congressos, coleta de campo, custos de publicação, por exemplo. Também permite que docentes que por ventura se encontram em situação de hiato de financiamento, possam continuar a desenvolver seus projetos e a orientar seus alunos. Por outro lado, a responsabilidade nos ombros do coordenador aumenta sobremaneira.

- Facilidade e agilidade na gestão do programa. Vale ressaltar que o PPG já era do PROEX quando me tornei coordenadora, mas tenho conhecimento de algumas dificuldades enfrentadas pelos coordenadores de PPGs do PROAP.

- Para o Programa é bastante interessante, mas para o coordenador acredito que é uma sobrecarga de responsabilidade, principalmente no que se refere a administração dos recursos por cheque.

No PROEX os recursos de custeio são repassados diretamente ao programa de pós-graduação, por meio de uma conta pesquisador gerenciada pelo coordenador do curso. Na sua perspectiva isto é uma vantagem para o programa de pós-graduação?



Justifique a opção escolhida na questão anterior.

- A possibilidade de gestão direta dos recursos é um quesito que aumenta em muito a facilidade de tomadas de decisões, tornando o programa muito mais flexível em suas ações.

- Vantagem enorme. Essa forma de administração nos dispensa de licitações demoradas e que acabam encarecendo o material comprado. Um coordenador que administra corretamente tal verba salva dinheiro, agiliza as compras e viabiliza muitas atividades do programa de PG. Saliento que as licitações acabam por resultar em compras de reagentes com qualidade inferior e num tempo muito maior.

- Isso permite que o coordenador junto com a comissão de finanças possam realmente investir naquilo que seja prioridade e que faça uma diferença importante para o PPG.

- Por causa da flexibilidade do uso de recursos e poder atender as demandas mais prontamente.

- A resposta "em parte" se aplica por dois motivos, uma vantagem e outra desvantagem. Explico: 1) a vantagem é a flexibilidade e agilidade no uso dos recursos; 2) desvantagem: ter recursos financeiros de um órgão público atrelado no CPF de uma pessoa física. Eu posso estar muito enganado, mas eu creio que isso nem poderia acontecer. Qualquer recurso e repasse de governos estaduais e/ou federais deveriam estar alocados na instituição pública beneficiária, ou seja, de instituição para instituição, sem qualquer envolvimento de pessoa física nestas transações. A figura do coordenador poderia ser de gestor dos recursos, mas não ter seu CPF atrelado a uma conta bancária para gerenciar recursos de órgão federais. O problema é que quando os recursos vão para a instituição a burocracia e as normas de utilização dos recursos deixam o processo moroso. O ideal seria ter os recursos alocados junto ao setor financeiro da instituição beneficiária, mas com agilidade, flexibilidade e menos burocracia para utilização.

- Ficamos independentes do Siconv;

- Esta modalidade facilita em muito a gestão do recurso, principalmente numa realidade em que não há uma acessória financeira disponível aos PPGs.

- Porque facilita o manuseio dos recursos financeiros.

- Sim, acredito que delegar a administração do recurso ao Coordenador seja uma vantagem para os demais docentes, discentes e corpo administrativo que compõem o Programa que não têm essa tarefa. O Coordenador não decide nada sozinho, mas faz todo o trabalho para que os objetivos decididos em conjunto sejam alcançados.

- O responsável fica muito vulnerável, mas há maior liberdade e flexibilidade no uso dos recursos.
- Agilidade e menos burocracia no uso dos recursos.
- Torna o gasto da verba mais eficiente e com maior liberdade.
- Durante minha coordenação o uso da verba foi realizado inteiramente com cheques, tornando o processo bastante burocrático. Além disso, a verba foi depositada numa conta com o CPF do coordenador, o que considero um erro pois se trata de verba institucional.
- Maior independência, rapidez e efetividade nos gastos/pagamentos
- Como mencionado anteriormente, deu maior liberdade de gerenciamento.
- O repasse para o coordenador é, sem dúvida, a principal maneira de tornar a verba PROEX mais ágil.
- Isso agiliza e muito a resolução de problemas dentro do programa
- Pela mesma justificativa anterior. Considero uma grande vantagem poder gerenciar, mas a responsabilidade de uma única pessoa aumenta muito.
- Podemos considerar uma vantagem ao Programa; no entanto, é mais uma demanda\tarefa de total responsabilidade do Coordenador.
- Conforme respondido anteriormente (independência, flexibilidade e facilidade no gerenciamento dos recursos)
- A principal vantagem é a aplicação mais rápida dos recursos de custeio onde são necessários. O microgerenciamento (pelo programa de pós-graduação) seria mais ágil do que quando gerenciado institucionalmente, principalmente em instituições de grande porte.
- Fornece maior agilidade para a aplicação dos recursos
- Garante rapidez na solução de problemas no PPG e na ajuda aos pesquisadores.
- A questão da autonomia e agilidade para a realização das compras é uma vantagem. Por outro lado, o fato do CPF do coordenador ficar atrelado a todas as compras, notas fiscais e prestações de contas gera um estresse muito grande para o coordenador.

- Gerenciamento rápido, com auxílio da comissão do PROEX nomeada pelo Conselho do Programa. Caso fosse repassado a instituição, a burocracia impediria o uso dos recursos.

- Impõe ao coordenador uma responsabilidade administrativa que na deveria ser dele

- Agilidade na aplicação dos recursos, e liberdade de gerenciamento propiciada pelo sistema.

- Sim pois permite a flexibilização para o melhor aproveitamento dos recursos.

- Pelas mesmas razões expressas na resposta anterior: autonomia, agilidade na tomada de decisões na gestão do recursos.

- Apesar de entrar numa zona cinzenta (os recursos são do PPG e, portanto, não deveriam estar vinculados ao CPF do coordenador) isso facilita em muito a gestão do PPG.

- Agiliza o emprego dos recursos, o coordenador se responsabiliza totalmente e presta contas do que foi gasto aos participantes do programa.

- Facilita a organização dos gastos e também a agilidade nas compras.

- Repetindo as respostas anteriores: A flexibilidade de compras foi bastante positivo. Contudo, a responsabilidade que cai sobre o coordenador, que tem seu número de CPF em jogo, bem como a prestação de contas complexa, dão bastante trabalho burocrático. Sugiro fortemente que o sistema atual mude para um sistema no qual as Fundações de apoio a pesquisa das Universidades sejam os responsáveis para gerenciar os recursos.

- Faço parte de um Instituto onde a gestão de verbas já não era novidade. Tive muita ajuda dos colegas, também docentes do PPG, que tinham mais experiência.

- Os empenhos, ainda que bem conduzidos, atrapalham as execuções.

- Acho que os recursos devem estar em conta gerenciada pelo Coordenador, mas não em seu nome. Considero mais apropriado seguir os moldes da FAPESP.

- Facilita e agiliza as diferentes ações que dependem de custeio

- O coordenador tem o controle da verba, mas se esta responsabilidade fosse compartilhada talvez o resultado fosse mais completo, com os recursos sendo gastos de forma mais equilibrada.

- Porque esse tipo de conta pesquisador facilita pagamentos, é pouco burocrática.

- O repasse diretamente ao programa é bom por dar mais autonomia na gestão do recurso. O depósito em uma conta no CPF do coordenador é uma jabuticaba sem cabimento. A conta é tratada como pessoal pelo banco, e consta como recursos transferidos ao CPF do coordenador. Mais sério, impede a transferência do recurso quando há troca de coordenação. Isso é um problema enorme, pois as coordenações duram dois anos na USP.

- Para o programa é vantajoso, mas incomoda-me ter a conta vinculada ao CPF do coordenador

- Na minha opinião, as principais vantagens são a autonomia, como já apontado, e a agilidade no uso dos recursos.

- Isso porque permite ao Coordenador maior autonomia e melhor utilização de recursos.

- A disponibilidade de recursos para gestão direta pelo coordenador é essencial para o sucesso do PROEX, mas a conta deveria ser vinculada ao Programa (pessoa jurídica) e não ao Coordenador (pessoa física), pois quando há troca de coordenadores durante a vigência dos recursos a transferência de titularidade é complexa. Ademais deveria ter um sistema mais prático de obtenção de estratos mensais e uso de cartão.

- Já comentei nas respostas anteriores. Esta é a condição ideal para todos os Programas, não deveria ser restrita aos de Excelência.

- Sim, considero que a vantagem é a de receber o recurso direto no Programa, mas administrar o recurso com o cpf do pesquisador eu acho ruim.

- Embora possa, a depender do tamanho do programa, representar ao Coordenador uma sobrecarga em termos de organização e volume de trabalho, o controle direto dos recursos é um ganho em termos de gestão. Isso requer que ele possa contar com uma equipe administrativa e níveis de gestão colegiada. Se assim for, o programa tende a se manter produtivo.

- Sim, com certeza, propicia agilidade na resolução das demandas.

- As necessidades do Programa são resolvidas mais rapidamente e com grande flexibilidade, respeitadas as restrições de alíneas de aplicações dos recursos.

- Sem dúvidas, pelos motivos já mencionados.

- Ao mesmo tempo que dá mais flexibilidade no uso dos recursos também sobrecarrega o Coordenador

- Para o PPG é benéfico, por propiciar maior agilidade para os gastos.

- Como mencionado anteriormente, isso reduz o tempo que se gasta em burocracia. Apesar de ainda ser enorme, entendo que é menor do que em programas PROAP

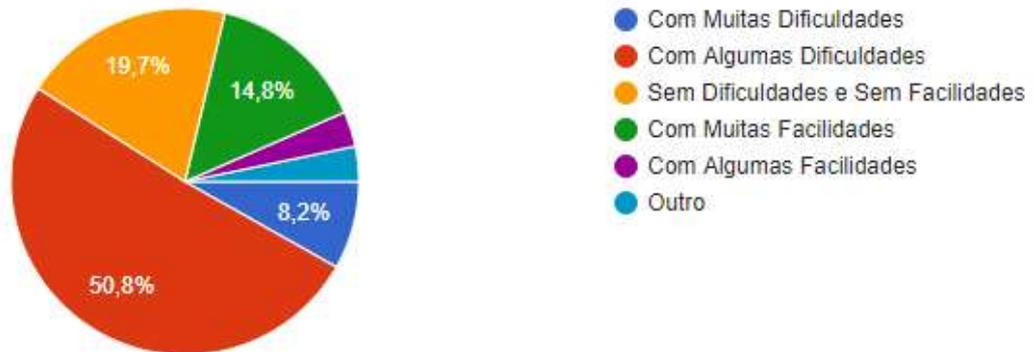
- Flexibiliza MUITO o uso do recurso, mas aumenta muito o investimento de tempo do Coordenador do programa na administração do recurso

- O repasse direto para a conta do coordenador é de fato o que proporciona a independência financeira e a celeridade na execução do orçamento dentro das necessidades do PPG e da demanda dos docentes. Se os recursos fossem transferidos para as pró-reitorias, por exemplo, acarretaria em trâmites longos, burocráticos e ineficientes.

- A principal vantagem é a agilidade na gestão da verba.

- É vantajoso, contudo precisa ser modernizado. O coordenador precisar ir pessoalmente ao banco para conseguir os extratos em pleno século 21. Isso é meio absurdo já que a própria CAPES disponibiliza em outros programas o Cartão Pesquisa. Na FACEPE aqui em PE por exemplo é possível fazer o controle via chave J da conta, o que proporciona uma melhor facilidade de administração dos mesmos além de segurança

Como o senhor(a) como coordenador(a) se vê/avalia frente o trabalho exigido para gerir e prestar contas dos recursos de custeio PROEX repassados ao programa de pós-graduação?



Justifique a opção escolhida na questão anterior indicando as maiores dificuldades e/ou facilidades observadas.

- A dificuldade se dá mais em função da soma dos recursos e da não disponibilidade de uma assessoria contábil e secretaria para a prestação das contas. Mas por outro lado a forma do repasse é muito mais flexível que em outros órgãos da esfera pública estatal.
- Nossa Universidade tem uma unidade que gerencia as compras e prestações de contas. O coordenador compra, a faculdade paga e faz todos os tramites legais para prestação de contas. Gente especializada fazendo um serviço que coordenador nem sempre é treinado para fazê-lo.
- Algumas vezes é difícil encontrar uma rubrica adequada isso engessa um pouco o gasto do recurso.
- É trabalhoso apenas, exige disposição de trabalho pelo coletivo, e é importante ter auxilio de secretaria, assim como colaboração do corpo social
- Me refiro aqui ao início do programa Proex, quando fui coordenador do PG. Houve a necessidade de adaptação a um novo modelo. Após isso, acredito que o programa funcionou adequadamente até o início da restrição de recursos (o que trouxe a imprevisibilidade de volta)
- A informatização das plataformas online de prestação de contas (atual SIPREC) facilitou muito o processo. O que faz muita diferença é ter uma secretaria que trabalhe com um planejamento trimestral para lançamentos dos gastos no sistema online obedecendo sempre as normas de utilização dos recursos. Na minha gestão não tive grandes dificuldades, pois a Comissão

Coordenadora sempre trabalhou com planejamento de orçamento anual bem alinhado à secretaria do PPG.

- Embora seja mais simples, a UNESP, no geral, e nosso Instituto, em particular, não tem um modo único e claro de auxílio administrativo para os PPGs PROEX. No nosso Instituto, com 3 PPGs PROEX, a prestação de contas é feita por duas seções diferentes.

- Na Unicamp, tínhamos setores especializados em gerenciamento e prestação de contas, o que facilitava muito o trabalho do coordenador.

- Eliminação de burocracia, interação imediata com o gerente do banco, possibilidade de pagamento imediato de gastos, flexibilidade com rubricas.

- Felizmente contei com a ajuda de uma secretária bastante eficiente. Além disso, o pessoal da CAPES sempre foi solícito diante de nossas dúvidas, que eram sanadas rapidamente.

- Eu sou uma pesquisadora que está coordenadora de um PPG. Dessa forma, tenho inúmeras outras tarefas além da Coordenação, como aulas na graduação e na PG, orientandos, projetos, publicações etc. A gestão do recurso PROEX demanda, além de uma grande responsabilidade, um tempo grande da minha jornada de trabalho. Seria muito melhor se houvesse a possibilidade da gestão desse recurso ser feita por uma pessoa do administrativo contratada para tal tarefa.

- A plataforma não é intuitiva, não é estável, e os documentos exigidos muitas vezes são difíceis de obter. Além disso, a movimentação da conta é extremamente difícil, fazendo com que o responsável tenha que ir sempre à agência bancária, onde os funcionários também apresentam dificuldades para atender às demandas desse tipo de conta.

- A demanda é grande e a gerência dos recursos toma tempo, exigindo uma secretaria bem organizada para auxiliar o coordenador, caso contrário poderá impactar negativamente a produção científica e tecnológica do mesmo.

- Essa função é realizada pelo setor de compras do meu instituto. É uma tarefa extremamente trabalho que demandaria muito tempo do coordenador.

- Entendo que a burocracia referente à prestação de contas é necessária e está dentro de limites razoáveis.
- Familiaridade com prestações de conta on line.
- As dificuldades dizem respeito a maior responsabilidade e principalmente na prestação de contas, dá mais trabalho, com certeza, ser um coordenador PROEX, comparado a cursos 5 ou menos.
- A universidade possui uma mão de obra que não é qualificada para esta função. Atribuir a administração integralmente ao coordenador é sacrificar qualquer outra atividade que o docente/pesquisador executa em sua instituição.
- A prestação de contas de um edital sempre traz algumas dificuldades ainda mais quando a IES não tem pessoal específico para realizar esse tipo de tarefa. Outro problema seria treinar os colegas para realizarem as compras conforme as regras do PROEX.
- Considero algumas, pois o sistema é fácil, mas um pouco engessado. Em nosso programa, por exemplo, dividimos boa parte do recurso para subsidiar as pesquisas de nossos alunos e essa divisão se mostra difícil na hora de prestar contas.
- A prestação de contas deveria ser simplificada
- Há sempre muito trabalho na coordenação, mas ser um programa PROEX facilita a gestão e o esforço extra vale a pena.
- Geralmente o coordenador não possui suporte administrativo para auxílio na prestação de contas, que toma um tempo considerável. Mas de forma geral, a prestação de contas tem sido simplificada, o que facilita muito o processo. Os processos de gestão dos recursos são em geral simplificados e não apresenta dificuldades principalmente para os que já estão capacitados e familiarizados com o processo. Se houver "treinamento online" como vídeos e tutoriais para novos coordenadores e técnicos administrativos, acredito que isso facilitaria ainda mais o processo.
- As exigências para a prestação de contas são muito grandes. Por exemplo, a necessidade de notas em nome do coordenador dificulta a execução de vários recursos por parte dos discentes e docentes do programa.

- A impossibilidade de poder contratar assessoria para o dia-a-dia e de ter que fazer a prestação de contas cria uma carga extra para a Coordenação e para a Secretaria.
- Não possuo formação formal de administrador, sou um cientista e professor! Portanto, estas limitações têm sido contornadas através do auxílio de profissionais da área que me auxiliam na administração dos recursos financeiros!
 - Cobrança urgentes de relatórios
 - A prestação de contas não é difícil mas é mais uma tarefa dentre as centenas q o coordenador possui
 - A dificuldade é inerente à quantidade de tempo e trabalho demandados na administração dos recursos. Mas o sistema em si não e o problema.
 - Principalmente pela falta de apoio técnico administrativo.
 - Representa algum trabalho, mas as vantagens extrapolam LARGAMENTE a pequena sobrecarga de trabalho.
 - Na realidade nem diria que são dificuldades, pois a rotina é a mesma dos projetos de pesquisa financiados pelo governo. Todavia, o volume de recursos e a demanda (alunos, docentes) toma muito tempo do coordenador. Como todos os recursos estão sob o CPF do mesmo, é muito complicado delegar essas tarefas para secretários.
 - A prestação de contas contou com apoio administrativo institucional, sem o qual não seria possível dar conta. A gestão acaba enfrentando dificuldades pontuais de orientadores/estudantes que muitas vezes não compreendem que não podem usar os recursos como bem entendem.
 - Com o sistema SIPREC e auxílio de um secretário vejo que a dificuldade é normal, como de outras atividades no dia-a-dia da universidade.
 - Para um programa de grande porte, a quantidade de notas fiscais, controle de compra de passagens, hotel, etc, se torna uma tarefa muito árdua.
 - As maiores dificuldades eram as respostas às "diligências". As facilidades já foram citadas anteriormente. Gostaria de enfatizar que tive bastante ajuda do setor administrativo do PROEX na Capes.

- Não tive dificuldades, exceto pela conta não permitir Cartão. Por outro lado, a administração direta facilitou, pela rapidez, a realização das demandas, até com economia.

- É necessário apoio institucional para gerir os recursos.

- Como o recurso aqui tem sido distribuído entre docentes e discentes, há um grande volume de pequenas compras ou diárias (i.e., trabalho de campo), tornando mais trabalhosa a prestação de contas.

- Dependência de pessoal administrativo da instituição

- É uma atribuição muito trabalhosa e requer muita responsabilidade e tempo para administrar.

- Nosso Programa conta com apenas um secretário e todo o trabalho referente ao gerenciamento dos recursos foi realizado pelo coordenador, com ajuda do secretário. Desta forma, houve um aumento de atribuições para ambos.

- O PPGBM conta com boa estrutura administrativa, o que significa organização e profundo conhecimento sobre o PROEX. Isso facilita muita a prestação de contas, pois à priori já é conhecido o que é permitido e como se deve de forma correta justificar e comprovar o gasto.

- A prestação em si não traz muitos problemas nem é onerosa à coordenação porque temos uma comissão PROEX e uma secretaria extremamente eficiente, e um setor de prestação de contas no Instituto também excelente. O principal problema a meu ver são as restrições ao uso do recurso. Temos tentando sem sucesso, solicitar mais flexibilidade para uso para serviços de terceiros que beneficiariam o coletivo, mas foram negados. Dois exemplos: serviços de terapia em grupo para estudantes e professores, devido a um aumento em problemas de saúde mental; e serviços para desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados de gestão. Temos serviços de gestão para várias tarefas da Universidade, mas alguns no faltam, e nos foi negado. Ironicamente, uma das tarefas que queríamos informatizar era justamente o recebimento de pedidos de uso da verba PROEX por nossos estudantes, bem como o recebimento dos comprovantes.

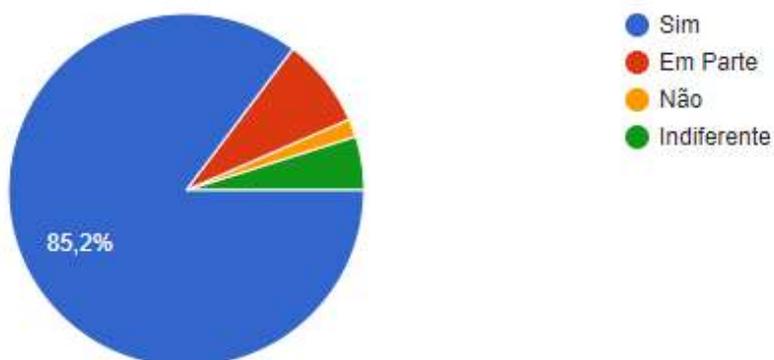
- Só é fácil para coordenação porque contamos com secretariado que faz esta gestão com muita eficiência

- Coordenei um programa bastante grande (~60 docentes e 230 alunos), com apenas uma secretária. Fui a primeira coordenadora após criação do PROEX, de forma que tivemos que aprender tudo.
- O trabalho exigido para gerir e prestar contas dos recursos de custeio PROEX não representou nenhuma dificuldade.
- De fato, a prestação de contas é um dos principais gargalos do PROEX. Deveria ser possível, em caso de interesse do Programa, o repasse dos recursos para fundações para auxiliar no uso e na prestação de contas.
- Professores já estão acostumados a gerir e prestar contas de recursos. Isso é infinitamente melhor do que tem que solicitar pagamento para tudo o que uma PG precisa.
- A prestação de contas é tranquila no sistema da CAPES (SIPREC). Tem que ficar atento com a organização de cheques/notas/recibos.
- Apesar das dificuldades inerentes ao controle de dados, recursos e fluxo de decisões, as facilidades que esse modo de gestão oferece suplantam as dificuldades eventuais.
- O nosso PPG conta com uma secretaria eficiente o que facilita a questão de prestação de contas. As dificuldades são inerentes ao cargo, dentro da estrutura que dispomos na universidade. Os benefícios do PROEX como um recurso direto aos coordenadores são maiores que as dificuldades de gerenciamento.
- As maiores dificuldades são (1) o gerenciamento dos recursos pelo Banco do Brasil e (2) as mudanças de coordenação e todo o esforço para transferência de informações e dados entre pessoas.
- Entendo que deveria haver um limite maior para o uso de recursos sem licitação.
- É muito trabalhoso ficar administrando cheques, saldos, recibos, orientando os docentes como proceder, etc. Tudo isso em cima de toda burocracia envolvida com a Coordenação propriamente dita
- É necessária a participação muito ativa da secretaria do PPG para gerenciamento dos recursos, para certo alívio da coordenação.
- Nós temos uma secretária de projetos que nos ajuda muito. Porém, não consigo entender, por exemplo, porque é necessário a entrega de

extratos em papel timbrado do banco. Isso toma um tempo incrível, e não vejo qual o benefício.

- Não é difícil mas toma muito tempo. Uso de cheques até hoje é ridículo - deveria ser cartão.
- Como o volume de recursos é grande e variedade de gastos também, torna-se um grande volume de trabalho. Para que o sistema funcione adequadamente, é imperativo que haja auxílio administrativo para efetuar as compras e a prestação de contas. O coordenador precisa lidar com questões acadêmicas e científicas e fica muitíssimo sobrecarregado se também for responsável pelo gerenciamento dos recursos
- Eu tenho o apoio de uma secretária de um dos departamentos da EPM para me auxiliar, mas se eu tivesse que fazer todo o trabalho de prestação de contas seria bastante pesado. O sistema (SIPREC) não é difícil de usar, mas fazer toda a prestação de contas toma tempo.
- Como dito anteriormente a opção de movimentar tudo por cheque é complicada, sem um acesso remoto a conta.

No PROEX as bolsas concedidas são gerenciadas diretamente pela coordenação do programa de pós-graduação. Na sua perspectiva isto é uma vantagem para o programa de pós-graduação?



Justifique a opção escolhida na questão anterior.

- Isso é muito importante e uma grande vantagem para o programa, pois desta forma pode equalizar o número e os níveis das bolsas com relação a demanda de alunas e possibilidade de orientação do corpo docente.

- Nas reuniões mensais a coordenação do programa define as prioridades de bolsas, obedecendo as regras previamente fixadas pelo programa.

- Temos regra para repassar as bolsas que entra a nota do aluno (exame de ingresso com nota para CV, conhecimento na área e projeto de pesquisa), além de um conceito atribuído ao orientador (tempo de formação de seus estudantes, projetos aprovados, disciplinas ministradas e atividade no programa.

- Isso permite um maior controle da oferta de vagas.

- Sim, agiliza a burocracia que haveria caso fosse através da Universidade

- Permite planejamento

- Na minha opinião a autonomia de um PPG, neste caso para gerenciamento de bolsas, traz um benefício ao PPG, pois as vagas e o processo seletivo pode ser adequado com a oferta de bolsas que o programa dispõe, além de atribuir essas bolsas de acordo com o mérito dos candidatos no processo seletivo. Nessas condições a Comissão Coordenadora do PPG consegue traçar seus planos de gestão e manutenção da qualidade tendo um quadro de pós-graduandos que possam usufruir 100% das bolsas.

- Essa vantagem só é completa se houver um auxílio administrativo para seu gerenciamento.

- Como indiquei anteriormente, facilitava o gerenciamento. Especialmente em São Paulo, onde muitos alunos conseguiam bolsas FAPESP ao longo do curso, facilitava um pouco o remanejamento dos recursos.

- O processo se torna menos burocrático e muito mais ágil.

- Esse sistema é vantajoso por proporcionar maior liberdade ao PPG, evitando a concorrência com outros PPGs da instituição.

- Sim, é uma vantagem porque podemos decidir como o recurso é usado conforme a necessidade.

- Isso é muito importante para um bom controle dos bolsistas.

- Agilidade na gerência.

- Promove maior autonomia do programa para o controle e planejamento.

- Há vantagem no sentido de não depender de um outro órgão da universidade (Pró-reitoria de pós-graduação).

- Maior rapidez e independência na movimentação das bolsas.

- Em parte porque como os recursos não foram aumentados, havia sempre um certo conflito em aumentar o número de bolsas ou usar o recurso para infraestrutura, por exemplo. Deveria haver um número de cotas fixas de bolsa para o programa, independente do recurso do PROEX.

- Assim como a verba PROEX, administrar as bolsas sem intermediários na instituição permite uma agilidade enorme, além de facilitar as tomadas de decisão no PPG.

- Novamente para o programa essa me parece a melhor forma de conseguir organizar, planejar e fazer crescer novas áreas de interesse dentro do programa. Essa flexibilidade é importante nos mais diferentes aspectos quando associado a um bom planejamento do programa.

- Sim, pois podem ser aplicadas conforme uma regulamentação interna de concessão de bolsas, respeitando as realidades diferenciadas de cada Programa.

- Não vejo vantagem, é apenas mais uma demanda para o coordenador. A CAPES poderia gerenciar isso, sem problemas.

- Este fato contribui demais para o planejamento das ações, controle e distribuição das bolsas entre os docentes, etc. Enfim, a gestão passa a ser responsabilidade do programa, o que é fundamental para o desempenho de alunos e orientadores.

- Isso representa celeridade na implementação das bolsas para os candidatos que são elegíveis. Além disso, permite maior controle do recurso despendido, que em instituições de grande porte seria mais difícil de realizar. Um exemplo seria o controle/acompanhamento de bolsistas que venham a adquirir vínculo empregatício ou qualquer outra situação impeditiva para a implementação/continuidade de bolsa.

- Maior agilidade para administração das bolsas

- Melhor aplicação das bolsas e possibilidade de fluxo contínuo nas seleções.

- Permite um acompanhamento mais próximo do cenário de bolsas (número de bolsas, prazos, etc) e planejamento quanto abertura de editais e distribuição das bolsas entre os orientadores.

- Agilidade em todo o processo.

- Permite adequar o uso dos recursos e bolsas de acordo com a demanda
- O fluxo de alunos não costuma ser constante, e, a possibilidade do Programa em poder aumentar ou reduzir seu número de bolsas efetivas nos da agilidade para eventualmente expandir ou reduzir o número de bolsas. No caso específico do Programa que coordenei, isso foi fundamental para o crescimento do curso. Vínhamos operando com uma grande demanda reprimida. Em vários momentos tínhamos muito mais alunos interessados em entrar para o curso do que o número de bolsas efetivamente implementadas. Com isso pudemos aos poucos priorizar as bolsas, e expandir nosso corpo discente.

- Com certeza pois permite a flexibilização do sistema de concessão das bolsas.

- Com certeza, uma grande vantagem. A flexibilidade para se decidir entre aplicar em bolsas ou em custeio deveria, inclusive, voltar a ser PLENA, como era no início do PROEX.

- A gestão própria reduz a burocracia e permite uma gestão mais rápida e efetiva.

- Não haveria necessidade de intervenção direta do coordenador já que a pontuação obtida pelos estudantes no exame de ingresso pode direcionar a prioridade de concessão.

- Facilidade de gerenciamento e adaptação as peculiaridades do programa.

- Não faz muita diferença. Talvez agiliza um pouco, mas também aumenta as responsabilidades que incidem no Coordenador.

- Em alguns momentos, no início da vigência do Proex, pudemos converter 100% do fomento em bolsas e manter o PPG funcionando com a verba do ano anterior. Isso nos permitiu apoiar um maior número de alunos e seus projetos.

- Sim, facilita execução e justificativas na prestação de contas

- Torna o sistema mais ágil.

- Com o SCBA a gestão de bolsas é bem tranquila, não veja grandes problemas. Claro, é preciso atenção aos prazos e procedimentos, mas sem grandes dificuldades operacionais.

- Facilidade para alocação das bolsas.

- A coordenação do Programa pode direcionar as bolsas para as necessidades maiores do mesmo.

- É evidente uma maior agilidade para a implantação/cancelamento/substituição de bolsistas. Entretanto, eventuais problemas precisam ser resolvidos pelo contato entre coordenação e a CAPES.

- O Programa pode definir sua própria estratégia de concessão das bolsas.

- Em teoria seria uma vantagem, mas com as novas regras de concessão de bolsa da CAPES não vejo nenhuma flexibilidade. Estas regras definem quantas bolsas cabem a cada programa, e recolhe o que consideram excedente. Assim, não há possibilidade de usar a cota PROEX para criar mais bolsas, que seriam depois recolhidas, por ultrapassar a cota concedida pela portaria 28/2021 da CAPES.

- Isso nos dá autonomia

- Mesma justificativa dada aos outros itens: autonomia e agilidade.

- Sem dúvida. Este item se enquadra, perfeitamente, dentro da autonomia e melhor aplicação dos recursos.

- Essa é uma das características importantes do Proex, já que o programa pode administrar o número de bolsas versus o volume de recursos de custeio a cada situação.

- Podemos estimular os melhores alunos com as bolsas CAPES, substituir rapidamente caso tenhamos necessidade, são muitas as vantagens

- Outra facilidade, o sistema da CAPES (SCBA) é bom, mas poderia melhorar.

- Considerando que existem critérios de concessão de bolsas estabelecidas pelo programa e pelas agências, a gestão da concessão de bolsas também tende a agilizar as atividades acadêmicas.

- Autonomia é sempre uma vantagem para quem sabe se organizar.

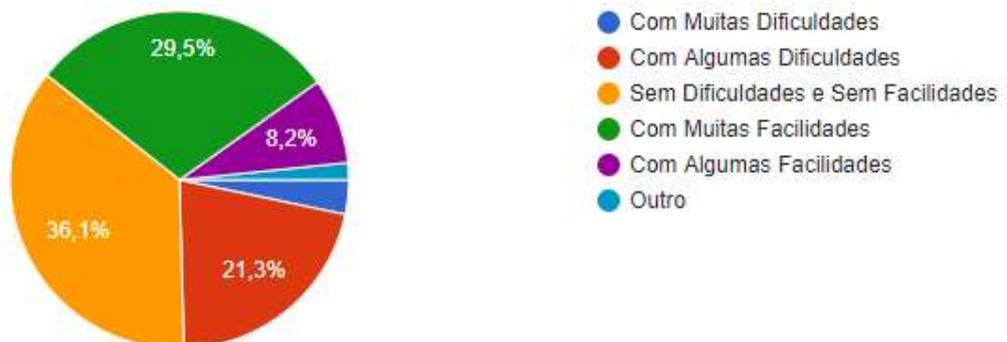
- A adaptação às necessidades é razoavelmente simples.

- Uma grande vantagem é a possibilidade de mobilizar bolsas de mestrado para doutorado, e vice-versa.

- Não vi grande diferença. De novo, me parece um trabalho extra, desnecessário para o Coordenador

- Indiferente.
- Nós temos um processo de seleção bem rigoroso, e ranqueamos os estudantes aprovados, com isso garantimos que os melhores estudantes terão o benefício da bolsa CAPES.
 - Aumenta janela temporal de mudanças. Se tiver que depender da pró-reitoria a janela fica menor e aumento a burocracia.
 - Altamente vantajoso. As demandas de bolsas são variáveis semestre a semestre, e a autonomia de gerenciamento permite que se faça o melhor e mais eficiente uso dos recursos disponíveis.
 - Novamente, torna o processo mais ágil.
 - Acredito que isso é um diferencial, especialmente em virtude da possibilidade de solicitação de mudança de nível, coisa que no antigo DS era mais difícil. Essa condição tornou possível investirmos forte no doutorado, que é o segmento com maior produção acadêmica o que alavancou as publicações do programa.

Como o senhor (a) como coordenador (a) se vê/avalia frente o trabalho exigido para gerir as bolsas concedidas pelo PROEX ao programa de pós-graduação?



Justifique a opção escolhida na questão anterior indicando as maiores dificuldades ou facilidades observadas.

- O sistema de implementação das bolsas nos últimos anos foi muito acessível e seguia uma dinâmica bem definida de datas e protocolos.

- Aplicando as regras estipuladas pelo programa, cada aluno sabe se terá a bolsa ou não. Soma-se que todas as decisões são feitas pela comissão de bolsas e referendadas pela coordenação.

- Acho que com um bom apoio e com a participação de uma comissão de bolsas do PPG o peso do trabalho se dissipa.

- Tendo um bom e confiável serviço de secretaria não há muitos problemas, e os que surgem ficam mais fácil de resolver

- Existe a necessidade de acompanhamento por um bom técnico financeiro. Felizmente nosso programa possui um, o que facilitou enormemente a gerência do programa. No entanto, em outras Universidades isto nem sempre é o caso, e este trabalho, para o qual nós, docentes, não somos preparados, acaba recaindo para a coordenação.

- Não vejo dificuldades, pois repito, uma Comissão Coordenadora de qualquer PPG tem que trabalhar com planejamento. Na minha gestão, e na atual também, nós dispomos de Comissão de gerenciamento de bolsas que está sempre atenta à demanda e oferta, bem como a distribuição meritória das bolsas. Isso facilita muito o trabalho do coordenador.

- Nossa Seção de Pós-Graduação nos auxilia no gerenciamento de modo bastante eficiente

- Novamente, na época em que fui coordenador a Secretaria de PG funcionava muito bem, e todos os trâmites de gerenciamento de bolsas eram facilitados por esse setor.

- O processo se torna menos burocrático e muito mais ágil.

- Nosso PPG priorizou a obtenção do número máximo de bolsas, assim, sempre foi relativamente fácil gerir as bolsas, pois nunca tivemos alunos sem bolsa.

- Pelas mesmas razões acima, com muita responsabilidade e muito tempo dedicado a tal tarefa.

- Essa plataforma é relativamente mais simples, mas também apresenta aspectos distantes do trabalho habitual de um docente de IES.

- No caso do programa que eu coordenei (4 mandatos), o trabalho era definir os critérios de distribuição das bolsas, que em geral consistiam de

indicadores de produção dos orientadores e nota do aluno no processo de ingresso no curso.

- Essa função é realizada pela secretaria de pós-graduação.
- Uma vez feito o cadastro dos alunos na Plataforma Sucupira, os mesmos aparecem na plataforma SCBA.

- Familiaridade com sistemas remotos.
- Houve alguns momentos em que poderíamos ter aumentado número de alunos no programa mas ao mesmo tempo não dava para transformar todo o recurso em bolsa. As dificuldades apareciam sempre na época de montar os editais de seleção.

- Especificamente no meu caso, o gerenciamento de bolsas foi feito inteiramente pela secretaria do curso de PG. Felizmente contei com funcionários capazes de realizar tal tarefa e isso não é regra para todos os cursos de PG. Fica claro que, com pessoal treinado, o gerenciamento de bolsas dentro do PPG é muito bom.

- O sistema de gerenciamento de bolsas não tem grandes mistérios.
- Considero o sistema fácil e acessível.
- O sistema não é auto-explicativo.
- Novamente, a gestão traz trabalho e responsabilidades, mas também independência, flexibilidade, poder de decisão, etc.

- O sistema apresenta funcionamento simplificado e intuitivo, similar aos pedidos de recursos em editais/chamadas. Uma dificuldade inicial seria para coordenadores novatos até que se familiarizassem com o sistema, o que poderia ser contornado com tutoriais e vídeos.

- O sistema novo melhorou sensivelmente
- Mesma razão para o item anterior.
- Tenho contado com o apoio fundamental da Secretaria Integrada de Pós-Graduação (SIPG) do Centro de Ciências Biológicas da UFSC.

- Realizamos o uso com base nas normativas da capes.
- Mais uma tarefa que demanda tempo e trabalho.
- O sistema se tornou extremamente simples e de fácil gerenciamento.
- Considero o sistema bem dinâmico permitindo tanto a concessão quanto a troca sem dificuldades.

- A gestão de bolsas pelo PROEX é muito fácil.
- A gestão em si não apresenta dificuldades. Porém, no período em que fui coordenador, o sistema ficou instável por várias vezes. Além disso, bolsas foram bloqueadas sem prévio aviso (como parte da política de redução de investimentos da CAPES). O transtorno é que somos nós, na ponta da linha, que ficamos com a responsabilidade de ofertar (ou não) bolsas. Essa insegurança, que aumenta desde 2016, é o maior problema.

- Não me recordo de dificuldade, obviamente não são decisões fáceis mas critérios objetivos de concessão evitam transtornos

- O novo sistema de gerenciamento de cotas de bolsas funciona bem.

- O sistema de implantação de bolsas que existia na época que eu era coordenador funcionava bem. Só me lembro que a CAPES era sempre intransigente e muito pouco compreensivo quando pedirmos retificações por causa de erros feitos na hora de cancelar as bolsas.

- As maiores dificuldades eram a previsão da capacidade de pagamento por 4 anos em bolsas de doutorado

- Na verdade, até pouco tempo era mais fácil. Quando não havia mediação e administração direta do Coordenador, inclusive com troca de rubrica para custeio.

- Considero que as secretarias de pós-graduação têm capacidade de gerir as bolsas.

- Sem muitos problemas. Na verdade acho que o trabalho atualmente é menor do que os cursos 3-5 que têm que realizar uma série de procedimentos burocráticos para gerenciar as bolsas via Pró-reitoria.

- Possibilidade de adequação das bolsas a demanda do programa

- Muito tempo gasto com esta atividade.

- Em casos de eventuais problemas, o coordenador deveria entrar diretamente em contato com a CAPES.

- Como já comentado, o PPGBM conta com boa estrutura administrativa, o que significa organização e profundo conhecimento sobre o PROEX. A comissão coordenadora é composta em boa parte por pesquisadores/docentes experientes, o que garante uma memória de processos e procedimentos que foram bem sucedidos. O PPGBM também estimula que membros mais jovens na carreira

façam parte da comissão, para que novas ideias e estratégias também sejam incorporadas.

- Dificuldades existem e muitas são inerentes a qualquer atividade que envolva pessoas.

- Dificuldades inerentes as políticas públicas brasileiras, que costumam ser de governo e não de estado, o que gera descontinuidade mesmo considerando programas e estratégias federais, voltadas para a Pós-graduação, bem sucedidas. A grande exceção neste contexto é a avaliação regular da CAPES através da Plataforma Sucupira, e o próprio PROEX.

- A gestão das bolsas em si está bem normatizada em nosso Programa, com uma lista de espera e a gestão de concessões bem conduzida por nossa secretaria. O grande problema é o recolhimento das bolsas pelas recentes portarias da CAPES (perdemos 5 bolsas de doutorado, de 26 que tínhamos), e o baixo valor das bolsas, que torna inviável a manutenção de nossos estudantes. Assim, a gestão em si das migalhas que temos segue funcionando, é a falta de recursos nosso maior problema. E quanto a isso estar no PROEX apenas "despiora" a situação, em relação a programas com conceito menor na CAPES e que não estão no PROEX. A situação é extremamente grave e ameaça a própria existência da Pós-Graduação no Brasil.

- Só é fácil para coordenação porque contamos com secretariado que faz esta gestão com muita eficiência

- O processo de alocação das bolsas não se modificou, sendo sempre baseado em processo seletivo e indicação dos alunos selecionados de acordo com o ranking de seleção.

- Esta atividade também é muito tranquila.

- A implantação de bolsas é bastante simples e utiliza-se para isso o sistema central da CAPES.

- Facilidade: agilidade no processo de indicação da bolsa

- Dificuldade: um item a mais para o coordenador, mas o custo/benefício compensa.

- Me sinto bem confortável na administração das bolsas. O gargalo é a quantidade baixa de bolsas.

- As dificuldades consideradas na resposta referem-se apenas aos aspectos de domínio dos aplicativos, formulários e páginas on line que se destinam a esse tema por parte dos sistemas acadêmicos. Uma vez que sejam mais "amigáveis" para o administrador, a tarefa tende a ser facilitada.

- Nunca é fácil coordenar um PPG, mas se cada um faz a sua parte, e se contamos com uma secretaria eficiente, as dificuldades caem dentro do aceitável.

- A adaptação às necessidades é razoavelmente simples.

- Acho que há muito o que evoluirmos para facilitar esse trabalho. Por exemplo, o desligamento de alunos com mau desempenho continua cheio de entraves, sobretudo no âmbito da própria universidade

- Não vi grande diferença/benefício para o PPG. De novo, me parece um trabalho extra, desnecessário para o Coordenador

- Neutro.

- Novamente, temos secretaria que nos ajuda na gestão.

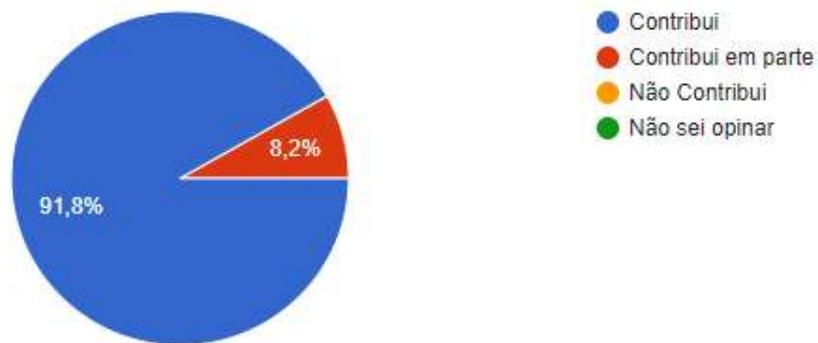
- O SCBA é bastante simples de usar e o Pessoal de apoio do PROEX responde dúvidas muito rápido.

- Não é possível prever de antemão, no início do ano, quantas bolsas serão necessárias considerando-se que não sabemos quantos candidatos serão aprovados no processo seletivo que ocorre 2 vezes ao ano. A obrigatoriedade de previsão de antemão gera ineficiência no aproveitamento dos recursos e bolsas.

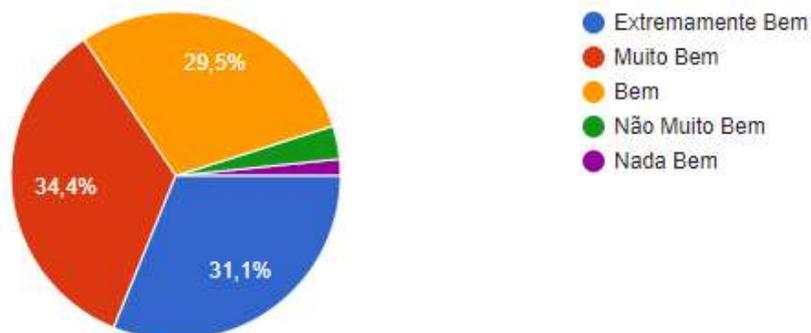
- Aqui também tenho o apoio de um secretário da disciplina que realiza a checagem dos documentos dos bolsistas, então não tenho dificuldades. Como respondi para a prestação de contas, se eu tivesse que fazer tudo sozinha, seria pesado.

- O SCBA é bem intuitivo, Muito prático.

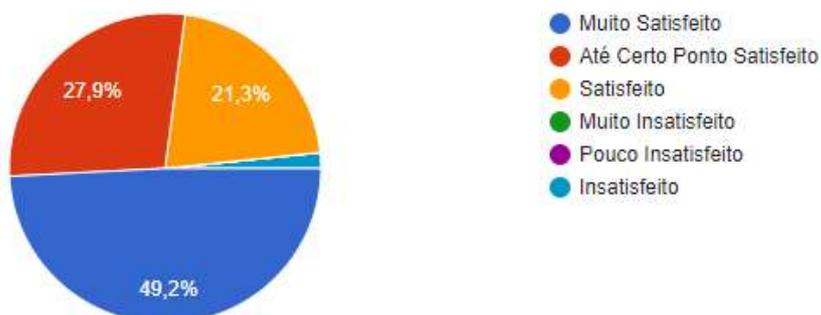
Na sua perspectiva o PROEX contribui para manutenção do padrão de qualidade do programa de pós-graduação?



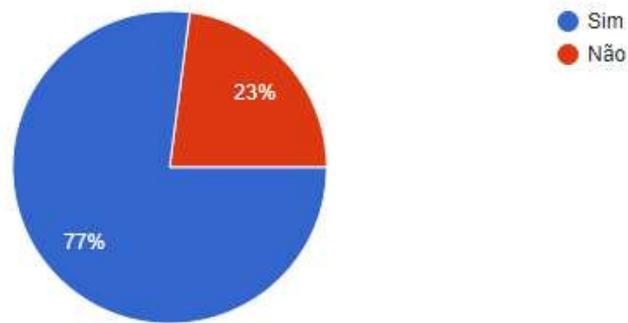
Na sua perspectiva o PROEX atende as necessidades do programa de pós-graduação?



Qual o seu grau de satisfação com o PROEX?



Na sua perspectiva existe alguma característica do PROEX (regimental ou relacionada a disponibilização do fomento) que se alterada beneficiaria os programas de pós-graduação?



Descreva a característica do PROEX que na sua perspectiva deveria ser alterada?

- Recursos para capital poderia ser um pouco maior.
- Ter um cronograma mais preciso da entrada dos recursos e retirar restrição de compra de software. Certamente, aumentar os recursos do PROEX.
 - Previsibilidade de recursos de ano a ano, independente do governo daquele período
 - O repasse dos recursos poderiam deixar de ser atrelados ao CPF do coordenador e passar para a instituição ao qual o PPG pertence, porém com os benefícios e facilidades de gerenciamento como é atualmente sendo vinculado ao coordenador.
 - Desde nossa passagem ao Proex, tenho me manifestado por uma maior transparência nas regras para distribuição da verba e das bolsas. Há uma distorção histórica que leva a que os PPGs mais novos (o nosso chegou ao sete com quinze anos de existência) recebam valores muito menores da verba PROEX e de bolsas de M e D. Isso já tem sido alterado quanto às bolsas, a meu ver eliminando esse viés que favorecia os PPGs mais antigos, ao levar em conta agora a qualidade de cada PPG. Aguardamos uma reavaliação com relação ao valor dos recursos PROEX.
 - A possibilidade de troca entre rubricas de capital e custeio, e uma maior previsibilidade do recurso a ser recebido.
 - Existir a possibilidade do recurso ser gerido por uma pessoa que não o Coordenador do Curso.

- Deveria haver mais flexibilização no uso dos recursos, e deveria haver uma simplificação maior na prestação de contas, dando maior confiança aos responsáveis pela gestão dos recursos.
- Regularidade no período de liberação do recurso, garantindo previsibilidade.
- Maior flexibilidade para transferência de bolsas em verba e verba em bolsas.
- Maior montante de recursos.
- Os coordenadores e sua comissão coordenadora poderiam utilizar o recurso como bem entender, seja para compra de material permanente, seja para pagamento de publicação de artigos, etc. Deveria haver uma cota fixa de bolsas, fora do Proex e principalmente deixar a prestação de contas mais fácil, menos burocratizante. O sistema da capes melhorou, mas ainda as regras são muitas para o uso do recurso.
- A possibilidade de gerenciamento da verba por Fundações e a previsão dessa rubrica dentro do montante destinado ao PG seria um grande passo para facilitar a administração da verba e posterior prestação de contas.
- A imposição legal de que as compras para pesquisa devem seguir o menor preço não são uma boa quando tratamos de consumíveis, ou mesmo equipamentos para pesquisa. Embora possamos justificar a compra do mais caro sempre fica o risco de ter problemas com órgãos de controle.
- A contabilização do valor do recurso e do número de bolsas é com base no histórico do Programa, considero que isso limita muito os Programas a ousarem e galgarem para níveis de maior excelência e internacionalização. Por exemplo, o número de bolsas é definido com base no número de dissertações/teses defendidas, mas em geral temos menos doutores do que poderíamos formar. O número é baixo por conta de uma histórica falta de bolsas para doutorandos. E como, no nosso caso, os doutorandos geralmente precisam ter dedicação exclusiva, poucos conseguem fazer o doutorado sem bolsa. Nesse sentido, não há mais bolsas/recursos por que não há mais defesas... e não há mais defesas por que não temos alunos que conseguem fazer o doutorado sem bolsas! Difícil sair desse ciclo. Penso que poderíamos

ter momentos de reavaliação, onde poderia-se aumentar ou mesmo diminuir o número de bolsas de um Programa.

- O uso da verba para pagar qualquer necessidade do PPG, como compra de produtos, equipamentos, consertos, passagens a verba deveria ser flexível à necessidade do PPG.

- A forma de execução dos recursos, via cheque torna mais difícil. A exigência de nota fiscal em nome do coordenador, dificulta a execução dos recursos por parte dos docentes e discentes, e torna necessário que a compra de passagens aéreas, por exemplo, seja feita pelo coordenador, aumentando ainda mais sua carga de trabalho.

- A possibilidade de aplicação dos recursos em custeio e capital sem restrições. Num ano, reagentes são importantes mas no outro um equipamento de uso comum é importante. Ou seja, o PPG decide como quer gastar os recursos. Esta é a razão da minha resposta de "Bem" em páginas anteriores.

- Nos últimos anos os recursos do Proex não permitem o investimento da modalidade de capital (equipamentos, etc), apenas custeio. Isto deveria ser revertido visto que seria importante para a aquisição de equipamentos multiusuários que beneficiam diversos estudantes e professores do Programa.

- Compra de material permanente, que não tem sido possível nos últimos anos e implementação dos valores, que têm sido reduzidos violentamente nos últimos anos

- Deveria possibilitar o uso do recurso para pequenos bens permanentes

- Retornar ao sistema que permitia aos Programas gerenciarem os recursos de forma a permitir a conversão de valores de custeio em bolsas (e o inverso), voltar a distribuir recursos para a aquisição e manutenção de equipamentos, ampliar os valores de custeio, tendo em vista as crescentes reduções e cortes.

- Deveria ser dada maior facilidade para a troca de bolsas de mestrado e de doutorado pois as demandas mudam em cada semestre.

- A gestão de recurso e realocação entre capital e custeio deveria ser flexibilizada. Ainda, é fundamental acabar com a política de contrapartida para infraestrutura. O PROEX deveria deixar a critério do PPG realizar benfeitorias sem exigir que estejam diretamente ligadas aos projetos de pesquisa. É frequente a necessidade de montar infraestrutura para melhorar o ambiente de trabalho dos docentes e discentes.
- Explicitar formalmente que programas heterogêneos quanto às linhas de pesquisa terão sua avaliação comprometida.
- Como colocado em uma resposta anterior, penso que a CAPES deve considerar a possibilidade de usar as Fundações de Apoio a Pesquisa das universidades para gerenciar os recursos e fazer as compras, reservas de passagens, etc.
- Quando da troca de coordenador, deveria haver garantia da passagem do total do saldo do Proex para a conta em nome do novo coordenador.
- 1. Que os recursos de bolsas poderiam ser geridos diretamente (inclusive como troca de rubrica, dentro do custeio); 2. Editais específicos para recursos de capital para aquisição de equipamentos
- Seria importante maior apoio da CAPES para auxiliar na administração dos recursos.
- Um detalhe operacional, eliminar os cheques e passar a usar cartão de crédito, incluindo acesso via internet.
- Maior flexibilidade para a alocação dos recursos custeio /capital.
- A verba deveria ter parte destinada a algum tipo de auxílio para sua administração, possivelmente na forma de algum funcionário que a administrasse, sempre sob a chancela e cuidado do coordenador/a.
- O Programa poderia ser permitido para programas com conceito 5 também. Acho que esses programas poderiam ser beneficiados com as facilidades que o PROEX apresenta.
- Antes de mais nada, reposição do corte de 75% da verba de custeio, acrescidos de reposição da inflação. E revogação da atual metodologia de concessão de bolsas da CAPES, para que os programas PROEX voltem a poder converter parte da verba de custeio em bolsas com flexibilidade a cada ano. Por fim, é urgente o reajuste das bolsas de mestrado e doutorado para valores que permitam minimamente

a subsistência de nossos estudantes em dedicação exclusiva, o que não é possível agora.

- Sem dúvida, o sistema de avaliação SUCUPIRA é terrível, e precisa ser alterado para formas menos traumáticas aos coordenadores

- Como já abordado: vincular os recursos a uma conta fixa do Programa (CNPJ) e não ao do Coordenador (CPF) de maneira que o titular seria trocado a cada troca do Coordenador.

- 1- Aumentar o número de bolsas; 2- Liberar mais recursos de Capital, não só de custeio; 3- Melhorar as funcionalidades no sistema de gerenciamento de bolsas.

- Expansão dessas regras aos demais programas de pós-graduação.

- As necessidades de um PPG são dinâmicas. A possibilidade de troca de rubrica, por exemplo, poderia facilitar o uso racional dos recursos. Quanto menor a burocracia, melhor e mais eficiente fica o sistema.

- Previsibilidade no calendário de liberações de recursos anuais e dos valores; maior flexibilidade de uso de recursos entre alíneas/rubricas.

- De alguma forma diminuir o trabalho/responsabilidades do Coordenador na administração dos recursos financeiros e mesmo das bolsas. Os recursos financeiros poderiam ser repassados diretamente aos Docentes que tem alunos Como acontecia com o PNPDI (Institucional) e assim cada um deles administraria os recursos a eles alocados

- Permissão para os recursos financeiros serem administrados por Fundação de Apoio da IES (como eram no início do programa PROEX).

- Para estudantes que vêm de longe, um auxílio instalação seria interessante. Os programas de estágio no exterior são extremamente benéficos, espero que continuem. Como sempre, mais bolsas seria uma grande ajuda.

- Uso de cartão ao invés de cheques, aumento dos recursos, uso de parte dos recursos em rubrica material permanente

- Quanto maior a autonomia e a liberdade de aplicação dos recursos, melhor é o atendimento da demanda de cada PPG. Lembrando que cada PPG se encontra em um diferente grau de maturidade e as demandas são muito variadas. Deveria retornar a liberdade/flexibilização de distribuição de bolsas ao longo do ano, ao invés da determinação de antemão de quantas bolsas serão utilizadas em cada

categoria (M e D). Deveria retornar a possibilidade da conversão dos recursos previstos em bolsas, e não utilizados para tal, para recursos de fomento (reagentes, publicações, auxílio congressos etc). O regimento poderia permitir pagamento de auxílio administrativo sob a forma de bolsa por exemplo (pelas questões relacionadas a prestação de contas por exemplo), ou permitir o pagamento de bolsas de auxílio técnico ao PPG.

- Aumento dos recursos para manutenção do programa.
- Uma demanda grande por parte dos discentes a possibilidade de aquisição de permanentes com o recurso do PROEX. Desde que ingressamos no programa em 2008 isso não foi permitido.

Comentários adicionais:

- Como comentário adicional acho importante enfatizar a importância da manutenção deste sistema, baseado na qualidade e confiança na gestão competente pelos programas de excelência, ao invés de uma gestão centralizada na administração central, seja da universidade ou de órgãos externos ao programa e que não conseguem vislumbrar e projetar melhorias continuadas para o programa.

- O PROEX deve continuar existindo, desde que bem administrado na CAPES e nos programas.

- Embora a independência seja desejada e bem vinda, acredito que toda a informação relativa aos recursos e número de bolsas devesse ser compartilhada pela própria Capes abertamente com as Pró-reitorias de Pós-graduação. Nossa PROPG com frequência e, no meu ver com razão, reclama por não saber o que recebem os PPGs PROEX, o que leva muitas vezes a uma maior má vontade em atender demandas nossas.

- Um docente (sobretudo um produtivo) não deveria gastar tanto do seu tempo com a gestão de um PPG. A gestão do recurso PROEX é apenas uma em infinitas tarefas que um Coordenador tem, sobretudo em tempos de pandemia, onde sequer podemos perguntar aos secretários o que estão fazendo, sob pena de sermos julgados como insensíveis (isso aconteceu comigo!). Seria muito bom se várias tarefas da gestão dos PPGs pudessem ser feitas por pessoas contratadas para tal, e a Coordenação pudesse se dedicar ao planejamento estratégico do Curso junto com o Colegiado e seus discentes.

- Acredito que um aspecto importante seja que há poucos recursos, e os recursos disponíveis não são tão fáceis de serem gastos. Temos também pouco apoio administrativos, fazendo com que um docente assuma muitas funções administrativas no seu trabalho, e isso prejudica como um todo o funcionamento de programas de pós-graduação.

- Considero o PROEX um instrumento fundamental para incentivar os programas de pós-graduação alcançarem níveis internacionais de desempenho, otimizando o uso de recursos de custeio e capital.

- Levar em consideração, na avaliação dos programas, o montante recebido. A cada ano os valores são menores. Quando passamos para 6 muitos docentes no programa achavam que receberíamos mais recursos e bolsas e isso não aconteceu. Acho que a motivação para passarmos para curso 7 ou mantermos o 6 não passa pelo Proex. Muitos colegas inclusive não gostam de terem no seu nome uma conta do programa, acham muita responsabilidade. Eu não tive esse problema, mas que é mais trabalho para um coordenador Proex isso é.

- O PROEX é um programa essencial que dá suporte direto aos programas de pós graduação de excelência e permite a aplicação rápida e direta nas áreas estratégicas de formação de recursos humanos e de pesquisa científica e tecnológica. Se não pela limitação de recursos financeiros, o PROEX poderia ser utilizado para aceleração de pesquisa científica em áreas de interesse do Estado, com a disponibilização de mais recursos que possam ser injetados nas linhas de pesquisa de interesse.

- O que escrevi sobre custeio/capital na resposta anterior e 2) os recursos para capital estão congelados há anos e seria importante aumentar o valor OU melhor ainda, aceitar a sugestão (1).

- Os recursos devem estar de acordo com as necessidades do país. Atualmente, eles são muito incipientes se comparadas com as várias demandas para a pesquisa e inovação dos programas de pós-graduação na área.

- O PROEX representa um sistema fundamental para o crescimento e organização interna dos Programas de Pós-graduação. O sistema nos dá agilidade e eficiência fundamentais para que a excelência seja mantida. Isso se torna mais relevante num contexto onde operamos com Instituições de Ensino que têm grandes entraves burocráticos para o funcionamento, e que encaram gigantescas dificuldades

de recursos. Sem o PROEX nosso Programa jamais teria conseguido sobreviver e alcançar o seu nível atual na Capes.

- O Programa PROEX deve continuar e deveria ser estendido para os Programas nível 5 (cinco)

- O PROEX precisa ser MANTIDO e ter seu orçamento resgatado, pois os cortes recentes estão colocando em risco a efetividade desse grande instrumento de valorização dos grupos de excelência da Pós-Graduação brasileira.

- A heterogeneidade dentro de programas deveria ser explicitada principalmente nas Reitorias porque elas muitas vezes tomam decisões alheias aos requerimentos do PROEX. Por exemplo, obrigar as Unidades a contratarem gente para a área de educação quando estas deveriam estar na Faculdade de Educação. Em geral, estas pessoas acabam se beneficiando do PROEX, não contribuem para uma boa avaliação do programa, dissertações e teses de qualidade extremamente duvidosa são produzidas e não resultam em produção científica necessária ao PROEX.

- Seria essencial aumentar os recursos do PROEX para valores semelhantes aos da época em que fui coordenadora do programa.

- Acredito que o PROEX apresente vantagens justamente por permitir que cada programa gerencie seus recursos, apesar do encargo administrativo que representa.

- Programa PROEX é excepcional no contexto de políticas públicas brasileira, normalmente atreladas a enorme contexto burocrático. Sua longevidade também é excepcional, e trouxe agilidade na gestão de recursos públicos ligados a Pós-Graduação.

- A meu ver, o principal problema do PROEX hoje é que ele foi desmantelado, como todo o restante da política de fomento à pesquisa e pós-graduação no Brasil. Faz parte deste desmantelamento tanto a redução brutal dos recursos, como a paulatina limitação da autonomia e flexibilidade que havia originalmente no PROEX. Por fim, acho importante notar que este desmonte de todo o sistema de ciência e tecnologia do país não é inépcia, e sim uma política do governo federal, expressa claramente em atos e declarações.

- Seria pertinente perguntar aos Programas se a instituição do PROEX contribuiu para aumentar o índice de titulação dos mesmos?

- O PROEX, no início de sua implantação, representou realmente um salto no volume de financiamento e na liberdade do uso dos recursos. Mas, recentemente, este que era uma das grandes vantagens foi perdendo força à medida que os recursos e número de bolsas foram sendo reduzidos.

- Gostaria muito de ver todos os PPG terem acesso a gerenciar o recurso. No meu entendimento isso deveria ser básico. Os PROEX deveriam ser beneficiados por outras questões como: "talvez mais recursos por estudante, cota de recurso adicional, etc"...

- Que o PROEX tenha vida longa e cheia de sucesso. É uma vitória conquistada ao longo da história da pós-graduação no Brasil que não podemos nos dar ao luxo de perder.

- A CAPES é uma agência bastante grande, o que nem sempre favorece o contato entre os Programas e a própria agência, de modo que dúvidas são às vezes parcialmente solucionadas ou requerem um tempo demasiado longo para serem resolvidas.

- Entendo que além de continuar, o programa deveria contar com muito mais recursos. O sistema de pós-graduação e sua avaliação dão um resultado extraordinário para a ciência e tecnologia brasileiros, considerando-se o investimento realizado.

- Gostaria de aproveitar este espaço para elogiar a equipe do PROEX. É extremamente competente e atende prontamente as demandas dos Coordenadores. Isso contribui e muito para excelência inclusive dos programas de pós-graduação. Acho que o corpo técnico faz jus ao nome PROEX.

ANEXO V

DEPOIMENTO DO PROF. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES

De modo geral, o processo de formulação de políticas públicas e programas governamentais visa atender uma bem identificada necessidade socioeconômica da realidade do país, por exemplo no setor da Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação. Neste sentido, considerando que o PROEX é uma política pública da CAPES para o Sistema Nacional de Pós-Graduação, formulamos algumas questões:

Qual a problemática ou questão inicial que originou a formulação e a proposição do PROEX?

Resposta: Convidado pelo Ministro Tarso Genro, assumi a CAPES no dia 9 de fevereiro de 2004, e fui o terceiro presidente do primeiro ano de governo do Presidente Lula. Desnecessário dizer que muitas atividades estavam batendo à porta, por encaminhamento depois de todo um ano de inoperância da CAPES, e do próprio ministério. A primeira dessas ações era a tradicional avaliação dos cursos de pós-graduação, que ocorreria em meados do ano, e cujos preparativos estavam atrasados, e a segunda ação, tão imediata quanto importante, era salvar o Portal de Periódicos, que a equipe do ministro Cristovam Buarque buscou, insistentemente, desativar durante o ano de 2003. Para enfrentar essas e outras emergenciais recebi o apoio imediato do Ministro Tarso Genro e de toda a equipe para encaminhar as devidas soluções. Com a experiência que já tinha acumulado na participação no processo de avaliação em edições anteriores como membro de Comissão ou como Coordenador da então área de Ciências Fisiológicas, a Avaliação 2004 da CAPES ocorreu sem maiores problemas, e no final da sua realização, foi anunciado um grandioso avanço na pós-graduação brasileira: a criação do PROEX, o Programa de Excelência da CAPES, destinado a dar plena autonomia funcional aos cursos com os conceitos 6 e 7, os mais altos na avaliação.

O PROEX foi criado no primeiro ano de mandato, tão logo concluída a avaliação trienal em 2004, sendo destinado a partir de então aos cursos com notas 6 e 7. O Programa trouxe como novidade o gerenciamento pela coordenação do próprio curso, descentralizando a gestão e reduzindo em larga escala a burocracia na condução das atividades dos programas de pós-graduação. Acrescente-se aqui

a facilitação promovida pela implantação do PROEX para estimular maior internacionalização das Universidades Brasileiras. Algo pouco percebido nessa mudança é o fato de que nos conselhos dos programas de PG estão sentados os atores, principais responsáveis pelo sucesso do curso e também a representação dos pós-graduandos que constitui para a CAPES uma garantia de vigilância permanente e descentralizada do uso de boas práticas na gestão dos recursos. Ele foi sendo expandido de forma a dotar o país de programas de pós-graduação do mais alto nível. **Não sei quão claro é para muitas pessoas a importância do grau da autonomia oferecido pelo PROEX que permitia ao Programa de PG poder decidir sobre a alocação das bolsas de maneira mais apropriada e a correta e rápida aquisição de equipamentos e insumos, tendo em vista alcançar o melhor desempenho, sabendo que o sucesso ou o fracasso será cobrado mais adiante quando da avaliação da CAPES.**

A criação do PROEX teve como inspiração várias observações pessoais:

- i. a percepção de que já havia em 2004 uma certa distribuição de programas de doutorado de bom nível (conceitos 5, 6 e 7) fora do eixo Rio-São Paulo, o que demandava uma atenção especial da CAPES;
- ii. que era, então, necessário apoiar de maneira diferenciada o desenvolvimento desses programas;
- iii. que várias as universidades que sediavam tais programas, tratava-os de maneira não diferenciada como desejável, impossibilitando que estes programas pudessem servir de modelo qualitativo para outros cursos de pós-graduação da própria instituição;
- iv. o tratamento diferenciado, requeria, por exemplo a redução de procedimentos burocráticos genéricos, entre eles prazos rígidos para processar, com meses de antecedência os convites a pesquisadores de outras instituições para proferir palestras e mesmo para participação em bancas de defesa de tese de doutorado, uma exigência da CAPES. Este tipo de dificuldade não afetava tanto os cursos das instituições de São

Paulo e Rio, mas era grave nas universidades fora do eixo, porque necessariamente os convites eram para pesquisadores de instituições distantes. Outra grande queixa dos pesquisadores era centralização e demora na decisão sobre compras de insumos para a pesquisa. O PROEX eliminava todas essas dificuldades.

- v. o procedimento institucional considerado inadequado era devido à concentração dos recursos da CAPES, que incluía na época, até os valores para bolsas, nas Pró-Reitorias. Em muitos casos os recursos da CAPES, inclusive das bolsas, eram utilizados para cobrir outras despesas como pagamento de energia que eram compromissos orçamentários das instituições. Por conta disso, além da criação do PROEX, como forma descentralizada de aplicação dos recursos da CAPES, foi também adotada a centralização na sede do pagamento de todos os bolsistas da CAPES;
- vi. finalmente vale considerar que contribuiu significativamente para a convicção de criar o PROEX, a experiência pessoal vivida quando, logo de ser transferido da UFRJ para a UFRGS, aceitei estruturar o Programa de Pós-Graduação em Biologia Celular e Molecular (PPGBCM) do Centro de Biotecnologia da UFRGS, aprovado na Universidade em março e na CAPES em 17 de julho de 1998, com o conceito 5, o mais alto para cursos novos na época. O apoio financeiro diferenciado da CAPES ao PPGBCM, foi uma iniciativa pioneira que a direção da CAPES, tendo como Presidente o Prof. Abílio Baeta Neves experimentou com um tipo de fomento sob compromisso formal de atendimento a metas de desempenho estabelecidas documentalmente entre a Coordenação do PPGBCM e a CAPES por um período de quatro anos. O modelo funcionou excelentemente bem, e desde 2016 o PPGBCM tem conceito 7 na CAPES e é contemplado com o apoio do PROEX.

Havia uma demanda da comunidade acadêmica ou, inicialmente, o PROEX foi pensado basicamente da Direção da CAPES naquela ocasião?

Resposta: Como mencionado acima, não havia de forma consciente uma demanda pelo PROEX. A comunidade acadêmica nem sonhava com isso. Foi decisão top down tomada com base nas próprias observações pessoais, advindas da experiência assimilada por ter sido professor em fortes programas de PG onde fui pesquisador e orientador de vários estudantes: Escola Paulista de Medicina (hoje UNIFESP), na UNICAMP, no Instituto de Química da UFRJ, no Instituto de Biofísica-UFRJ, além de ter concebido e criado o Programa de Química Biológica da UFRJ e participado, com Eloi de Souza Garcia, da montagem do Programa de Biologia Molecular do Instituto Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, culminando com a mencionada experiência com o PPGBCM da UFRGS.

Também facilitou a tomada de decisão o fato de, embora Presidente da CAPES, ter acumulado por alguns meses a Diretoria de Avaliação (DAV), enquanto aguardava a volta ao Brasil do Professor Renato Janine que eu havia convidado para assumir aquela Diretoria. Assim, conduzi pessoalmente a Avaliação Trienal 2004, já com a decisão de criação do PROEX devidamente discutida e avaliada pelo Ministro Tarso Genro que me deu carta branca para a decisão.

Vale ressaltar, como altamente relevante, que tomamos o cuidado de só anunciar a criação do PROEX uma vez passada e vencidas todas as etapas da avaliação trienal 2004 e já de posse dos resultados finais, porque caso contrário, anunciada antes, isso poderia afetar profundamente a própria avaliação, com aumento artificial do número de programas com os conceitos 6 e 7. Outra providência de garantia de assegurar e manter o alto nível da avaliação, foi a decisão de que um programa para ter acesso ao PROEX precisaria acumular duas avaliações com os conceitos mais altos.

Houve algum estudo prévio para subsidiar a formulação das diretrizes e normas do PROEX?

Resposta: Como discutido acima, a concepção do PROEX foi baseada unicamente nas percepções de que era necessário dar mais ampla autonomia funcional aos melhores e mais maduros Programas de PG, premiando a excelência que a própria avaliação da pós-graduação já acumulava desde a década de 1970

quando a avaliação da CAPES foi instituída e oferecendo grande mobilidade aos programas pela descentralização dos recursos das Pró-Reitorias para aqueles que, na verdade, assumem e levam em frente as ações da pós-graduação brasileira, ou seja, as coordenações dos cursos. Como já mencionado a experiência da CAPES com o PPGBCM ofereceu substrato positivo para a formatação do Programa. Obviamente tal perspectiva poderia ser aplicada aos cursos de outros níveis, mas a questão da maturidade dos programas teve forte influência nesta decisão. Além disso era preciso preservar o papel das Pró-Reitorias sérias como componentes fundamentais nas iniciativas internas na promoção e condução da pós-graduação nas instituições. Por conta disso, o volume de recursos para o PROEX foi limitado a 18% do orçamento destinado aos programas de Pós-Graduação da CAPES. Ademais, o cuidado na iniciativa era também um reconhecimento ao papel do Fórum de Pró-Reitores criado por reconhecidas lideranças como Reinaldo Guimarães, Ana Lúcia Gazzola, Abílio Baeta Neves, Oswaldo Ubríaco Lopes e outros pioneiros que conceberam nos anos 1990, o Fórum de Pró-Reitores que deu grande avanço à PG brasileira.

No contexto interno da CAPES, como foi esse processo de criação do PROEX? Houve participação e contribuição de coordenadores e servidores das Diretorias e dos setores pertinentes? Quais setores foram envolvidos?

Resposta: Como mencionado acima, foi uma decisão top down com o aval do Ministro e sua equipe. Era uma grande novidade e claramente poderia trazer apreensões, mas fora uma possível reação de alguns Pró-Reitores e um único Reitor, a decisão foi recebida como um avanço extraordinário pelo grau de autonomia que atribuía aos coordenadores de todos os programas de alto nível. Um reconhecimento ao desempenho e um aviso de responsabilidade como no exemplo do livro “O Pequeno Príncipe” de Antoine de Saint-Exupery: você é responsável pelo que conquista! Tanto é assim que várias outras iniciativas que tomamos no período, como os Programas Casadinho, Solidariedade e Multicêntricos, passaram a ser um convite (quase obrigação) à atuação destes melhores programas na “ajuda” aos cursos de menor desempenho. Internamente o PROEX foi bem assimilado pelas áreas técnicas da CAPES e muito facilitado no setor de contabilidade pela simplicidade de analisar resultados concretos a partir da concessão de substanciais

recursos aos Programas, não apenas para bolsas, mas também, em larga escala financeira para o custeio e liberdade de iniciativas dos cursos.

Quais os atores (professores pesquisadores, reitores/pró-reitores, fóruns como FOPROP, ANDIFES, etc) foram protagonistas nas discussões sobre o PROEX? No avanço da formulação e implementação dessa política quais formas de comunicação foram estabelecidas (notas técnicas, seminários em reuniões científicas-acadêmicas, notícias em sites, ...)?

Resposta: Não houve uma discussão aberta sobre a decisão. Tratava-se de uma medida administrativa, gerencial, com perspectiva de sucesso mensurável logo à frente, o que de resto, veio a acontecer e continua acontecendo. Não cabia, pois, uma discussão assembleística prévia com tais atores porque seguramente alguns segmentos seriam radicalmente contrários pela perda de algum poder, já que a decisão objetivava dar autonomia aos programas que se mostravam maduros e que na verdade eram (e continuam sendo) grande minoria quantitativa no conjunto da pós-graduação brasileira e que ao mesmo tempo sinalizava para os demais cursos que deveriam se aprimorar para alcançar o mesmo status. A divulgação da medida foi simplesmente anunciada pelos meios de comunicação da CAPES na época sem gerar maiores contestações públicas. Todavia, a possibilidade de que a inviabilização da medida poderia ocorrer como consequência de ampla discussão prévia, ficou clara tão logo anunciada a medida, em alguns debates (aos quais compareci) promovidos por Pró-Reitores que não se conformavam em perder o comando e o manuseio autoritário dos recursos da CAPES em suas universidades. A reação maior foi verificada na UFRJ por um Pró-Reitor que se arvorava ser dono dos recursos da CAPES e sobre o qual decidia a destinação e aplicação autocrática. A arrogância do Pró-Reitor foi desmascarada pela plateia composta por coordenadores dos programas de PG de todos os níveis da própria e de outras instituições que compareceram ao debate público. Tal “autoridade” caiu em desgraça logo a seguir na própria universidade e sumiu do mapa da PG brasileira. Um outro debate quente foi na UFMG, quando por um mal-entendido sobre a proposta, a altamente qualificada Reitora, Ana Lúcia Gazzola, amiga de várias batalhas conjuntas pela ciência brasileira, foi levada a se contrapor à proposta. A questão foi

rapidamente resolvida quando se desfez o mal-entendido. De resto, todo o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (o SNCT), para além das fronteiras da PG, absorveu e passou a defender e reivindicar ampliação do alcance do PROEX.

No PNPG 2005-2010, havia alguma diretriz que contemplasse a criação de um programa como o PROEX? Em quais aspectos?

Resposta: A retomada da elaboração dos Planos Nacionais de PG, uma sequência interrompida desde 1994, era parte do nosso projeto à frente da CAPES. Assim, o PNPG 2005-2010 que veio a ser o PNPG V, foi concebido com base nesse compromisso. Todavia, quando constituímos no final de 2004 a Comissão Especial de alto nível, presidida pelo Professor Francisco César de Sá Barreto, eminente físico e ex-Reitor da UFMG para a concepção e elaboração do Plano, o PROEX já havia sido lançado e estava em pleno vigor. Portanto não cabia ao PNPG 2005-2010 estabelecer diretrizes para a criação do PROEX. Pelo contrário, o Programa de Excelência já foi considerado compromisso gerencial da CAPES para o qual foram estabelecidas metas a serem alcançadas na vigência do PNPG V.

No período de sua gestão ocorreu algum tipo de acompanhamento, avaliação do desenvolvimento e efeitos do PROEX nos programas de pós-graduação? Quais instrumentos foram utilizados?

Resposta: Sinceramente não me recordo de ter havido algum estudo formal de acompanhamento e avaliação específica do PROEX, promovidos pela CAPES. Deve provavelmente haver dissertações e teses sobre o assunto, mas também não são do meu conhecimento. O que havia como indicativo seguro era a consolidação dos avanços quali-quantitativos dos programas de melhor desempenho e, portanto, sob o financiamento do PROEX, nas avaliações da CAPES. Seria interessante averiguar se programas de PG contemplados no PROEX teriam caído das melhores notas desde sua criação e se tais números são significantes.

Em sua opinião, o PROEX impactou a qualidade da produção dos programas de pós-graduação? Em que sentido? Quais indicadores e eventuais métricas, poderiam ou podem avaliar o impacto ocorrido?

Resposta: Certamente houve esse impacto, considerando-se que antes do PROEX o Brasil ocupava a 22ª posição no ranking da produção científica mundial e tinha baixíssimo nível de reconhecimento qualitativo de suas publicações. A partir de 2009, passou à 13ª posição e alcançou considerável aumento dos indicadores qualitativos. Mas sabe-se que outros programas da CAPES, desse período, como o crescente aperfeiçoamento do modelo de avaliação e das fontes de informação como a Plataforma Sucupira e, em especial a consolidação do Portal de Periódicos, tiveram todos, individualmente e em conjunto, também papel importante nestes avanços. Sabe-se também que a melhoria do desempenho dos cursos tem muito a ver com as áreas do conhecimento. Há áreas na CAPES que tiveram ganhos extraordinários nos últimos 15 anos, como é o caso das engenharias, da computação, da administração e da área multidisciplinar entre outras, havendo algumas cujo desempenho depende de mudanças mais estruturais no processo de formação de pesquisadores e de impacto na sociedade como é o caso da educação e do direito, setores em que o Brasil se situa em posição altamente desfavorável no contexto mundial. Nestes casos é provável que o PROEX tenha ajudado muito pouco. Assim, há validade, como proposto neste trabalho de tese, em se buscar compreender o papel do modelo operacional introduzido pelo PROEX no desempenho da C&T no Brasil. Quanto aos indicadores, apesar das críticas teóricas, oriundas de várias fontes, não há ainda nenhuma indicação de algo mais adequado do que os elementos quantitativos da produção científica e seus componentes qualitativos, as citações, o fator de impacto e o Índice h e seus derivados. A este propósito reproduzo aqui alguns dados de artigo atual em fases de publicação na RBPG: **Haeffner, Zanotto e Guimarães, 2021. Internacionalização da Universidade Brasileira. Desafios e Perspectivas na busca pelo Padrão de Universidade de Classe Mundial. RBPG, in Press.** Alguns destes dados podem ser úteis para a elaboração da Tese:

- i. os programas 6 e 7 são os mais qualificados para “puxar” iniciativas de internacionalização das Universidades Brasileiras;

- ii. os programas 6 e 7 representam 12,8% do total de programas da CAPES;
- iii. 96% destes programas são oferecidos por universidades;
- iv. apenas 52 universidades têm pelo menos um desses programas e apenas 27 oferecem pelo menos 4 programas 6 ou 7;
- v. as 49 áreas da CAPES se desdobram em 118 áreas científicas específicas (exemplos: oncologia, bioquímica, nutrição, psiquiatria, física nuclear, imunologia, etc) com programas de melhor nível, das quais 37 (31%) apresentam um índice de impacto relativo ao mundo igual ou maior que 1,0, ou seja estão acima da média mundial. Havendo casos de impacto mais altos do que o dobro da média mundial. Os programas de PG destas 37 áreas científicas, responderam por 141.231 artigos (52%) da produção científica brasileira no período 2014-2018. Ressalte-se ainda que a Base InCytes do Web of Science indica que são 252 as áreas científicas como acima exemplificado. Isso indica que a PG brasileira cobre apenas 46% de importantes áreas da ciência;
- vi. Certamente o PROEX teve papel relevante nestes avanços quali-quantitativos, mas que há ainda muito a ser aprimorado.

Além dessas questões, que outros aspectos, fatos, legislações ou elementos, considera importante para agregar – dentro do quadro de uma tese acadêmica, que tem como objetivo estudar e avaliar o PROEX – enquanto política pública?

Resposta: Confesso minha alegria ao constatar que o PROEX possa ser considerado uma política pública. Afinal é uma grande conquista, uma vez que como tal possa escapar dos vai-e-vem das políticas de governos. A atuação da CAPES no período 2004-2015 se caracterizou por adotar um conjunto de ações desburocratizantes objetivando a transformação do Brasil de um país periférico em uma potência internacional. O PROEX foi uma dessas ações, contando para isso com o qualificado corpo de servidores na CAPES e do seu mais elevado comprometimento com o papel da principal agência de fomento à formação de

recursos humanos do país. No geral a proposta era e continua sendo a exploração das imensas riquezas naturais do país, acoplada ao enorme potencial de recursos humanos que tem como base a vantajosa condição de ainda dispormos de grande proporção de jovens, o que constitui por si só, uma oportunidade para novas conquistas e ao mesmo tempo um desafio para os governantes garantirem o futuro dessa grande riqueza representada por nossos milhões de jovens.